



## COLETÂNEA DE ARTIGOS

EDIÇÃO ESPECIAL

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – CEPRO**

---

# **cartaCEPRO**

**Carta CEPRO    Teresina    v. 32    n. 1    p. 1-163    janeiro/junho 2021**



GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ  
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA  
Maria Regina Sousa

SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO  
Rejane Tavares Silva

SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – CEPRO  
Liége de Souza Moura

DIRETORA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – DEES  
Rebeca Maria Nepomuceno Lima

DIRETOR DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO – DEI  
Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho



CARTA CEPRO – Publicação periódica criada em 1974.

CONSELHO EDITORIAL

Me. Antonio José Castelo Branco Medeiros

Me. Eliana Morais de Abreu

Me. Elias Alves Barbosa

Esp. José Manuel M. R. S. Moedas

Dr.<sup>a</sup> Liége de Souza Moura

Dr. Pedro Pio Fontineles Filho

Dr. Marcelo de Sousa Neto

Dr. Samuel Costa Filho

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Me. Antonio José Castelo Branco Medeiros

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bartira Araújo da Silva Viana

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisabeth Mary de Carvalho Baptista

Prof. Dr. Francisco Prancacio Araújo de Carvalho

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iracilde Maria Moura Fé Lima

Prof. Dr. José da Cruz Bispo de Miranda

Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Romina J. S. P. de Oliveira

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Nunes Leal

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

NORMALIZAÇÃO

Adriana Melo Lima

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Lis Andrade Melo

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Carta CEPRO, Teresina, Fundação CEPRO. v. 1– nov. 1974.

“Periodicidade semestral”

ISSN 0101-5532

A publicação não circulou nos anos de 1979, 1985, 1989-90, 1992-93, 1996-98, 2004, 2006, 2008, 2010, 2011, 2012 e 2014.

1. Situação socioeconômica – Piauí – Periódicos.

2. Economia do Piauí – Periódicos.

I. Superintendência CEPRO/SEPLAN.

CDU 308 + 338(812.2)(05)

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que mencionada a fonte. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência CEPRO/SEPLAN.

SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN

BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro-Sul – CEP 64001-490 – Teresina – Piauí

Telefone: 86 3221-3580

E-mail: [ascom@seplan.pi.gov.br](mailto:ascom@seplan.pi.gov.br) – Sítio: [www.cepro.pi.gov.br](http://www.cepro.pi.gov.br)

## **EDITORIAL**

A Revista CARTA CEPRO é uma publicação estruturada com artigos técnico-científicos produzidos por estudiosos, especialistas e pesquisadores das diferentes áreas de conhecimento das Instituições de Pesquisa e Academias.

A relevância desta publicação está na produção de artigos de forte conexão com os aspectos econômicos, sociais e ambientais, enriquecendo o acervo bibliográfico do Estado do Piauí, além de servir como ponte entre a Academia e o Poder Público.

Publicada desde 1974, é inegável sua contribuição para a produção de conhecimentos técnico-científicos, disponibilizando aos seus leitores amplas e variadas informações no campo das pesquisas e ainda incentivando a elaboração de ensaios sobre o Piauí em diversos temas.

A Revista CARTA CEPRO, edição 32, v. 1 e 2, “Coletânea de artigos” é uma reedição de estudos e pesquisas de referência nos temas apresentados e marcam a trajetória dos pesquisadores da Fundação CEPRO e de outras Instituições com suas contribuições nos estudos socioeconômicos do Piauí.

Os artigos apresentados foram mantidos na sua originalidade, efetuando-se, apenas, a atualização ortográfica e, em alguns casos, feitas as adequações às normas técnicas da ABNT.

A vocês, leitores, que desejam informações sobre o Piauí no campo das pesquisas socioeconômicas, desejamos uma boa leitura.

**Liége de Souza Moura**  
SUPERINTENDENTE DA CEPRO



## APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento, por meio da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (CEPRO), está resgatando artigos da Carta CEPRO e reeditando-os nesta Coletânea. São estudos realizados por pesquisadores da Fundação CEPRO e de outras Instituições que referenciam a análise econômica do Piauí.

O primeiro artigo, “O Piauí na Economia Nacional”, tem como autores os economistas Agenor de Sousa Martins, Agesilau José de Sousa Martins, Antônio José Pereira, Francisca Amélia de Carvalho Sá e Freitas e Maria das Graças Ferreira Lima. Destaca-se que o período da análise dos autores compreendeu as décadas de 1950/1980.

Os pesquisadores apresentam uma análise histórica sucinta da economia piauiense desde a colonização até o início da década de 1950. Em seguida, tratam das relações e da integração entre o Piauí e o restante do país, procurando demonstrar as consequências sobre a economia piauiense, decorrentes das políticas de desenvolvimento delineadas para o Brasil. A seguir, procuram expressar os resultados da ação estatal na economia, no tocante à intensificação das relações Estado-Economia, à modernização da periferia produtiva, ao “inchamento” do setor terciário piauiense, o apogeu do comércio exterior piauiense e o seu declínio, a partir da década de 1950.

O que se pode depreender, portanto, das análises feitas pelos autores como um todo, foi a constatação de que o Piauí foi deixado praticamente à margem do processo de desenvolvimento do país, centrado na região Centro-Sul, como polo dinâmico da economia brasileira, para a qual convergiam os grandes investimentos públicos, em detrimento da economia nordestina e particularmente a piauiense.

No segundo artigo, o economista Antônio de Pádua Silva dos Santos faz uma análise da “Perspectiva do Desenvolvimento Econômico para o Piauí”, no período (1950/1979), não de forma isolada, mas no

âmbito da inserção da economia piauiense de forma periférica no modelo de desenvolvimento brasileiro, tendo como polo dinâmico o Centro-Sul do país.

Nesta forma de inserção, o Piauí serve basicamente como mercado consumidor de produtos oriundos dessa Região, com poucas possibilidades de alavancar um processo de desenvolvimento sustentado. Por outro lado, é apresentada uma proposta de modelo de alternativo, que ensejaria, a seu juízo, uma melhor perspectiva para o crescimento do Piauí, com muitas oportunidades de investimentos em relação ao modelo adotado até então, pois ensejaria aproveitar plenamente nosso potencial produtivo em grande escala, propiciando, um processo de crescimento econômico mais robusto para nosso Estado, conseqüentemente, com melhoria no padrão de vida da população piauiense.

O terceiro artigo, do historiador Manuel Domingos Neto, aborda o tema “Piauí – História, Realidade e Desenvolvimento”. O autor trata, a princípio, da necessidade de uma visão histórica do Piauí, depois mostra a evolução do sistema colonial brasileiro, para em seguida, abordar a integração do Piauí no sistema em questão, demonstrando os efeitos do processo de centralização nacional para a evolução do Piauí e, por fim, trata da configuração do processo de evolução marginal.

O quarto artigo, do historiador Dalton Melo Macambira, apresenta o tema “Piauí: uma Visão Sumária da Economia e da Sociedade”. Neste estudo, o autor registra como lapso temporal o período de 1970/1996, mencionando que todos os planos de desenvolvimento são quase unânimes em reconhecer a intervenção governamental para superar o atraso econômico. É enfatizada a manutenção da estrutura fundiária, como principal óbice, bem como a tendência da agropecuária como base da economia do Estado. Quanto aos setores industrial e de serviços, constata-se que as ações do governo são momentâneas, pois esses setores são negligenciados nos modelos de desenvolvimento para o Piauí. Segundo o autor, o baixo dinamismo da economia estadual sempre dependeu muito mais dos gastos públicos para seu crescimento, que da exploração das suas atividades produtivas.

O quinto artigo, da economista Maria do Socorro Lira Monteiro, apresenta a temática “Em que Medida a Globalização da Economia Implica Constrangimentos ao Desenvolvimento Sustentável”. A autora procura mostrar que a globalização enfrenta contradições e impasses. Por um lado, um processo contraditório, apresentando tendências e perspectivas em âmbito global e particulares que se digladiam e, ao mesmo tempo, se alternam, conseqüentemente, acarretando uma ordem econômica e social que procura alimentar e tornar mais intenso a concorrência conflituosa de interesses particulares.

A Professora Maria do Socorro Lira traz uma série de questionamentos, entre eles: no mundo em que a questão ambiental não é uma especificidade, mas uma dimensão que se encontra presente na reflexão “global” sobre a sociedade, pode-se alcançar um desenvolvimento sustentável desejável? Tal questionamento busca refletir uma sociedade sustentável, de modo a enfatizar a crise econômica, por meio da gestão compartilhada entre a sociedade civil, as comunidades locais, o poder público e o setor privado. A rigor, a autora procura mostrar que construir um desenvolvimento sustentável não floresce no sentido da implantação de medidas e políticas ambientais adequadas. Nesse sentido, isso equivale a um sistema político e econômico estável, que aceita a democratização do acesso aos recursos naturais pelos amplos setores da população e na distribuição dos custos e benefícios desse desenvolvimento.

**José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas**  
Analista de Pesquisa da Superintendência de  
Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO



## SUMÁRIO

### 1. O PIAUÍ NA ECONOMIA NACIONAL

*Agenor de Sousa Martins, Agesilau José de Sousa Martins, Antônio José Pereira, Francisca Amélia de Carvalho Sá e Freitas e Maria das Graças Ferreira Lima* ..... 13

### 2. PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O PIAUÍ

*Antônio de Pádua Silva dos Santos* ..... 69

### 3. PIAUÍ – HISTÓRIA, REALIDADE E DESENVOLVIMENTO

(em defesa da pesquisa e do estudo científico da realidade piauiense)

*Manuel Domingos Neto* ..... 89

### 4. PIAUÍ: UMA VISÃO SUMÁRIA DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE

*Dalton Melo Macambira* ..... 105

### 5. EM QUE MEDIDA A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA IMPLICA CONTRANGIMENTOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Maria do Socorro Lira Monteiro* ..... 147



# 1

## ARTIGO

### O PIAUÍ NA ECONOMIA NACIONAL

AGENOR DE SOUSA MARTINS  
AGESILAU JOSÉ DE SOUSA MARTINS  
ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA  
FRANCISCA AMÉLIA DE CARVALHO SÁ E FREITAS  
MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA LIMA

Economistas e pesquisadores da Fundação CEPRO.



# 1 INTRODUÇÃO

As análises contidas neste texto se enquadram no âmbito de uma investigação mais profunda da Questão Agrária Piauiense, levada a efeito, em 1982, pela Fundação CEPRO, com a assessoria do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social – ILPES –, organismo da CEPAL/ONU.

Por conseguinte, ao lado da problemática agrária, que, com certeza, se constitui num dos principais pontos de estrangulamento do Piauí, porém não o único emperramento ao seu crescimento e desenvolvimento, optou-se por analisar aqui um conjunto de outros fatores internos e externos que são determinantes da atual performance social e econômica do Estado. Não restringir as explicações desse atraso a um só fator é, seguramente, um posicionamento bastante diferente daquele difundido por certos políticos e até homens de governo e que consiste, por exemplo, em atribuir, muito simplória e descabidamente, a causa do atraso do Piauí a uma só carência, ora a carência de energia elétrica, como no período pré-COHEBE, ora a de estradas ou ainda a carência de chuvas. Deste modo, embora a investigação da CEPRO contemple principalmente o setor primário da economia, focalizando os gargalos da concentração da terra e do desperdício em seu uso, ou as relações técnicas e sociais persistentes no “agro”, procurou-se encaixar no bojo desta pesquisa uma interpretação mais global da economia piauiense tal como tentada neste texto.

De início, os pesquisadores Agesilau José de Sousa Martins, Francisca Amélia C. Sá e Freitas e Maria das Graças F. Lima, muito rapidamente, fornecem uma síntese histórica da economia piauiense desde o período que abrange a Colonização até o início da década de 50. Serve de pano de fundo para as outras análises. O capítulo seguinte lança a questão básica, ou seja, a questão das relações e da integração entre o Piauí e o resto do país. Nesse capítulo, o técnico Antônio José Pereira incumbe-se de levantar o elenco das principais políticas globais de desenvolvimento econômico traçadas para o país, destacando, nesta parte, as correlações entre estas políticas e a realidade estadual. Particularmente, investiga-se para que tem servido a SUDENE no Piauí.

Finalmente, o último capítulo trata da evolução da economia piauiense.

Nos subcapítulos 4.1, 4.2 e 4.3, de responsabilidade dos técnicos Agesilau Martins, Francisca Amélia e Maria das Graças Lima, procura-se analisar, de forma geral, as consequências sobre a economia piauiense decorrentes das políticas de desenvolvimento traçadas para o Brasil.

Quanto ao subcapítulo 4.4 (Outras Transformações Recentes na Economia Piauiense), desenvolvido por Agenor de Sousa Martins, busca detectar os resultados da ação estatal na economia, ou seja, faz ver o que os Governos, mediante as gestões e a “política”, conseguiram fazer do Piauí nas décadas mais recentes.

## 2 SÍNTESE HISTÓRICA

É por demais conhecido, na história do Piauí, que sua colonização deu-se principalmente através da instalação de grandes fazendas de gado, embora o devassamento inicial do Território tenha ocorrido com as expedições de apresamento aos índios e a coleta de drogas do sertão.<sup>1(\*)</sup>

No entanto, as duas últimas atividades não chegaram a fixar o homem à terra em decorrência do caráter transitório dessas expedições.<sup>1</sup> Somente a partir do final do século XVII é que os primeiros colonizadores chegam ao Piauí, com o objetivo de se fixar à terra por meio da instalação de grandes fazendas de gado.

Foi, portanto, esta atividade que constituiu por séculos a base da economia piauiense, associada a uma agricultura de subsistência.

A pecuária, pelo seu caráter extensivo, exigia uma contínua incorporação de novas terras. Por outro lado, essa atividade não requeria grandes investimentos para o aumento dos rebanhos, em virtude das excelentes condições naturais ao criatório extensivo

---

(\*) Nas notas, manteve-se a ordem do texto original.

– disponibilidade de terras e abundância de água e pastagens –, e tampouco exigia um grande contingente de mão de obra.

No início da colonização, as atividades aqui desenvolvidas foram resultado de exigências de outros centros mais dinâmicos da economia nacional. O desenvolvimento da pecuária, por exemplo – traço marcante da colonização local –, foi decorrência das necessidades de abastecimentos de carne e animais de trabalho para a região açucareira. Entretanto, seu desenvolvimento como uma extensão da pecuária da zona açucareira não contribuiu significativamente para a implantação de uma estrutura produtiva no Estado.

Somente quando a criação de gado se separou completamente do engenho, em virtude da crise econômica açucareira, é que se teve, neste Estado, a criação de uma estrutura de produção, pois as fazendas tiveram que se voltar sobre si mesmas e implantar uma estrutura para autossustento. Muitas fazendas passaram a funcionar como um verdadeiro feudo onde se produzia quase tudo de que necessitava o trabalhador,<sup>2</sup> exceto alguns bens de luxo para o consumo dos familiares do senhor da terra.

Esta fase, no trabalho “Piauí – Evolução, Realidade e Desenvolvimento”, foi denominada como a fase de transformação endógena. Cada unidade produtiva procurava ser autossuficiente não só devido à diminuição na procura dos rebanhos piauienses, mas principalmente pela pequena divisão social do trabalho existente na economia do Estado.

Este período de relativo isolamento da economia local perdurou até o início do século XX e caracterizou-se:

- a) pela predominância da pecuária extensiva, associada a uma agricultura de subsistência de base semiescravocrata;
- b) por uma pequena divisão social do trabalho, pois cada unidade produtiva procurava ser autossuficiente;
- c) por uma alta concentração da renda e do poder político nas mãos dos latifúndios;
- d) por uma alta concentração da propriedade fundiária, visto que a expansão da pecuária extensiva exigia esta concentração;

e) e, finalmente, por um restrito mercado consumidor de produtos industriais.

Somente com o advento dos ciclos extrativistas, na primeira metade desse século – borracha, babaçu e carnaúba –, é que a economia piauiense tomou certo impulso, tendo a estrutura produtiva e a base da propriedade fundiária sofrido certas transformações, embora estas alterações não tenham sido substanciais.

Entretanto, com o extrativismo foi possível certa diversificação na estrutura produtiva do Estado, porque esta atividade proporcionou uma maior divisão social do trabalho e a economia, em consequência, tornou-se mais monetizada.

Embora o “grosso” dos benefícios resultantes do extrativismo fossem canalizados para os comerciantes e para os grandes proprietários de terras, houve um crescimento do mercado consumidor não só em função da classe beneficiada, mas também em decorrência da própria divisão social do trabalho e da atividade extrativista, que representava ocupação e renda adicional para o trabalhador.

Tem-se, portanto, nessa fase, o desenvolvimento do setor terciário – comércio principalmente –, chegando a se instalar, neste Estado, grandes casas comerciais, como a Casa Inglesa e a Marc Jacob, com sede na cidade de Parnaíba e filiais em vários pontos do território piauiense. Tais empresas constituíam um verdadeiro oligopólio, tanto na venda de produtos industriais como na compra de produtos extrativos.

Teve-se também, nesse período, uma aceleração no processo de urbanização da população piauiense e o surgimento dos primeiros sinais da industrialização moderna no território piauiense, onde a cidade de Parnaíba, pela sua posição de entreposto comercial, desponta como polo dinâmico.

Com o desenvolvimento do comércio e o surgimento de algumas indústrias urbanas, acredita-se ter sido iniciado no Piauí, o processo de destruição de algumas atividades artesanais de auto-consumo, localizadas no interior das grandes fazendas, tais como:

produção de utensílios de barro, fabricação de tecidos grosseiros, fabricação de sabões e velas, dentre outras.

No final da década de 40 e início dos anos 50, o extrativismo entra em crise e, em consequência, a economia local experimenta uma fase de relativa estagnação, que se caracterizou:

- a) por um mercado consumidor em retração;
- b) por uma alta concentração da renda e do poder político local;
- c) pela diminuição no ritmo do processo de divisão social do trabalho;
- d) pelo retorno da mão de obra ocupada no extrativismo para atividades de subsistência;
- e) por um maior inter-relacionamento com a economia nacional.

Essa fase de relativa estagnação se prolonga até os dias atuais, entretanto ela foi mais acentuada nas décadas de 50 e 60. Os anos 70 testemunharam muitas transformações, porém tais transformações não chegaram a mudar, de maneira positiva, a estrutura produtiva da economia piauiense.

### **3 A INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA PIAUIENSE À ECONOMIA NACIONAL**

A preocupação com a integração nacional no Brasil é uma questão que nasceu com a implantação da Colônia Portuguesa. A princípio, esta preocupação tinha um sentido de preservação do território da colônia conquistada e ameaçada pelas potências mercantilistas europeias. A forma de manter a unidade da vasta conquista foi a divisão e distribuição do território colonial em Capitâneas Hereditárias e a criação de um sistema de defesa através da implantação de fortificações estrategicamente localizadas em pontos do território conquistado.

As expedições frequentes penetraram pelo interior do território, assegurando sua posse e até expandindo sua fronteira.

Superada essa fase, a evolução do processo de integração nacional continuou, motivada pela preocupação de manutenção da unidade nacional. O meio era a abertura de canais de comunicações através de telégrafo, estradas de ferro, navegação fluvial e, mais recentemente, com o advento da indústria automobilística, através da implantação de rodovias.

A consequência deste processo foi a ampliação do mercado para os bens produzidos pelos centros mais dinâmicos da economia.

Assim é que o centro das preocupações com a integração nacional passa do campo político – a soberania nacional – para o campo econômico: a integração dos mercados regionais aos mercados nacionais de recursos e de produto. Convém lembrar que, neste sentido, a infraestrutura implantada e consolidada nos anos 60/70 superou alguns obstáculos, viabilizando a articulação entre os mercados do Centro-Sul e regionais.

A tarefa de integração da economia nacional recebeu tratamento explícito no período de 1969 a 1974, com os chamados Programas de Integração Nacional (PIN, PROTERRA e PROVALE), que, entre outras medidas tomadas, buscaram atingir essa meta (integração) através da construção da rodovia TRANSAMAZÔNICA, que, no seu desenho, interliga as regiões Norte/Nordeste. Além da abertura para a ocupação definitiva da Amazônia, com essa obra objetiva-se expandir a fronteira agrícola, bem como incorporar ao mercado nacional os núcleos rurais de subsistência.

Esta orientação da Política Econômica Nacional vem de encontro aos interesses do capital industrial no país, que vinha de um período de expansão econômica (1950 a 1962) em que houve concentração, seguido de um período recessivo (1963 a 1968) de combate à inflação, em que ocorre a centralização do capital e elevado grau de ociosidade na economia.<sup>3</sup> Assim, para superação da crise, tornava-se imperativa a ampliação do mercado para os produtos dessa indústria, localizada quase exclusivamente no Centro-Sul do país.

O paradigma da integração nacional implantado pelos Governos não logrou os objetivos desejados, pois se, de um lado,

os bens e serviços são completamente móveis no mercado de produtos no curto prazo, de outro, a mobilidade dos recursos não se verifica nesse prazo ao deslocar-se de uma para outra região e, também, porque o período de tempo aí envolvido varia com os tipos de recursos.<sup>4</sup>

Assim, o sistema de preços operou no mercado de produto através de um fluxo de bens duráveis e serviços no sentido Centro-Sul-Nordeste e um fluxo de produtos primários em sentido contrário. No mercado de recursos,<sup>5</sup> por seu turno, o saldo dos fluxos contrários parece apontar uma evasão de recursos da região Nordeste para o Centro-Sul, onde obtinham maior rentabilidade em decorrência das condições extrapreço que operavam neste sentido.

Dada a opção política de integração nacional, que visava estimular o desenvolvimento das regiões mais pobres da Federação através do mercado (ao invés de sua atuação direta nessas áreas), conforme se esboçou anteriormente, torna-se necessário, de imediato, analisar-se uma das condições extrapreço que reduzem a eficiência ou mesmo inviabilizam a solução proposta no modelo e que consistem na imperfeição do mercado. Desta forma, os monopólios, os oligopólios e seus correlatos monopsônios e oligopsônios, associados à ignorância sobre as características da procura, as técnicas de produção e, ainda, a ausência de mobilidade de mão de obra e capital operaram no sentido de impedir a alocação “correta” dos recursos.

Se as políticas econômicas não conseguiram alcançar a redistribuição regional da renda nacional de forma satisfatória para a região Nordeste, apesar da política fiscal de incentivos ao capital do Centro-Sul, para o Estado do Piauí elas foram menos eficientes ainda, uma vez que não trouxeram a industrialização pretendida. Ademais, essas políticas eliminaram de forma impiedosa as atividades tradicionais da incipiente indústria piauiense.

Além dos fatores extrapreço concernentes à imperfeição do mercado, outros serão discutidos na análise dos incentivos fiscais do Art. 34/18 (hoje, FINOR) e dos mecanismos da política econômica federal mais importante para a região Nordeste.

### 3.1 As políticas econômicas nacionais frente ao Estado do Piauí

Ao tentar-se inferir alguma conclusão sobre os efeitos na economia piauiense decorrentes das Políticas Nacionais, no período de 1950 a 1980, torna-se necessário o exame das propostas concernentes aos Planos de Governos formulados nesse período, verificando-se em que medida esses Planos contemplam, nas ações propostas, algum espaço à questão regional e em que medida essas ações alcançaram o Estado do Piauí. Nesse período, ocorre a institucionalização do planejamento como instrumento de política econômica, embora anteriormente se registrem algumas tentativas, como o relatório Simonsen (1944-1945), que estava mais a nível de proposta, e como os casos das Missões Cooke (1942-1943), Abbink (1948) e, ainda, o caso da Comissão Mista Brasil – EUA (1951-1953).

A partir de 1956, inaugurava-se uma nova fase do planejamento no Brasil com o Plano de Metas (1956-1961) e a criação da SUDENE, que nasciam em resposta à crise brasileira, na qual a crescente participação das massas na política exigia a contínua expansão do emprego e melhoria do nível de qualidade de vida da população.<sup>6</sup> Essa preocupação política conduziu os formuladores do Plano de Metas, através da reformulação e desenvolvimento de um conjunto de conceitos, tais como ponto de estrangulamento, ponto de germinação e demanda derivada, à eleição de cinco setores econômicos (energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação) para seus programas de desenvolvimento econômico.

Os reflexos desse plano, para a economia piauiense, estão associados a três níveis de acontecimentos do período:

- 1) a intensificação do processo de industrialização do país via substituição de importações, iniciada no período pós-guerra, pelo que a política cambial adotada representou de prejuízo para o Estado;
- 2) a própria ênfase ao setor de transportes (29,6% dos recursos inicialmente planejados) e a construção de Brasília, que inaugura um período de gigantismo nas obras governamentais;

3) a criação da SUDENE como resposta à questão regional e seus efeitos para o Estado.

O primeiro ponto acima, por demais salientado para o caso do Nordeste, merece também menção para o Piauí, pois a ocorrência de transferência de recursos do Estado para outras regiões, via mecanismo cambial, consideradas as dimensões da economia piauiense, representou fator significativo no atraso relativo do Piauí, em virtude de as importações do exterior não ultrapassarem 2,5% das exportações nos anos de 1940/1950, chegando a 8,4% somente nos dois últimos anos do período. Por outro lado, esses saldos positivos do comércio internacional tinham o relevante papel de financiar os saldos negativos do comércio interestadual, que apenas residualmente seriam complementados pelas transferências.<sup>7</sup>

Acresce-se ao mecanismo cambial da política protecionista o efeito-consumo que “corresponde a uma transferência de renda dos consumidores para os produtores, no sentido de que, ao serem obrigados a fazer suas compras em um mercado interno altamente protegido, a preços mais elevados que os vigentes no mercado internacional, os consumidores, implicitamente, perdem uma parte de sua renda real em favor dos produtores que se beneficiam com proteção aduaneira.”<sup>8</sup> Como a indústria protegida localizava-se fora do Estado, a política protecionista implantada impulsionou ainda mais esse mecanismo de transferência permanente de recursos do Piauí para os centros dinâmicos da economia nacional.

Quanto à segunda referência mencionada, objetivada pelo Plano de Metas, não se pretende aqui desconhecer a acuidade com que foi percebida pelos formuladores do referido Plano e o êxito alcançado pelo mesmo com seus efeitos benéficos para a economia nacional, mas se propugna estabelecer os reflexos, para o Estado, dessas políticas de grandes inversões públicas levadas a efeito no Plano. Assim, a ênfase atribuída ao setor transportes partia do conceito de “ponto de germinação”, em contraposição ao conceito de “ponto de estrangulamento”, em que se partia da hipótese de que a oferta de infraestrutura induziria a atividades produtivas. Esse conceito serviu de justificativa à inclusão da meta de Brasília, que não fazia parte do Plano de Metas, onde foram aplicados recursos da

ordem de 2,3% do PNB.<sup>9</sup> Com base, ainda, no conceito do “ponto de germinação”, justificou-se a ampliação das metas do setor transportes (rodovias) para as ligações rodoviárias de Brasília aos principais pontos do país, pois supunha-se provocariam a integração e o desenvolvimento do *hinterland*.<sup>10</sup> Claramente a ideia da integração dos mercados nacionais já se manifestava nessa época.

Se se assumir como verdadeiro o pressuposto prevalecente, nota-se que a integração dos mercados regionais se operou em benefício do Centro-Sul, para onde essas políticas se voltavam, com graves prejuízos para as economias periféricas, como a do Estado do Piauí, pelo caráter destruidor das atividades indústrias tradicionais do Estado. No entanto, outro aspecto nocivo dessas políticas (que se chama aqui de gigantismo de obras públicas) parece ser seu transplante aos Estados pobres, como o Piauí, em períodos posteriores ao Plano de Metas. Diante disso, as transferências federais para o Estado, na medida em que estão vinculadas à implantação de uma infraestrutura (investimentos diretamente não produtivos), principalmente rodovias (como, por exemplo, a rodovia longitudinal do sudeste piauiense, com 678km; do Programa Especial de Apoio aos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, aprovado em fevereiro de 1973), são vazadas no setor privado de outros Estados da Federação que executam essas obras no Estado do Piauí. Neutraliza-se, assim, qualquer possibilidade de efeito germinativo ou multiplicador (se se preferir) que esses investimentos poderiam trazer para a economia estadual.

A criação da SUDENE, em dezembro de 1959, afigurou-se como um acontecimento político de resposta técnico-econômica às aspirações populares que legitimavam o regime de aliança intra-elites, inaugurado com o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. A ênfase dada à industrialização, nos documentos que originaram a SUDENE, reflete, de maneira inequívoca, a disposição do Governo em não enfrentar o problema da “inadaptação da estrutura agrária vigente” ao desenvolvimento do setor, adotando, na região, posição conciliadora de interesses das elites. Nesse sentido, tem-se o reconhecimento de que a economia nordestina não se encontrava isolada da economia nacional, uma vez que era secularmente fornecedora de recursos (mão de obra e capital) para o polo dinâmico nacional. Por outro lado, “a solução dos problemas

de estrangulamento da economia ao desenvolvimento dizia respeito aos setores mais dinâmicos da classe empresarial...”<sup>11</sup> os quais apoiavam a política governamental de expansão e integração do parque industrial e, a partir daí, a política de integração nacional.

Ao vencer as resistências iniciais à sua fundação, a SUDENE inicia a implantação de uma política que mais parecia uma extensão do Plano de Metas. Tanto assim que, só depois do esgotamento das oportunidades de substituição de importações é que começam a se deslocar, de maneira tímida,<sup>12</sup> para a região Nordeste, os investimentos privados do Centro-Sul, induzidos pelos incentivos fiscais criados.

A década de 60 caracterizou-se por períodos intermitentes recessivos em que os planos governamentais não tiveram duração longa, ou por estarem superados logo no final do seu primeiro ano de implantação (caso do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social), ou pelos curtos períodos de Governo que se sucederam, para os quais eles eram diretrizes (caso do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG – e Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED).

A política econômica encetada por esses planos teve como preocupação básica a retomada do ritmo de crescimento do país e o combate à inflação, embora os referidos planos não fizessem coincidir seus diagnósticos com as causas e não apontassem estratégias para a consecução desses objetivos.

O Plano Trienal (1963-1965) e o PAEG (1964-1966) incluem, explicitamente, entre seus objetivos, “algumas correções na distribuição de rendas, quer sob o aspecto pessoal quer sob o aspecto regional” (Plano Trienal), ainda com a finalidade de “atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais” (PAEG). Esses objetivos passariam, naturalmente, pela SUDENE, que administrava a política de isenção fiscal às inversões privadas na área e coordenava os investimentos públicos de caráter prioritário.

Por outro lado, o PED buscou a retomada do desenvolvimento econômico a partir da estratégia de: (a) transição, em que reconhecia o esgotamento das oportunidades de substituição de im-

portações e o “estreitamento relativo do mercado” e, assim, propunha compatibilizar a elevação da demanda e liquidez com uma política de redução gradual da inflação; (b) longo prazo. Alcançado o nível de atividade econômica próximo do pleno-emprego, no prazo anterior, esta etapa volta-se para o alargamento relativo do mercado como condição necessária para o desenvolvimento industrial dos setores mais dinâmicos da economia através de investimentos prioritários previamente selecionados, capazes de gerar um crescimento da renda em certas áreas e, daí, a expansão do mercado interno.

Independentemente de terem ou não alcançado seus objetivos, as políticas acionadas no período aludido induzem a formular as seguintes observações:

a) O controle do processo inflacionário, através da redução do déficit orçamentário, trouxe como consequência uma considerável queda nos investimentos públicos,<sup>13</sup> atingindo o Estado do Piauí. Embora conste deste período a construção da Hidrelétrica de Boa Esperança, dada a quase completa ausência de infraestruturas, privou-se o Estado da complementaridade desses investimentos necessários à instalação do capital externo em solo piauiense.

b) O objetivo da retomada do ritmo de crescimento econômico nacional, aliado ao objetivo de atenuar as desigualdades regionais, conduziram à euforia dos incentivos fiscais do sistema 34/18 da SUDENE, “o mais forte e poderoso dentre os diferentes tipos de isenções fiscais existentes no país”. Este mecanismo visava ao desenvolvimento industrial através dos subsídios ao capital que se instalasse na região. Os reflexos dessa política de incentivos para a economia piauiense será analisado posteriormente.

A última década passada (1970-1980) foi marcada pela vigência do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Essa década é inicialmente caracterizada por um acelerado ritmo de crescimento econômico em que as grandes obras públicas eram o “carro-chefe” da economia nacional. Coincidindo com a crise energética e financeira mundial, mais recentemente, o declínio dessa “performance” chega

a mostrar uma taxa de crescimento da produção nacional extremamente baixa, quiçá negativa, nos primeiros anos do atual decênio.

Conforme se mencionou de início, os anos 70 caracterizaram-se, no âmbito de ação do Governo Federal, pela chamada política de integração nacional, que, sucintamente, para o Nordeste, buscou: “o fortalecimento da infraestrutura de transportes, energia, armazenagem e abastecimento, comunicação, saneamento e habitação, bem como a diversificação e ampliação de sua base industrial e o desenvolvimento das atividades agropecuárias”,<sup>14</sup> isto no I PND. Já o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) dava continuidade à política anterior, procurando consolidar e ampliar o que já fora executado, além de incluir “novos objetivos de complementaridade e transmissão inter-regional do desenvolvimento.”<sup>15</sup>

Convém retroagir um pouco antes do I PND, isto é, ao ano de 1970, para verificar-se um fato de capital importância regional, que foi a perda de autonomia da SUDENE como organismo formulador da política econômica regional. Essa transformação surgiu em resposta à constatação da persistente vulnerabilidade da região aos efeitos da seca, que a SUDENE não foi capaz de alterar.

Assim, a política econômica do Governo para a região Nordeste conhece agora mudanças de ênfase: orienta-se em maior intensidade para o fortalecimento da infraestrutura, procurando criar a complementaridade entre os setores econômicos e, ainda, orienta-se para o hinterland nordestino, para o setor agrícola. O fundamento básico dessa nova estratégia está no lançamento de três grandes programas federais, a saber: Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) e Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE).

Couberam à SUDENE apenas as funções de órgão coordenador ou executor da política federal para o Nordeste e essa nova estratégia, se não prejudicial ao Estado do Piauí, no mínimo, foi inócua. Se se tomar o rol de programas especiais para o Nordeste e os projetos prioritários do I e II PND, depara-se com uma grande distorção, com exceção do POLONORDESTE e Projeto Sertanejo,

cuja orientação de investimentos é discutível. Enquanto os Estados da Bahia, Pernambuco, etc. aquinhoavam-se com as maiores parcelas dos recursos e orientavam-se para setores produtivos (indústrias, distritos industriais, portos, etc.), o Piauí recebia a menor parcela e para aplicar em infraestrutura não prioritária, ou seja, que não acrescentava nada ao seu pouco desenvolvido sistema produtivo.

Enfim, vale salientar que o período sob a égide dos PNDs foi marcado pela euforia decorrente da notável “performance” da economia nacional, refletida nas altas taxas de crescimento na primeira metade do decênio, a qual estimulou o gigantismo das obras operadas pelos investimentos das empresas estatais, em setores econômicos e de localização que pouco benefício trouxeram ao Piauí. Mesmo os investimentos programados para a região Nordeste destinavam-se, preponderantemente, à consolidação do processo de industrialização que a região experimentara na década anterior e que sabidamente privilegiaria o eixo Bahia–Pernambuco–Ceará. De fato, os programas orientavam seus recursos para o atendimento de indústrias julgadas prioritárias, tais como as de sal-gema de Alagoas, de potássio de Sergipe, petroquímicas da Bahia, de minerais não ferrosos e fertilizantes. Além desses investimentos, mereceram referência a criação do polo têxtil e de confecção no Ceará e Rio Grande do Norte, bem como o aparelhamento do Porto de Itaqui visando ao projeto “Grande Carajás” e, ainda, os estudos do complexo industrial-portuário de Suape, em Pernambuco.

Todo esse esforço empreendido pela “nova política” do Governo, nos anos 70, procurou consolidar um polo industrial na região Nordeste compatível com a indústria do Centro-Sul do país. Assim, o II PND admite a necessidade do prosseguimento e intensificação da política até ali adotada. E mais: “No período de 1975-79, em função do II PND, todo o empenho fora desenvolvido no sentido de corrigir distorções ainda existentes no jogo das forças de mercado e de se aperfeiçoarem os mecanismos e instrumentos de intervenção no espaço regional.”<sup>16</sup> Para tanto, erigem-se os seguintes pressupostos básicos:

- consolidação das ações em curso na região;
- integração inter-regional;

- integração intrarregional;
- integração intersetorial;
- integração social;
- concentração em áreas-programa estratégicas.”<sup>17</sup>

A esta altura, cabe indagar-se: como a política de integração atenuaria as disparidades intrarregionais se, como se viu acima, os investimentos produtivos previstos estavam direcionados para os Estados de economias mais dinâmicas, permanecendo o Piauí à margem do processo? Ora, o II PND deixa sem resposta essa importante indagação. Intencionalmente ou não, nos objetivos, metas, estratégias, diretrizes e meios de intervenção, fica ausente qualquer referência ao encaminhamento operacional do terceiro pressuposto básico – a integração intrarregional.

Com relação a esse ponto, o documento parece encerrar certa contradição quando propõe o aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de intervenção dentro de um elenco de medidas visando à integração inter-regional, enquanto a mesma preocupação não está presente ali para corrigir as distorções existentes no mercado interno da região. Como resultado da política de integração do período, parece terem sido agravadas as disparidades intrarregionais, como, por exemplo, o maior distanciamento do Piauí em relação ao Estado da Bahia em decorrência de o primeiro não ter recebido tratamento, por parte do Governo Federal, compatível com sua condição de Estado mais atrasado da Federação.

### **3.2 O papel mediador da SUDENE**

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) surgiu em resposta à crise política regional, como mediadora nos interesses das elites locais e nacionais, na medida em que acenava com o planejamento “racional” das ações de Governo como elemento “neutro” da questão.<sup>18</sup> Sua atuação está marcada por duas fases: uma primeira, anterior a 1970, e uma segunda, desse ano aos dias atuais.

Como se salientou anteriormente, na fase atual a SUDENE está destituída do seu papel de mediadora, isto é, perde sua autonomia na formulação dos planos de desenvolvimento regional e passa à condição de órgão coordenador ou executor dos programas concebidos pelas agências federais da administração pública. Analisar seu direcionamento na solução dos problemas econômicos do Nordeste é analisar as políticas nacionais para a região por ela implementadas ou coordenadas, através dos programas especiais ou da continuidade da administração dos incentivos fiscais do antigo sistema 34/18, atual FINOR. Portanto, a análise que se segue, restringe-se à fase inicial de sua atuação.

Com base nas diretrizes emanadas do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) – “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” –, a SUDENE empenhou-se em atenuar as desigualdades regionais oriundas dos efeitos secundários (regionais) das políticas nacionais dos períodos anteriores, através de ações indiretas na economia, ou seja, via incentivos. Assim, elaborou quatro planos diretores, no período de 1960 a 1968, em que a ênfase era a industrialização do Nordeste como meio de alcançar seu desenvolvimento, embora fosse bastante abrangente a natureza de suas intervenções na economia. Entretanto, parece estar claro que essa excessiva ênfase parece destoar a ação em relação ao diagnóstico, quando este apregoa que “O primeiro objetivo de um plano de industrialização terá que ser o de modificar a tendência ao encarecimento relativo dos alimentos. A reestruturação da agricultura nordestina, visando a um uso mais racional e intensivo dos recursos de terra e água, constitui um pré-requisito da industrialização. É por esta razão que, no Plano de Ação aqui sugerido, dá-se ao problema do abastecimento de alimentos às zonas urbanas a mesma alta prioridade que à intensificação dos investimentos industriais.”<sup>19</sup> Se se tomarem as despesas diretas de investimentos propostos nos planos diretores, observa-se que o investimento em infraestrutura é mais que o dobro do que os investimentos em atividades primárias, enquanto as despesas diretas de investimentos na indústria têm participação relativa de 1,4% do total dos investimentos no I Plano Diretor, evoluindo para 5,4% nos dois últimos planos diretores.<sup>20</sup>

Daí concluir-se que a inversão da solução do problema agrícola nordestino, isto é, de desenvolver a agricultura a partir da industrialização do Nordeste, colocada nos planos diretores, não surtiu os efeitos esperados de aumentar a oferta de alimentos e de elevar o nível de renda na atividade. Por outro lado, a industrialização iniciada não foi capaz de absorver a mão de obra desocupada.

O reflexo dessa política, para o Piauí, parece ter sido desfavorável, uma vez que o setor primário foi o que mais se apresentou na economia piauiense com a ausência de uma política que aumentasse sua eficiência, reduzindo sobremaneira as possibilidades de engajamento do Estado no processo de desenvolvimento regional.

A intervenção da SUDENE na região Nordeste, em razão do seu caráter mediador coerente com a política nacional vigente, deu-se via incentivos à industrialização. Uma frente de atuação consistia na implantação de uma infraestrutura que fosse “capaz de criar uma atmosfera favorável” à implantação de empresas industriais. Estes incentivos indiretos consumiram a maior parte das aplicações dos recursos à disposição do órgão regional de planejamento, causando no final dos anos 70 um certo desequilíbrio dos investimentos indiretos em relação aos investimentos diretos. Na outra frente de atuação, a SUDENE operava com os incentivos diretos à industrialização do sistema 34/18. No período de 1960 até 1975,<sup>21</sup> a SUDENE havia aprovado 1.174 projetos dos quais apenas 24 eram destinados ao Piauí e se beneficiaram com 1,6% dos recursos totais liberados no período. Se se confrontar esse índice com a participação relativa, nas liberações totais, dos Estados de Pernambuco (29,6%) e da Bahia (36,3%), constata-se o grau de alijamento do Piauí no processo de industrialização do Nordeste.

Torna-se importante enfatizar que a presença acentuada de fatores limitativos na eficiência dos incentivos fiscais, ou seja, a ausência de condições objetivas à industrialização no Estado do Piauí, não foi levada na devida conta pela SUDENE. Não houve a preocupação de empreender uma ação compensatória para o Piauí. Fica, assim, evidenciado que o Piauí, ou melhor, os estratos social e economicamente mais representativos de sua população não eram partes da mediação da SUDENE e não marcaram presença com a

agressividade suficiente para serem ouvidos. Ocorreu o contrário: as elites piauienses mostraram-se sem aspirações maiores, defenderam apenas a manutenção do *status quo*.

No momento atual, em que o país e o mundo se encontram mergulhados em uma crise de grandes proporções, é preciso que se esteja atento para as reformas que se prenunciam no horizonte. É necessário, por exemplo, saber defender (ou recusar) uma reforma no sistema tributário nacional que venha beneficiar (ou prejudicar) o Estado. Na segunda hipótese, no caso de prejuízo, urge definir-se que compensações teriam de ser reivindicadas pelo Estado.

Por outro lado, quando se fala em mudança no “modelo” de desenvolvimento econômico brasileiro, em que se condena o gigantismo das empresas (sobretudo das estatais) e se defende “slogans” – como *small is beautiful* –,<sup>22</sup> é preciso que as autoridades deste Estado estejam atentas para tirar proveitos em benefícios da economia piauiense.

## **4 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PIAUIENSE NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS**

### **4.1 Síntese do contexto global**

O período pós-1950, em que a política econômica nacional esteve voltada para o desenvolvimento industrial, notadamente para a produção de bens de consumo duráveis e para os produtos agrícolas da pauta de exportação, sem o devido crescimento por parte do setor de bens de capital, trouxe consigo profundas modificações na economia do país, com sérias repercussões nas economias regionais.

Dentro desse contexto, o Piauí foi deixado praticamente à margem do processo de desenvolvimento. A estrutura produtiva aqui existente não foi capaz de acompanhar os novos rumos tomados pela economia do país e tampouco tais políticas trouxeram grandes mu-

danças positivas na estrutura socioeconômica do Estado. Pelo contrário, acentuaram-se consideravelmente os conflitos existentes.

Este foi um período de deterioração das atividades desenvolvidas no Estado, com o conseqüente agravamento da sua situação de dependência, afastando esse Estado cada vez mais das outras Unidades da Federação, pois, com a retração do mercado mundial de produtos extrativos, a economia piauiense sofreu profundas perdas, visto que esta atividade foi, durante quase meio século, a maior responsável pelo dinamismo dessa economia.

Foi, entretanto, a partir desta época que as políticas governamentais passaram a dar maior ênfase à industrialização brasileira. Porém, a esta altura do processo, a economia nacional já se encontrava bastante diferenciada, com fortes disparidades regionais, não só em termos da própria evolução das forças produtivas, mas também quanto à disponibilidade de capital social básico (mão de obra especializada, sistema viário, energia elétrica, entre outros), bem como em relação à existência de mercado consumidor e quanto à complementaridade entre os investimentos.

Como é sabido, todas essas diferenciações constituíam-se em fontes de economia externa para as empresas<sup>23</sup> e se encontravam localizadas principalmente no Centro-Sul.

A concentração de economia externa nessa região tem contribuído, juntamente com outros fatores, dentre estes o poder político, para o agravamento das disparidades regionais, pois constituem-se, na prática, em fortes fatores determinantes da localização dos investimentos públicos e privados. Por outro lado, sabe-se que a concentração das economias externas em uma região corresponde, em grande parte, deseconomia para o restante da sociedade, porque o seu aproveitamento leva, muitas vezes, à destruição dos pequenos e médios empreendimentos localizados em outras regiões.<sup>24</sup> Ao que parece, isto aconteceu na economia piauiense, principalmente a partir da política de integração nacional e da conseqüente “homogeneização” do espaço econômico brasileiro.

Além do mais, a canalização de grande volume de investimentos públicos para a região Sudeste, como conseqüência imedia-

ta da irracionalidade do planejamento econômico brasileiro, correspondem igualmente deseconomias para o restante da sociedade, haja vista que os recursos destinados a financiar tais investimentos provêm direta ou indiretamente da sociedade brasileira, a qual mais cedo ou mais tarde terá que pagá-los.

Como o Nordeste e, em particular, o Piauí não foram contemplados com o “grosso” desses investimentos, encontram-se, em termos de desenvolvimento econômico, cada dia mais afastados da região Sudeste, porquanto, para a região Nordeste e para o Piauí, em especial, não se dirigiu nenhum grande projeto governamental considerado de interesse nacional e tampouco se instituíram grandes empresas estatais que servissem de suporte à iniciativa privada.

Porém, toda a sociedade brasileira pagou e está pagando pelos grandes investimentos realizados principalmente na região Sudeste.

Embora o Piauí atualmente já disponha de uma estrutura viária até certo ponto bem desenvolvida, de um sofisticado sistema de telecomunicação e energia elétrica abundante, tais melhoramentos têm demonstrado serem incapazes de induzir, de maneira rápida, a alocação de recursos produtivos nesse Estado, pois os grandes centros comerciais e industriais do país, além desses serviços, oferecem aos investidores outras vantagens ausentes na economia piauiense, tais como: grande complementaridade entre os investimentos, grande mercado consumidor próximo, mão de obra especializada, entre outras, que, de certa forma, influenciam na alocação dos investimentos privados, uma vez que a presença desses fatores em uma economia proporciona menores taxas de incerteza dos investimentos, reduzindo os custos das empresas e dando margem a maiores taxas de retorno do capital investido.<sup>25</sup>

Está, assim, ausente da economia piauiense uma série de economias externas que levam as unidades produtivas instaladas nesse Estado ou as que aqui pretendem se instalar, a operarem com custos elevados em relação aos das outras regiões onde estas condições estão presentes.

Tal fato faz com que os poucos e frágeis produtores piauienses operem com custos relativamente mais elevados, sofrendo, como resultado, forte concorrência.

Essa concorrência tem levado muitos empreendimentos desse Estado à falência e emperrado o surgimento de vários outros, contribuindo para proporcionar à economia piauiense uma situação de dependência tanto na produção de bens primários como na produção de bens industrializados. Este tipo de dependência conduz, conseqüentemente, a outro tipo de dependência, qual seja a dependência financeira do Estado em relação ao Governo Federal.

Vale, aqui, ressaltar mais uma vez que a dependência financeira do Piauí não tem como única causa o pequeno desempenho das atividades produtivas nesse Estado, mas, entre outras, a política nacional de investimentos públicos, bem como a política tributária nacional.

Sabe-se que, com a reforma tributária nacional, na década de 1960, muitos dos impostos cuja arrecadação era da competência dos Estados foram transferidos para a esfera da União, subtraindo parcela considerável dos recursos próprios dos Estados, ficando muito desses praticamente impossibilitados de desenvolverem uma série de programas e projetos de interesse nacional e regional, não contemplados nas políticas federais.

Foi, então, a reforma tributária nacional que fortaleceu financeiramente a União e possibilitou a execução de uma política nacional que beneficiou, em sua essência, as regiões mais desenvolvidas, contribuindo para elevar ainda mais as disparidades regionais no Brasil.

## **4.2 A renda interna**

A evolução da renda interna reflete uma nítida tendência ao aumento das disparidades regionais, sendo que a economia piauiense vem sofrendo perdas relativas no contexto da economia nacional e regional.

Os dados da Tabela 1 apresentam uma tendência à deterioração da renda per capita piauiense quando comparada com a do Nordeste e a do Brasil.

Em 1970, esta renda apresentava cerca de 52,8% da renda per capita regional, percentual inferior ao de 1950, que era de 56,6%.<sup>26</sup>

Do ponto de vista nacional, essa deterioração tem sido ainda mais acentuada, pois enquanto, em 1950, a renda per capita piauiense representava 24,3% da renda per capita brasileira, em 1970 ela reduzia-se a 19,2%. Embora não se tenha dados disponíveis que permitam medir o mesmo coeficiente para o ano de 1980, todas as informações – quantitativas e qualitativas – disponíveis conduzem à conclusão de que o coeficiente também reduziu-se durante a década de 70.

Este fato reflete, em parte, o baixo dinamismo da economia piauiense nas três últimas décadas.

No que diz respeito à evolução setorial da renda gerada pelos setores produtivos, pode-se observar (Tabela 2) que o Piauí apresenta uma tendência igual às demonstradas pelo Nordeste e Brasil, ou seja, o setor primário com uma participação relativa decrescente e os setores secundário e terciário com tendência inversa.<sup>27</sup>

A participação no setor primário, em 1950, era de 44,5% no Piauí, 42,6% no Nordeste e 26,7% no Brasil. Já em 1970, a participação desse setor na geração da renda se reduziu para 27,1%, 18,9% e 10,2% no Estado, na região e no conjunto do país, respectivamente.

O setor secundário, no ano de 1950, participava com 4,1% na geração do Produto Interno Bruto do Estado. No entanto, a participação desse setor atingia 12,4% no Nordeste e 23,4% no Brasil. Em 1970, o setor passa a contribuir com 6,8%, 14,7% e 36,3% para as mesmas unidades acima citadas.

O setor terciário participava, no início do período (1950), com 51,4% do PIB local enquanto que sua participação era de 45% no Nordeste e de 49,9% no Brasil. No último período, ou seja, nos anos de 1970, essa contribuição elevou-se para 66,1% no Piauí, 66,4% no Nordeste e 53,4% no Brasil.

Num primeiro momento, a observação desses dados pode levar a supor que o Estado, por responder igualmente aos anseios traçados para o conjunto do país, goza da mesma gama e grau de benefícios que as outras Unidades da Federação. Não se deve esquecer, entretanto, a posição de desigualdade ocupada pelo Piauí dentro da região e no contexto nacional, fazendo com que os problemas dentro do seu território sejam bem mais acentuados e suas consequências, mais sérias.

Os dados acima revelam uma economia com sérias distorções: um setor secundário praticamente insignificante, pois sua participação na geração da renda não atinge os 7%; um setor terciário que se apresenta com uma participação superior a 66%, ficando para o setor primário uma participação de aproximadamente 27% na geração da renda interna (dados da FGV).

No entanto, dados recentes da SUDENE, para o ano de 1975, revelam uma composição setorial da renda um pouco diferente: setor primário – 28,4%, secundário – 17,1% e terciário – 54,5% (Tabela 3).

Tomando-se uma ou outra fonte estatística, está-se diante de uma economia com um setor terciário excessivamente grande quando comparado com a dimensão do setor secundário. Pode-se, pois, com base nos dados e informações disponíveis, levantar a hipótese de que o gigantismo do setor terciário nesse Estado deve-se ao fato de o subsector Governo constituir-se num dos maiores empregadores, como também à posição de entreposto comercial que ocupa o Estado do Piauí no contexto nacional.

Contudo, o fato que mais chama a atenção no decorrer dessa análise é a nítida tendência à concentração da renda nos setores secundário e terciário (Tabela 5) em detrimento, obviamente, do setor primário, visto que os dois primeiros setores eram responsáveis, em 1950, pela geração de 55,5% da renda do Estado e detinham somente 5,4% da população ocupada, enquanto o setor primário respondia pela geração de 44,5% da renda, mas, em contrapartida, detinha 94,6% da população ocupada.<sup>28</sup> Mas, no ano de 1970, essa relação já se encontra substancialmente alterada, porque os setores

secundário e terciário aparecem como responsáveis pela geração de 72,9% da renda interna, porém empregam somente 5,2% da população ocupada no Estado do Piauí, percentual inferior ao do ano de 1950. Assim, tem-se que o setor primário reduziu sua participação na renda de 44,5%, em 1950, para algo em torno de 27%, em 1970, continuando a reter a grande maioria da população ocupada nesse Estado – 94,7%.

Esses dados revelam, além de uma grande concentração setorial da renda, uma má distribuição desta mesma renda, porquanto é o setor primário que detém a maior parte da população ocupada, a qual se apropria da menor parcela do produto interno gerado.

Vale, aqui, destacar que, embora os setores terciário e secundário sejam os setores dinâmicos da economia e os maiores responsáveis pela geração da renda interna do Estado, é, todavia, o setor primário aquele que ocupa maior parcela da mão de obra e serve de suporte aos demais setores, merecendo, portanto, atenção especial neste estudo.

### **4.3 O setor primário**

Como já foi visto, é o setor primário o responsável pela absorção da grande maioria da mão de obra ocupada no Estado do Piauí, porém, quase a totalidade desta população vive em precárias condições de vida. A esta população falta água, energia, crédito entre vários outros serviços postos à disposição da população dos outros setores da economia. Tem esta população como único meio de subsistência o cultivo à terra, que normalmente se encontra apropriada por uma minoria.

Além do mais, essas terras se encontram subutilizadas, pois os grandes proprietários rurais detêm grandes áreas não para cultivar e produzir, mas como reserva de valor.

Desse modo, as terras são utilizadas simplesmente para a criação extensiva de gado e/ou para a agricultura de subsistência,

praticada por pequenos agricultores sob as mais variadas formas de relacionamento, principalmente, parceria e arrendamento. Este relacionamento, ao longo dos anos, além de impor ao pequeno produtor rural altas taxas de desfrute, sob a forma de renda da terra, tem impedido uma melhor utilização das terras piauienses, haja vista que o parceiro e o arrendatário, há vários séculos, vêm sofrendo as mais diversas formas de exploração, encontrando-se limitados economicamente e socialmente para expandir a produção. Encontram-se praticamente impossibilitados de adotarem qualquer inovação que permita cultivar maiores áreas, bem como aumentar a produtividade do trabalho.

O fato de os grandes proprietários rurais reterem a terra como reserva de valor, juntamente com a exploração secular a que está submetido o pequeno produtor sem terras, tem, de certa forma, determinado o baixo uso das terras no Brasil e, em especial, no Piauí, onde as “relações de produção” tipo parceria e arrendamento têm-se mostrado mais persistentes.

**DISTRIBUIÇÃO E USO DA TERRA:** para o Brasil, em seu conjunto, o número de estabelecimentos agropecuários cresceu acentuadamente no período de 1950-75 – 141,8%.<sup>29</sup> Esta proliferação foi ainda maior no conjunto do Nordeste – 178,4% – para os mesmos anos (Tabela 6). Dentro da região, no mesmo período, o Piauí detém o maior percentual – 535,2%. Embora tenha havido incorporação de novas áreas, o crescimento da área total não mantém nenhuma proporção com o número de estabelecimentos.

Durante os 25 anos considerados, no Brasil, no Nordeste e no Piauí, a expansão da área dos estabelecimentos aumentou 39,5%, 44,8% e 36,3%, respectivamente, para as três unidades geográficas mencionadas. Porém, o tamanho médio dos estabelecimentos medidos em hectares reduziu-se aceleradamente, tanto no conjunto do Brasil quanto na região Nordeste e, sobretudo, no Piauí.

## ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM HECTARES

ANOS	PIAUÍ	NORDESTE	BRASIL
1950	230,95	64,35	112,5
1960	104,35	44,73	74,9
1970	43,69	33,66	68,5
1975	48,58	33,47	64,9

Fonte: Fundação CEPRO – Dados calculados a partir de informações do Censo Agropecuário do Piauí – 1950-75 e do Anuário Estatístico do Brasil – 1973-1980.

Os números acima apresentados evidenciam uma brusca redução no tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários no Brasil e, especialmente, no Piauí. Entretanto, caso esse estudo seja feito por estrato de área, evidencia-se que não só o número de pequenos estabelecimentos (com menos de 10 ha) está aumentando a altas taxas, mas também que o número dos grandes estabelecimentos (com mais de 1.000 ha) vem aumentando. Demonstram, então, esses dados, que está havendo, no Estado no Piauí, um processo contraditório: latifundização/minifundização. Neste processo, além da tendência natural do capitalismo – apropriação/expropriação –, bem como da transmissão da propriedade privada através da herança, têm peso fundamental as políticas de desenvolvimento traçadas para o setor primário pela SUDENE, baseadas em grandes projetos agropecuários.

Os grandes estabelecimentos agropecuários no Estado do Piauí encontram-se subutilizados, não apenas os tradicionais, mas principalmente aqueles que constituem os grandes projetos agropecuários beneficiados com incentivos da SUDENE. Raríssimos desses projetos apresentam alguma produção, e a grande maioria deles encontra-se abandonada, sem nada produzir.

Os dados sobre a utilização das terras no Piauí (Tabela 7) reforçam essa afirmação, pois, no ano de 1975, apenas 7% das terras agricultáveis estavam ocupadas no cultivo das lavouras, ao passo que 37% estavam ocupadas com pastagens, sendo que, destas, 95,4% eram compostas por pastagens naturais. O restante das terras agricultáveis era constituído, em sua maioria, por “terras não utilizadas”.

Diante desses fatos, pode-se levantar a hipótese de que os grandes projetos agropecuários implantados nesse Estado não têm como objetivo obter uma produção imediata, mas possuem outro maior, qual seja a utilização das terras como reserva de valor e/ou como veículo para levantar recursos a juros subsidiados e desviar sua aplicação para outras atividades mais lucrativas, geralmente localizadas fora do território piauiense.

Assim, a escassa utilização das terras no cultivo das lavouras, incluindo-se entre elas as alimentares, é bastante comum no Nordeste e crítica no Piauí, região em que as características perversas do crescimento brasileiro e regional se encontram extremamente acentuadas.

Não obstante, a área das terras ocupadas com culturas temporárias (Tabela 8) experimentou grande incremento no período de 1950-1980.

A taxa de crescimento das terras ocupadas com esse tipo de cultura, no período considerado, atingiu 252%. Porém a área que se destina às culturas permanentes, no mesmo período, aumentou mais que proporcionalmente ao incremento daquelas, tendo atingido um crescimento de 2.535%.

Com base nisso, pode-se afirmar que as culturas temporárias nesse Estado vêm aumentando sua participação no total da área das lavouras, contudo este aumento não se dá em detrimento da área das lavouras temporárias.

Apesar de a agricultura piauiense continuar predominantemente ligada a métodos tradicionais de cultivo, observa-se que estão ocorrendo algumas modificações importantes, pois, além dessa diversificação do tipo de lavouras, algumas áreas do Estado estão passando de uma agricultura de subsistência, voltada para o autoconsumo, para culturas mais comerciais, possivelmente em decorrência de uma maior integração do mercado local e regional. Tal fato poderá levar lentamente a agricultura piauiense a uma certa especialização na produção de determinadas áreas e a uma maior divisão social do trabalho. Em consequência, esta atividade poderá experimentar o aumento da produção e da produtividade.

de. Entretanto, o rendimento médio das principais culturas tem se apresentado decrescente nos últimos 30 anos (ver Tabela 9). Tais fatos vêm reforçar, de certa maneira, o caráter rudimentar com que ainda se desenvolve a atividade agrícola, que, embora cresça em termos absolutos, revela um crescimento em função dos constantes aumentos no volume de terras e horas de trabalho incorporados na produção.

Um fato que chama a atenção, no entanto, é que o Piauí caracteriza-se como um Estado que importa de tudo, inclusive gêneros alimentícios, e tem uma produção disponível/hab./ano de alguns desses produtos bastante elevada<sup>30</sup> (Tabela 9).

Para melhor exemplificar, apresenta-se a relação seguinte, referente ao ano de 1980, onde a produção sofreu grandes reduções por problemas ligadas à seca, porém, assim mesmo, essa relação foi elevada:

- arroz: 36kg/hab./ano
- feijão: 13kg/hab./ano
- mandioca: 390kg/hab./ano
- milho: 34kg/hab./ano.

Portanto, ao se acreditar nos dados oficiais da produção, pode-se dizer que os fatores que fazem do Estado grande importador, pelo menos no que se refere a alguns dos principais produtos agrícolas, não estão ligados à insuficiência da produção local, e sim a fatores vinculados à estrutura de comercialização e de geração de renda interna concentrada no setor terciário. Somente associando-se essa concentração de renda no setor terciário à má qualidade dos produtos da agricultura piauiense, pode-se justificar a importação de alguns produtos, tais como: arroz, feijão e farinha de mandioca.

**PECUÁRIA:** no que diz respeito à pecuária, observa-se que esta vem, nas últimas décadas, perdendo sua importância relativa na formação da renda do setor primário.

Embora o principal rebanho – o bovino – venha crescendo ao longo do período de 1950-1980, este crescimento não acompanha o desempenho dos demais setores econômicos – crescimento

médio anual de 1,4% a.a., no período, bem inferior ao desempenho dos demais setores.<sup>31</sup>

Vários são os fatores condicionantes do desempenho do rebanho bovino. Entre eles, pode-se destacar o próprio caráter extensivo da pecuária piauiense. Além do mais, com o avanço da agricultura, vai-se reduzindo continuamente a disponibilidade de terras, de pastagens naturais, como também a disponibilidade de água, pois a agricultura tende a ocupar as terras dos vales úmidos. Também ação predatória do vaqueiro piauiense, que anualmente realiza imensas queimadas nas chapadas do sertão, vem reduzindo, ao longo do tempo, a disponibilidade de pastagens naturais, fator responsável pelo rápido desenvolvimento da pecuária piauiense, principalmente nos primeiros séculos de colonização.<sup>32</sup>

Por outro lado, os métodos da criação pecuária nesse Estado não têm recebido grandes inovações, estando, assim, essa atividade em desvantagem quando comparada com aquela desenvolvida em outros Estados da Federação.

Todavia, foi na última década que a pecuária piauiense apresentou maior taxa de crescimento, uma vez que essa atividade vem experimentando algumas melhorias na qualidade dos rebanhos, bem como nos métodos de criação. No entanto, tais melhorias não se encontram ainda generalizadas, atingindo apenas uma pequena parcela dos criadores de bovinos e uma ainda menor parcela dos criadores de caprinos, ovinos e suínos. Por sua vez, a criação de aves sofreu mudanças substanciais nos métodos de produção, sendo que tais mudanças restringiram-se quase que exclusivamente às cercanias dos maiores centros consumidores – Teresina, Parnaíba e outros de menor importância.

Diante dos fatos constatados e com base em depoimentos do pessoal técnico ligado ao setor, pode-se afirmar que a única saída para a pecuária piauiense seriam as inovações nos métodos de criação, ou seja, a mudança de uma pecuária extensiva para uma pecuária intensiva ou semi-intensiva – obviamente que de acordo com as peculiaridades de cada rebanho e de cada região –, pois, só assim, podem esses rebanhos receber os tratamentos culturais que a realidade piauiense exige na atualidade.

Além disso, vale destacar que a mudança no caráter extensivo do criatório piauiense exige, entre outros fatores, grande volume de investimentos.

## **4.4 Outras transformações recentes na economia piauiense**

### **4.4.1 A intensificação das relações estado-economia**

Uma indagação inicial servirá de fio condutor nesta análise exploratória. Que transformações recentes haveriam atingido o Piauí, inclusive Teresina, urbanizada com muitas avenidas e iluminação de mercúrio? Ou seja, para além das aparências, que transformações realmente substantivas teriam, nos últimos trinta anos (1950-1980), direcionado positiva ou negativamente a socioeconomia do Piauí? À primeira vista, poder-se-ia cogitar nada de importante deva ter acontecido numa economia de muito baixo nível de atividade e onde a renda média por pessoa ocupada, no período de 1968-1970, só tenha atingido Cr\$805,00 contra Cr\$4.340,00 e Cr\$2.648,00, respectivamente, para São Paulo e Brasil.<sup>33</sup>

Nesta análise, admite-se, no entanto, que o Piauí tem passado por inúmeras e contraditórias transformações, inclusive aquelas que o aprisionam no profundo poço da depressão econômica. Portanto, a aparente estagnação não exclui todo um processo de mudanças. Ao contrário, é a qualidade destas mudanças que tem determinado o baixo nível das atividades produtivas aqui desenvolvidas, como ainda a irregular apropriação dos benefícios do trabalho pelos diversos grupos sociais. Tanto fatores internos (alta concentração da riqueza-terra e renda, escassez e má alocação dos fatores de produção, ausência de ímpeto empresarial, escassos recursos naturais conhecidos, baixo poder de negociação e decisão dos governos, dos políticos e dos empresários) quanto fatores externos ao Piauí (o modelo brasileiro de desenvolvimento, o controle de decisões/recursos pelo Poder Central, a ausência de política regional efetiva), inter-relacionadamente, engendraram a atual performance econô-

mica do Piauí. Neste contexto, a intensificação das relações entre Estado e Economia se constitui um fator institucional de extrema relevância frente ao processo econômico-social em vigor.<sup>34</sup>

A convicção aqui registrada é a de que o Estado, no Piauí, teria tido um direcionamento mais significativo rumo à economia a partir do Governo Chagas Rodrigues (1959-1962), coincidindo com o Plano de Metas JK e a criação da SUDENE, quando, então, as ações anteriores de governos locais, fundamentalmente burocráticas, administrativas e políticas, deram lugar a várias ações de substancial conteúdo econômico. Se bem que o tamanho do setor público, numa economia, não possa ser suficientemente medido pelo tamanho do aparelho estatal, foi, entretanto, o Governo Chagas Rodrigues que implantou o planejamento estadual, criando a Assessoria Econômica da Governadoria do Estado,<sup>35</sup> reestruturando a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODESE), disciplinando a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico,<sup>36</sup> criando a AGRINPISA (hoje CIDAPI) e, ainda, restabelecendo e organizando o Departamento de Agricultura do Estado, antes extinto.<sup>37</sup> Estas medidas, evidentemente, incrementaram a participação e importância do Estado na economia do Piauí. E talvez por serem de caráter mais qualitativo do que quantitativo, não tenham sido captadas pelos indicadores montados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais (IJNPS, Recife) ao analisar a intervenção estatal deste período. Este Instituto de Pesquisas elaborou para a economia piauiense o indicador dado por: Gasto Público Total/Produto Interno Líquido, que expressa quanto da renda interna foi gerado no compartimento estatal.<sup>38</sup> O resultado indicou, contudo, que, “entre 1947-1968 a despesa pública no Piauí foi uma proporção média de 23% do produto” (IJNPS, 1973). Quando se considera que, para o Nordeste, no mesmo período, esta proporção foi da ordem de 21% e que, para o Brasil (1968), o indicador coincide com o do Piauí (23%), então, pode-se avaliar o peso da intervenção estatal na geração da infraestrutura, da renda e do emprego ou ocupação. Outra conclusão é que os anos cinquenta, de modo geral, “testemunharam uma presença mais vigorosa do setor público” na atividade econômica estadual, presença somente suplantada pelo grau de participação posterior a 1964, quando muda, pela desautonomia, o conteúdo da intervenção estatal.

De fato, a intensificação, propriamente, das relações Estado-Economia no Piauí só ocorreu com o novo aparato político-institucional iniciado em 1964. Ora, se para o país como um todo este foi um momento de fortalecimento da tecnocracia e do capitalismo de Estado brasileiro, para o Piauí, dada a pouca expressividade do sistema produtivo, a intervenção federal na economia, através dos governos estaduais e municipais, acarretou impactos desconcertantes em relação ao padrão anterior de crescimento. Assim, entre outras consequências, a centralização dos recursos financeiros pelo Poder Central implicou que as decisões mais importantes sobre a economia estadual passassem a se efetuar antes em Brasília e não em Teresina. Os governos estaduais e locais, sem o poder e o saber para negociação, passaram a gestores solícitos de programas, políticas e recursos federais, aceitando os recursos em troca de não questionar o rumo e a lógica das aplicações, mesmo sob o risco de engendrarem uma economia capenga.

#### **4.4.2 A modernização da periferia produtiva**

Em que resultou, até hoje, esta preponderante participação do Estado tecnoburocrático na economia piauiense? Nos moldes em que foi efetuada, resultou numa economia disforme e extremamente especulativa em vez de produtiva, como será demonstrado nos subcapítulos que seguem. Inicialmente deve ser registrado que coube fundamentalmente ao Estado (níveis federal, estadual e municipal) modelar a inserção (o acoplamento) do Piauí ao crescimento nacional através da expansão e da modernização da periferia produtiva, ou seja, da parte exterior do sistema produtivo piauiense (infraestrutura física e infraestrutura social). Tal modelo de inserção, seguramente, preteriu avanços significativos do Estado pelo interior do sistema produtivo (Agricultura, Indústria), como demonstra a análise da estrutura dos investimentos públicos de 1960-1970 e de 1974-1979. Tanto no primeiro período (quando são incluídos os investimentos do BB, BEP e FRIPISA) quanto no segundo período (1974-1979), a ênfase das inversões estatais foi a mesma: energia elétrica, abastecimento d'água, estradas, telecomunicações. De 1965 a 1969, justifica-se que a construção de Boa Esperança (COHEBE)

“responda pela fatia maior da formação bruta de capital fixo do setor público no Piauí [...] e é o peso da COHEBE que vai sustentar a alta taxa de investimento público”. Em termos percentuais, a razão Investimentos COHEBE/Investimentos Públicos Totais, para os anos de 1965 a 1969, atinge, respectivamente, 58,9; 39,8; 76,0; 74,9 e 56,5.<sup>39</sup>

A febre infraestruturalista acentua-se, porém, em meados dos anos 70 e novamente pode ser retratada mediante as prioridades das inversões. De 1974 a 1979 (6 anos), os governos (federal, estadual e municipal) destinaram 23,27% dos recursos para Energia, Água e Construções; 0,11% para Indústria; 35,65% para Estradas e 7,12% para Agropecuária contra 30,17% para Serviços Comunitários.<sup>40</sup> Mesmo se se considerar somente a receita estadual total do período de 1975-1979, ter-se-á ainda um indicador médio de infraestrutura que leva o Piauí a bater, proporcionalmente, qualquer outra Unidade Federada, inclusive São Paulo: 28% da Receita Total foi esterilizada em investimentos infraestruturais, isto é, investimentos economicamente improdutivos (e, portanto, que não geram produtos).<sup>41</sup> Explica-se, então, porque o Piauí, já em 1971, dá-se o luxo de exibir uma relação “quilômetros de estradas por habitante” (km/1.000hab.) de 19,6 superior à situação do Nordeste e do Brasil, com 10,3 e 12,5, respectivamente,<sup>42</sup> empurrado que foi pela lógica da “integração nacional”.

Deste modo, se houve um tempo em que fábricas foram fechadas no Piauí por falta de estradas/energia, hoje o Estado detém externalidades e uma infraestrutura já desproporcional ao seu baixo nível de produção, sofisticada (inicia-se a telefonia rural!), mas, paradoxalmente, não tem fábricas. Em vez da implantação de fábricas, o Estado todo foi transformado num imenso “entreposto comercial” onde de tudo se vende, porém quase nada se produz.

#### **4.4.3 O “inchamento” do setor terciário piauiense**

Já é clássico entre pesquisadores o conhecimento do fato de que, nos países de capitalismo avançado, a participação do setor Terciário (Comércio, Governo e Serviços) no PIB é normalmente superior à participação da Agricultura ou à contribuição da Indús-

tria. Assim é nos Estado Unidos, onde a Agricultura representava 2,8%, a Indústria 40,2% e o Terciário 57,0% no PIB de 1977; ou na Suécia, onde o mesmo indicador era de 4,7%, 42,4% e 52,9% para os setores respectivos.<sup>43</sup> Pois, no Piauí, também é assim. Um Estado de economia de subsistência, atrasado e com um peso médio desprezível de 0,45% na formação da renda interna líquida brasileira (1947-1968),<sup>44</sup> contudo um comportamento econômico inerente a países como Japão e Estado Unidos. Como é evidente, trata-se de brutal anomalia do sistema produtivo piauiense, uma vez que este sistema atrasado não possui e nem mesmo pode possuir quaisquer daquelas razões que explicam o fenômeno, lá no capitalismo avançado.

A análise da composição do produto gerado no Piauí, nos anos de 1950/1960/1970, fornece uma radiografia desta anormalidade da economia estadual. Em 1950, o Terciário contribuía com 51,4% para o produto interno contra 44,5% e 4,1, respectivamente, da Agricultura e Indústria. Nos três anos considerados, esta participação é preponderante, todavia o peso da contribuição, no ano de 1970, foi extremamente eloquente: de 47,2% (em 1960) o Terciário saltou para 66,1%, enquanto a Agricultura decresceu de importância na ordem de 47,1% para 27,1%. E, dentro do Terciário, o subcomponente que sempre representou maior peso foi o Comércio.<sup>45</sup> Destes fatos, algumas consequências foram aqui levantadas, tendo em vista mostrar problemas graves da estrutura econômica estadual. Ora, se a Agricultura perde participação na geração do produto, a Indústria permanece incipiente e o setor que mais cresce é o Terciário; então, a consequência imediata é que a economia vai se tornando cada vez mais improdutivo, ou seja, vai perdendo a capacidade de gerar produto, os bens materiais de utilização final ou intermediária necessários à população. A economia se apresenta, assim, com um “intumescimento” que é, simultaneamente, causa e efeito do desenvolvimento e da preponderância da atividade comercial do Piauí. Mesmo sob a suposição de que, nos últimos anos, o valor agregado pela Agricultura e Pecuária possa vir crescendo, o fato de o Terciário crescer mais rapidamente já denuncia o “inchamento” da economia. A economia cresce em valores monetários, mas à custa de um processo produtivo localizado fora das fronteiras estaduais e sem o respaldo de produção física

interna, porque embasada no Terciário, sobretudo no Comércio alicerçado no Governo, via demanda. Assim, a venda de produtos, sobretudo manufaturados (do alfinete ao videocassete), é, senão, a última etapa de um processo de industrialização localizado não no Piauí, mas nas metrópoles do complexo Sul (por conseguinte, não somente São Paulo). E o ar de cidade comercial que ostenta Teresina e todas as principais cidades do Estado, vem carregado, portanto, da conotação de “entrepasto comercial”, o que faz ver a condição de mercado cativo a que o Estado foi reduzido. Mercado, aliás, cuja amplitude não depende do complexo do Centro-Sul, sendo este, porém, o aproveitador máximo do poder de compra que aqui se localiza.

Considerando-se agora os agentes da ligação entre a economia estadual e o Centro-Sul, faz-se, então, uma indagação. Por qual razão o empresário piauiense do comércio, com os lucros dos seus negócios, em vez de derivar para a indústria, prefere abrir na outra esquina a filial de sua empresa? Seguramente, porque ser intermediário é um bom negócio. Os projetos de ampliação das firmas já existentes, através das inversões dos lucros acumulados, assim como da utilização dos empréstimos bancários, devem proporcionar benefícios comparativamente superiores às vantagens oferecidas pela Indústria ou Agricultura. Dada a desvantagem em realizar investimentos no setor industrial ou no setor agrícola, o comércio, então, representa um “refugio” para o empresário do Piauí que se acomodou pelas dificuldades no ato de acumular noutro setor. Além disto, a atividade comercial envolve menos riscos, não precisa de tempo de maturação, satisfaz-se com uma organização tradicional, tem fontes de provisionamento variadas, tem o Estado como grande demandante e se beneficia ao máximo do fenômeno de “anomia” (ausência de regulamentação institucionais rígidas), por exemplo, para fazer antecipação da elevação de preços. (LAURO CAMPOS, 1980).<sup>46</sup>

Assim é que, via importação de produtos manufaturados (produtos têxteis, eletrodomésticos, automóveis, produtos alimentícios industrializados, máquinas e equipamentos, etc.), como ainda a importação de produtos agrícolas (87,1% de hortifrutigranjeiros, carne de Goiás, arroz da Tailândia, milho dos Estados Unidos), o

grau de dependência da economia atinge, hoje um nível insuportável para o débil sistema produtivo estadual. Se se tomar, por exemplo, o indicador do grau de dependência dado por “Importações/Produto Interno Líquido”, já no período de 1960-1967 “esta relação era de 50% contra uma cifra nacional de 7,8% (IJNPS, 1973).”<sup>47</sup> Considerando-se que o escancaramento da economia estadual acentuou-se na década de 1970, a cifra da dependência, hoje, deve girar em torno de 90%, o que significa dizer que para cada 1.000 cruzeiros do produto gerado internamente, o Piauí necessita importar mercadorias no valor de 900 cruzeiros.<sup>48</sup>

Paralelamente à onipresença da atividade comercial, o setor Terciário cresce, também, em virtude do ativamento de um conjunto de outras atividades mais claramente especulativas, isto é, que envolvem aumentos de riqueza sem os correspondentes aumentos de produção. É significativo, a este respeito, ver que o subsetor Aluguéis, altamente especulativo, enquanto contribuía para o Terciário do Piauí com 2% em 1950 e 1960, passou a representar 14,8% em 1970. Ora, uma participação dos Aluguéis da ordem de 14,8% no Terciário, implicando um peso de 9,7% no total do PIL, significa um peso superior ao da própria Indústria (6,8%) ou superior ainda à contribuição de todo o setor Transportes somado ao rico programa de Telecomunicações (6,5%).<sup>45</sup>

O comportamento dos Aluguéis, aliado a outros indicadores, demonstra, assim, que a poupança líquida dos grupos sociais (1% da população) que se apropria de 50% da renda interna, como ainda a poupança das empresas (na maioria comerciais), celeremente se desviam dos setores industriais e agrícola. Estas poupanças líquidas passam, no entanto, a alimentar circuitos de investimentos de especulação já bem conhecidos, tais como: compra de terras urbanas, compra de terras rurais, criação de empresas imobiliárias (motivada pela urbanização), compra de ouro, compra de moeda estrangeira ou ainda aplicações no sistema financeiro da habitação, o que significa uma exportação da poupança. Esta hipertrofia relativa da renda seguramente concorre para a hipertrofia da estrutura produtiva, a qual perdurará acentuada até que o Estado, em se transformando em Estado-empresário, não relute, tão renitentemente, em criar um setor produtivo estatal complementar no Piauí.

#### 4.4.4 As transformações no comércio exterior piauiense

Captar e compreender as alterações recentes no âmbito do comércio exterior<sup>49</sup> é, também, fundamental para uma inteligente política de desenvolvimento e de ativamente econômico do Piauí.

Realmente, o comportamento das transações do Piauí com o estrangeiro indica uma crescente revitalização deste setor econômico, que, se planejada, poderia se propagar pelo interior da economia piauiense, com saldos positivos para os níveis de renda e emprego. Daí a importância da atenção a algumas dessas transformações aqui sugeridas.

Fundamentado no fato de que, no período de 1960-1971, as exportações piauienses para o resto do mundo vinham decrescendo em relação às exportações para os Estados do Nordeste e do resto do Brasil, o IJNPS, então, previa, em 1973, que o comércio do Piauí se faria sobre o alicerce do sistema de vias internas, inclusive “pela fraqueza piauiense em termos portuários.”<sup>50</sup> Ou seja, a crise do comércio internacional de produtos do extrativismo forçaria à quase substituição do comércio exterior pelo comércio inter-regional de mercadorias, já claramente ascendente na década de 60. De fato, a queda das exportações foi drástica. De 4.227.178kg de cera de carnaúba exportada em 1956, houve redução para 93.275kg em 1961 (CODESE). E mais: em termos percentuais, as exportações de 1960, que representavam 32,5% do total (estrangeiro, Nordeste, Brasil), passaram para 6,6% em 1967 (IJNPS, 1973). O diagnóstico do Instituto de Pesquisas, no entanto, só parcialmente funcionou. Ocorreu, de fato, o escancaramento da economia para o resto do país no tocante sobretudo às importações, fenômeno este já alarmante na década de 60. Porém, as importações de procedência do estrangeiro continuaram diminutas, enquanto as exportações estaduais cresceram em quantidade (t) e em valor (cruzeiros correntes) durante todo período de 1976-1981. O saldo da balança comercial, evidentemente, foi positivo neste período, tendo atingindo um mínimo de 36,0 milhões de cruzeiros em 1976 e um máximo de 1.574,5 milhão em 1981.<sup>51</sup> As exportações neste ano alcançaram 1.632,7 milhão, o que representa um incremento de 702,6 milhões de cruzeiros em relação ao ano anterior. Para se avaliar este desempenho, basta ver que esta cifra de exportação é su-

perior a toda a renda interna gerada no Piauí no ano de 1970, no montante de 1.542,8 milhão de cruzeiros, a preço de 1975.<sup>45</sup>

Do ponto de vista da estrutura das exportações, tem-se também um fato novo. Ao mesmo tempo em que houve uma diversificação dos parceiros comerciais do Piauí, o que já inclui até mesmo países da área socialista, a pauta de exportações apresentou, também, enorme diversificação. O Estado já não exporta somente cera de carnaúba, derivados de babaçu e castanha de caju, mas uma gama de mercadorias que podem ser classificadas, conforme Hélio Matos,<sup>52</sup> em “produtos tradicionais” (couros e peles, cera de carnaúba, babaçu, castanha de caju) e “produtos novos” (camarões, lagosta, pilocarpina, opalas). Alternativamente, poder-se-ia classificá-los ainda em “produtos extrativos”, “produtos industrializados” e “produtos de pesca”<sup>53</sup>, de tal modo a permitir inferir deste perfil de exportações alguns resultados.

Os produtos extrativos em geral (extrativismo vegetal e animal), como era esperado, apesar de crescerem ano a ano e não obstante o excelente desempenho da pilocarpina, vêm perdendo, em termos de receita cambiais, não só para o grupo dos produtos industrializados, mas até mesmo para o grupo de pesca. Em 1981, o valor das exportações de produtos extrativos atinge apenas US\$ 1.713,0 mil dólares contra US\$ 4.129,00 mil dólares e US\$ 15.503,00 mil dólares, respectivamente, dos “produtos de pesca” e “produtos industrializados”. De 1980 a 1981, estes grupos cresceram à taxa de 34,5%, 101% e 75,6%, propriamente, convindo destacar, dentre eles, apenas dois produtos. A cera de carnaúba, contrariamente ao divulgado, não saiu ainda da pauta de exportações. Tem tido mesmo um peso razoável ainda que decrescente, de 1979 a 1981. A cera representou, nesses anos, 22%, 21,61% e 15,76% do valor total das exportações piauienses. Quanto ao item “couros e peles”, foi aqui destacado para contribuir na desmistificação do Piauí como “civilização do couro” (e de “vocação pecuária”). De longo tempo o couro do Piauí é de muito pouca expressão estadual e nacional.

Dos US\$105,00 milhão de dólares oriundos da exporta o brasileira de couros em 1981, o Piauí contribuiu com US\$2,02 milhões de dólares, ou seja, com apenas 1,93%. Positivamente, um lu-

gar pouco honroso para um Estado cujos representantes alardeiam, porém sem mostrar trabalho, o direito ao “polo coureiro” da região.

Sobre a ação dos governos na área das exportações estaduais, ela é quase inexistente. Hélio Matos reforça esta assertiva ao afirmar: “É preciso ter em conta que o desenvolvimento das exportações do Estado tem sido obtido sem a existência de fatores considerados quase como indispensáveis, quais sejam:

1. existência de uma infraestrutura física (portos, transportes...);
2. apoio promocional ao setor, incluindo assessoria técnica, informações mercadológicas e prestações de serviços. Sabe-se que, a respeito, nada tem sido feito no Piauí, ressentindo-se o Estado de técnicos e instituições capazes de orientar e estimular os empresários para o setor de exportação.”<sup>52</sup>

De fato, tudo indica que o único incentivo às exportações piauienses tem sido a recente política de minidesvalorização cambial na área federal, por sua vez, de efeito residual sobre o Piauí. A nível estadual, por oportuno, defende-se que o principal incentivo à exportação, antes mesmo ou paralelamente ao porto, deva ser o desenvolvimento da produção. Afinal, neste momento, importa menos ter porto do que ter a cera refinada da carnaúba para exportar o azulejo da argila, o cimento do calcário, o granito beneficiado, o calcário siderúrgico ou mesmo os cereais do solo corrigido.

## 5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, evidencia-se que as políticas traçadas para a economia brasileira, principalmente a partir dos anos 50, beneficiaram principalmente as atividades econômicas desenvolvidas na região Sudeste, distanciando ainda mais, em termos de desenvolvimento econômico, a região Nordeste e, principalmente, o Estado do Piauí.

Observam-se, assim, ao longo desses anos, as disparidades regionais, que se refletem em diferenciais de padrão de vida cada vez mais acentuados entre as populações das várias regiões brasileiras.

Como consequência dessas políticas, testemunhou-se o seguinte:

- a) o surgimento de obstáculos à industrialização da economia piauiense decorrentes da oligopolização do mercado nacional e da ausência de algumas externalidades na economia piauiense;
- b) a eliminação de uma série de atividades tradicionais neste Estado;
- c) a dependência crescente do Estado do Piauí de recursos transferidos pelo Governo Federal;
- d) poucas possibilidades do Estado do Piauí para desenvolver programas e projetos de interesse estritamente regional, fora da política global traçada para o Brasil;
- e) o direcionamento do “grosso” dos investimentos para a periferia do sistema produtivo, ficando para segundo plano o incentivo às atividades produtivas;
- f) o surgimento de alguns grandes e modernos empreendimentos industriais e agrícolas, com poder econômico e político capaz de superar as barreiras impostas pela burocracia estatal, obtendo, em consequência, acesso aos incentivos dos Governos Federal e Estadual;
- g) um processo acentuado e contraditório de minifundização e latifundização das terras piauienses, constituindo, juntamente com as dificuldades à industrialização, a dependência financeira do Estado, fatores relevantes na determinação da pequena evolução das forças produtivas no Piauí, principalmente nos setores primário e secundário;
- h) um setor terciário gigante, onde o comércio, a intermediação financeira, a especulação imobiliária e os serviços públicos geram e absorvem grande parte da poupança e dos investimentos públicos e privados.

Pode-se, assim, afirmar que, ao permanecer o atual estado de coisas, é o setor terciário no Piauí que se apresenta como único “terreno fértil” capaz de apresentar aos investidores altas taxas de retorno, pois, de um lado, vários são os obstáculos à industrialização e, de outro lado, permanecem cristalizadas no setor primário

as velhas relações de trabalho. Através dessas relações, o pequeno proprietário rural, o parceiro e o arrendatário, embora respondendo pela quase totalidade da produção agrícola, encontram-se social, econômica e financeiramente impossibilitados de tentar qualquer inovação que lhes permita aumentar a produção e a produtividade de seu trabalho.

TABELA 1  
RENDA PER CAPITA – PIAUÍ – NORDESTE – BRASIL 1950/70

ANOS	RENDA PER CAPITA			PARTICIPAÇÃO NA RENDA (%)		
	PIAUÍ	NOR-DESTE	BRASIL	PIAUÍ	NOR-DESTE	BRASIL
1950	605,8	1.069,5	2.489,3	56,6	24,3	43,0
1960	693,9	1.410,9	2.956,6	49,2	23,5	47,7
1970	918,0	1.739,6	4.788,2	52,8	19,2	36,3

Fonte: 1950/60 – Conjuntura Econômica, v. 25, n. 9, 1971.

1970 – Conjuntura Econômica, v. 31, n. 7, 1977.

**TABELA 2**  
**ESTIMATIVA DA RENDA INTERNA POR SETORES PRODUTIVOS – PREÇOS CONSTANTES**  
**PIAUÍ – NORDESTE – BRASIL – 1950/70**

SETORES PRODUTIVOS	1950						1960						1970					
	PIAUÍ	%	NE	%	BRASIL	%	PIAUÍ	%	NE	%	BRASIL	%	PIAUÍ	%	NE	%	BRASIL	%
PRIMÁRIO	281,8	44,5	8.178,2	42,6	34.472,3	26,7	408	47,1	12.940,8	41,3	46.630,9	22,5	417,6	27,1	9.251,6	18,9	45.671,0	10,2
SECUNDÁRIO	26,1	4,1	2.381,8	12,4	30.367,6	23,4	49,1	5,7	3.665,1	11,7	52.304,0	25,2	104,7	6,8	7.193,3	14,7	161.730,2	36,3
TERCIÁRIO	325,6	51,4	8.661,8	45,0	64.463,1	49,2	409,8	47,2	14.692,4	47,0	100.583,2	52,3	1.020,5	66,1	32.457,4	66,4	230.568,3	53,5
. Comércio	149,3	45,8	3.952,1	45,6	23.244,8	36,0	162,8	39,7	5.594,7	38,2	31.255,1	28,8	287,2	28,2	9.061,4	27,9	70.087,5	29,4
. Intermediários Financeiros	19,5	6,0	616,5	7,1	6.568,3	10,1	32,8	8,0	1.300,7	8,8	14.152,7	13,0	112,3	11,0	3.676,5	11,3	25.699,9	10,7
. Transportes e Comunicação	34,7	10,7	1.149,5	13,3	8.633,3	13,4	45,9	11,2	1.436,2	9,8	13.389,9	12,3	99,6	9,8	4.443,7	13,7	23.306,8	9,8
. Governo	54,3	16,7	1.193,1	13,8	9.670,7	15,0	66,5	16,2	2.158,8	14,6	17.002,1	15,7	235,6	23,0	6.130,3	18,9	40.867,9	17,1
. Aluguéis	6,6	2,0	268,8	3,1	4.888,1	7,6	7,9	2,0	385,1	2,6	6.225,5	5,7	150,9	14,8	4.777,2	14,7	35.991,7	15,1
. Outros Serviços	61,2	18,8	1.481,8	17,1	11.569,1	17,9	93,9	22,9	3.815,0	26,0	26.557,9	24,5	134,9	13,2	4.368,0	13,5	42.624,5	17,9
TOTAL	633,5	100,0	19.221,8	100,0	129.303,0	100	866,9	100,0	31.298,3	100,0	207.518,1	100,0	1.542,8	100,0	48.902,3	100,0	445.969,5	100,0

Fonte: 1950/60 – Conjuntura Econômica, v. 25, n. 9, 1971.

1970 – Conjuntura Econômica, v. 31, n. 7, 1977.

Obs.: Não foram distribuídas por Unidade da Federação:

- parte da renda da indústria extrativa mineral referente à extração de petróleo e a renda de serviços industriais de utilidade pública e da construção civil, na indústria;
- as transações da Delegacia do Tesouro em Nova Iorque, em Governo;
- a receita imobiliária do Governo, em aluguéis.

TABELA 3  
 PIB DO ESTADO DO PIAUÍ – PREÇOS CORRENTES 1970/75

ANOS	PIB						
	PRIMÁRIO	%	SECUNDÁRIO	%	TERCIÁRIO	%	TOTAL
1970	167.054	22,8	188.621	25,8	376.297	51,4	731.972
1971	361.954	32,0	245.559	21,6	526.784	46,5	1.128.297
1972	403.231	28,2	330.530	23,2	693.619	48,6	1.427.380
1973	656.502	31,8	402.759	19,5	1.003.923	48,7	2.063.184
1974	709.635	26,7	524.667	19,8	1.419.369	53,5	2.653.671
1975	1.046.495	28,4	631.522	17,1	2.010.986	54,5	3.639.003

Fonte: Departamento de Estatística da Fundação CEPRO e SUDENE.

**TABELA 4**  
**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E POPULAÇÃO OCUPADA POR SETORES**  
**PIAUI – NORDESTE – BRASIL 1950/70**

SETORES	1950				1960				1970				
	PEA (A)	%	POPULAÇÃO OCUPADA (B)	B/A (%)	PEA (A)	%	POPULAÇÃO OCUPADA (B)	B/A (%)	PEA (A)	%	POPULAÇÃO OCUPADA (B)	B/A (%)	%
Primário	252.092	83,0	186.305	73,9	287.081	75,8	358.333	124,8	346.875	71,6	518.736	149,5	94,7
Secundário	10.775	3,5	2.443	22,7	19.029	5,0	4.347	22,8	38.024	7,8	3.843	10,1	0,7
Terciário	40.866	13,5	8.289	20,3	72.783	19,2	12.301	16,9	99.767	20,6	(*) 25.213	25,3	4,6
TOTAL	303.733	100,0	197.039	-	378.893	100,0	374.981	-	484.666	100,0	547.792	-	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos 1950/1960/1970.

Fundação IBGE. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico do Piauí 1980.

(\*) Incluem-se as pessoas que procuram trabalho: 5.477 homens e 2.296 mulheres.

**TABELA 5**  
**PARTICIPAÇÃO SETORIAL NA RENDA E DISTRIBUIÇÃO DA PEA E DA POPULAÇÃO OCUPADA POR**  
**SETORES PRODUTIVOS PIAUÍ – 1950/70**

SETORES	1950				1960				1970			
	RENDA (%)	PEA %	POPULAÇÃO OCUPADA (%)	RENDA (%)	PEA %	POPULAÇÃO OCUPADA (%)	RENDA (%)	PEA %	POPULAÇÃO OCUPADA (%)	RENDA (%)	PEA %	POPULAÇÃO OCUPADA (%)
Primário	44,5	83,0	94,6	47,1	75,8	95,6	27,1	71,6	94,7			
Secundário	4,1	3,5	1,2	5,7	5,0	1,2	6,8	7,8	0,7			
Terciário	51,4	13,5	4,2	47,2	19,2	3,2	66,1	20,6	4,6			
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			

Fonte: Dados Originais: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Piauí 1950/1970 e Conjuntura Econômica (FGV).

**TABELA 6**  
**NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E ÁREA**  
**PIAUI – NORDESTE – BRASIL 1970/75**

ANOS	Nº DE ESTABELECEMENTOS E ÁREA	PIAUI	NORDESTE	BRASIL
1950	Nº de Estabelecimentos	34.106	844.510	2.064.642
	Área (ha)*	7.876.552	54.341.459	232.211.106
	Área/Estabelecimentos	230,95	64,35	112,5
1960	Nº de Estabelecimentos	87.299	1.408.114	3.337.769
	Área (ha)*	9.106.820	62.990.438	249.862.142
	Área/Estabelecimentos	104,31	44,73	74,9
1970	Nº de Estabelecimentos	219.886	2.206.788	4.294.019
	Área (ha)*	9.606.731	74.298.713	294.145.466
	Área/Estabelecimentos	43,69	33,66	68,5
1975	Nº de Estabelecimentos	216.634	2.351.416	4.993.262
	Área (ha)*	10.523.517	78.690.488	323.896.082
	Área/Estabelecimentos	48,58	33,47	64,9

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agropecuário do Piauí 1950/60/70/75.  
Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1980. (\*) Inclusive terras improdutivas.

TABELA 7  
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS – PIAUÍ – NORDESTE – BRASIL 1950/75

	ANOS											
	1950		1960		1970		1975					
	ÁREA (ha) (*)	%	ÁREA (ha)	%	ÁREA (ha)	%	ÁREA (ha)	%				
<b>PI</b>	Lavouras	225.113	3,4	463.782	6,0	636.092	7,0	686.538	7,0			
	Pastagens	2.100.974	31,6	2.614.609	33,7	3.352.483	36,3	3.699.835	37,0			
	Matas e Florestas	2.205.261	33,1	2.245.030	31,5	2.691.279	29,1	2.732.729	27,3			
	Terras Produtivas não Utilizadas	2.126.005	31,9	2.240.368	28,8	2.556.631	27,6	2.871.996	28,7			
	<b>TOTAL</b>	6.657.353	100,0	7.763.789	100,0	9.236.485	100,0	9.991.098	100,0			
<b>NE</b>	Lavouras	5.273.804		8.727.700		10.330.493		11.033.282	14,8			
	Pastagens							30.624.044	41,1			
	Matas e Florestas							17.492.472	23,5			
	Terras Produtivas não Utilizadas							15.328.570	20,6			
	<b>TOTAL</b>		100,0		100,0		100,0		100,0			
<b>BR</b>	Lavouras	19.095.057		28.712.209		33.983.796		40.001.358	13,0			
	Pastagens							165.652.250	54,0			
	Matas e Florestas							70.719.929	23,0			
	Terras Produtivas não Utilizadas							30.637.405	10,0			
	<b>TOTAL</b>		100,0		100,0		100,0	307.010.942	100,0			

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agropecuário do Piauí 1950/75.

Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1973/80. (\*) Excluem-se terras improdutivas e áreas com lavouras em descanso.

**TABELA 8**  
**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS**  
**PIAUI – 1950/80**

ESPECIFICAÇÃO	ANOS			
	1950	1960	1970	1980
Nº de Estabelecimentos	34.106	87.303	217.886	216.704
Área Total (ha)	7.867.552	9.106.820	9.606.731	10.523.517
Área das Lavouras (ha)	225.113	463.482	636.092	686.538
Permanentes	8.944	21.232	144.890	156.473
Temporárias	216.169	442.550	491.202	530.065

Fonte: Fundação IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Piauí 1980.

(\*) Excluem-se terras improdutivas e áreas com lavouras em descanso.

ESPECIFICAÇÃO	ANOS			
	1950/1960 (%)	1960/1970 (%)	1970/1975 (%)	1975/1980 (%)
Nº de Estabelecimentos	155,98	149,57	0,54	15,00
Área Total (ha)	15,75	5,49	9,54	12,93
Área das Lavouras (ha)	105,89	37,24	7,93	45,07
Permanentes	137,39	582,41	7,99	50,62
Temporárias	104,72	10,99	7,91	43,43

**TABELA 9**  
**PRODUTIVIDADE MÉDIA E PRODUÇÃO POR HABITANTE/ANO DAS PRINCIPAIS CULTURAS**  
**TEMPORÁRIAS NO PIAUÍ 1950/80**

ANOS	ARROZ		FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO	
	Produtividade kg/ha	Produção kg/hab./ano						
1950	1.184	30,7	717	13,9	10.571	245,2	1.010	29,0
1960	912	36,5	593	23,1	10.820	288,5	797	36,8
1970	686	30,9	261	12,7	7.989	322,5	413	27,1
1980	425	35,8	143	12,9	8.016	389,7	253	37,3

Fonte: Dados Originais: Fundação IBGE. Censo Agropecuário do Piauí 1950/60/70.

Fundação IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Piauí 1980.

## NOTAS

1. Ver “Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento”, p. 20 e 21.
2. Têm-se notícias de que até o sal e a soda cáustica eram produzidos em alguns desses estabelecimentos.
3. A esse respeito, descreve Singer: “Durante os anos 50, até 62, houve um período de ascensão do nosso processo de industrialização. Houve nesta época uma multiplicação de empresas. Não somente muitas empresas cresceram, acumulando capital, mas também novas surgiram, empresas pequenas transformaram-se em média e algumas médias transformaram-se em grandes. A partir de 1963, o sistema entrou em crise, crises intermitentes de recessões com pequenas recuperações. Até 1968, a economia brasileira esteve predominantemente em depressão. Nestes anos houve um nítido processo de centralização do capital. O número de falências e o número de concordatas mais do que triplicou, ...” (SINGER, Paul. Curso de Introdução à Economia Política. Fornece Universitária, Quinta Aula, p. 77).

4. Para melhor clarear este ponto, torna-se necessário explicitar as categorias neoclássicas aqui usadas e como estão relacionadas. Assim, entende-se que mercado para um recurso é a área dentro da qual ele pode ser deslocado (ou é móvel) entre empregos alternativos.

A curto prazo, pode-se falar em mercado regional, estadual ou local, mas, à medida que se avança no contínuo do tempo, os recursos passam a ser móveis, ocorrendo a fusão dessas áreas em um só mercado para um período de tempo suficientemente longo, quando os recursos são completamente móveis.

O pressuposto da mobilidade dos recursos, em um sistema de livre competição, implica na alocação de máxima eficiência (alocação “correta”), isto é, o recurso proporciona sua máxima contribuição para o produto nacional líquido. Caso contrário, o produto nacional líquido é menor do que o seu potencial máximo. Nesse caso, entram em ação as forças necessárias à realocação dos recursos de modo a aumentar a eficiência da economia. (LEFTWICH, Richar. Sistema de Preços e Alocação de Recursos, cap. XIV).

5. O termo recursos é tomado aqui com o sentido restrito para designar apenas os recursos de Capital e Trabalho.
6. A esse respeito, concluiu Celso Lafer: “A ampliação da participação política provocou um dilema que não se resolvia no contexto das premissas existentes e a solução aventada para enfrentar esse dilema foi o

planejamento: a decisão de planejar, portanto, resultou da percepção da dinâmica do sistema político”. (*In: Planejamento no Brasil – ensaios organizados por Betty Mindlin Lafer, coleção Debates, Editora Perspectiva*).

7. Note-se, a esse respeito, que informações para período mais recente (1960–1968) mostram a tendência à perda de importância dos saldos do comércio internacional para financiar os crônicos e crescentes déficits do comércio interestadual, pois, em 1960, 40,6% do déficit do comércio interestadual era coberto pelo saldo positivo do comércio internacional do Estado. Em 1968, o saldo do exterior não cobria mais do que 1,7% do déficit interno. Por outro lado, dados para o período de 1967 a 1977 mostram a crescente participação das transferências federais nas receitas arrecadadas pelo Estado, que evoluíram de 42,3%, em 1967, para 68,15%, em 1977, e que vêm cumprindo papel preponderante no “fechamento das Contas Estaduais”, em substituição ao comércio internacional. (MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento, Fundação CEPRO, Teresina, 1980).
8. HOLANDA, Nilson. Incentivos fiscais e desenvolvimento regional. Fortaleza: BNB, 1975.
9. LAFER, Celso. *op. cit.*, p. 48.
10. *Idem*, p. 35.
11. COHN, Amélia. Crise regional e planejamento, p. 129.
12. “Nos primeiros anos de atuação da SUDNE, o sistema era exclusivo do Nordeste e, dado o estágio incipiente do programa de industrialização da Região, o volume de depósito era bastante superior às necessidades financeiras dos poucos projetos aprovados.” (HOLANDA, Nilson. *op. cit.*, p. 36).
13. Pode-se apurar... “com base nas Contas Nacionais [...] que os investimentos privados aumentaram 14% em 1963, enquanto os investimentos públicos caíram 18%, o que estaria a indicar uma predominância maior da política de contenção do déficit como fator atuante na queda dos investimentos de 1963”. (MACEDO, Roberto B. M. “Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965)”. *In: B. Mindlin Lafer (org.)*, Planejamento no Brasil, p. 65).
14. ALBUQUERQUE, Roberto C. & Cavalcante, Clóvis de Vasconcelos. Desenvolvimento regional no BRASIL. Brasília: IPEA/IPLAN, 1976, p. 111.
15. *Idem*. p. 112.

16. II Plano Nacional de Desenvolvimento – Brasil. Programa de Ação do Governo para o Nordeste, cap. 4, p. 107. Recife, 1975.
17. Idem.
18. Com a criação da SUDENE, em dezembro de 1959, parece dar-se, de fato, o término do sistema federativo do país e o conseqüente declínio do poder das oligarquias locais nos destinos dos Estados. A União passa cada vez mais a intervir nos Estados regionais com o incremento da política de integração nacional.
19. FURTADO, Celso. GTDN. Citado por Amélia Cohn – op. cit, p. 119.
20. Informação da Tabela III. ALBUQUERQUE, Roberto E. & CAVALCANTE, Clóvis de Vasconcelos. op. cit., p. 73.
21. Idem, tabela IV, p. 118.
22. Jornal do Brasil, de 15/12/82, Editorial: Tarifas Inflacionárias.
23. Ver ROSENSTEIN, Rodan P. N. “Notas sobre a teoria do grande impulso”. In: Ellis Wowards (organizadores); Desenvolvimento Econômico para a América Latina, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, p. 74 a 99.
24. Ver ROSENSTEIN, Rodan. op. cit.
25. Ver HIRSCHMAN, Albert. Estratégia de desenvolvimento econômico, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
26. Dados da FGV trabalhados pelo Departamento de Estatística da Fundação CEPRO.
27. Estatísticas elaboradas pela FGV:  
     Dados de 1950/60: “Conjuntura Econômica”, v. 25, n. 9 – 1971.  
     Dados de 1970: “Conjuntura Econômica”, v. 31, n. 7 – 1977.
28. Estatísticas elaboradas com base em informações do “Censo Demográfico do Piauí” – 1950, 60 e 70 e em dados da “Conjuntura Econômica” da FGV, v. 25, n. 9 – 1971 e v. 31, n. 7 – 1971.
29. Dados do “Censo Agropecuário do Piauí” – 1950, 60, 70 e 75 e do “Anuário Estatístico do Brasil” – 1980.
30. Informações do IBGE: “Produção Agrícola Municipal” – 1980.
31. Índice elaborado com base em informações do IBGE: “Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do Piauí” – 1980.
32. Ver “Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento”.
33. Ver BRANDÃO, Juarez R. “Do latifúndio à empresa”, Ed. Vozes, p. 57, 1981.

34. Estado, aqui, significa as esferas federal, estadual e municipal.
35. Lei nº 1.840, de 17.05.59.
36. Lei nº 1.884, de 12.12.59.
37. Lei nº 1.941, de 30.11.59.
38. Ver “Diagnóstico do Vale do Parnaíba”, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, p. 46, 1973, mimeografado.
39. IJNPS, op. cit., p. 45. Dados cedidos pela AT da SUDENE.
40. Dados da SUDENE agregados pela CEPRO (Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público).
41. “Aspectos da Situação Financeira do Estado do Piauí”, Carta CEPRO, v. 8, p. 34, 1982.
42. IJNPS, op. cit., p. 7, cap. 5.
43. USP/IPE, “Crescimento e o Setor Serviços”. Estudos Econômicos, n. 2, p. 15, 1982.
44. IJNPS, op. cit., p. 6, cap. 8.
45. Estatísticas elaboradas pela FGV, com dados de:  
1950/1960 – Conjuntura Econômica, v. 25, n. 9, 1971;  
1970 – Conjuntura Econômica, v. 31, n. 7, 1977.
46. Ver CAMPOS, Lauro. “A Crise da ideologia Keynesiana”, p. 124, Ed. Campus, 1980.
47. IJNPS, op. cit., p. 65. Neste coeficiente, as importações englobam as estrangeiras, as nordestinas e as do restante do país.
48.  $(\text{Importações})_{75} / (\text{PIL})_{70} = 1.464.849,00 / 1.542.800,00$ . Nas importações (SUDENE), foi omitida a parcela estrangeira por falta de informações. Considerou-se o PIL de 1970, a preços de 1975, elaborado pela FGV.
49. Compreende-se por comércio exterior somente aquele realizado com o estrangeiro.
50. O Piauí exporta/importa via, sobretudo, os portos de Fortaleza (CE) e São Luís (MA).
51. Ver “Estimativa de Demanda de Fretes para o Porto de Luís Correia”, Fundação CEPRO, circulação restrita, 1982.
52. Ver “As exportações piauienses: uma análise do recente desempenho”, Hélio C. Matos, Almanaque da Parnaíba, p. 65, 1982.
53. Com os dados da CACEX e listagem da SUDENE, estes produtos foram discriminados pela Fundação CEPRO em:

(a) Produtos Extrativos em Geral: Castanha de caju sem casca/outras sementes e frutos oleaginosos/copal/pimenta preta/jalapa/jaborandi/outras plantas utilizadas em perfumes, medicamentos e inseticidas/opalas em bruto e trabalhadas/águas-marinhas em bruto/ametistas trabalhadas ou lapidadas/vermiculita/rutina/carvão vegetal/quaisquer outras pedras preciosas ou semipreciosas em bruto/cera de abelhas em bruto/peles e couros de caprinos, ovinos, bovinos e equino, em bruto, salgados e secos.

(b) Produtos Industrializados: Sucos e extratos de jalapa e de casca de castanha de caju/farinha de castanha de caju/cera de abelha refinada/cera de carnaúba/qualquer outra cera artificial/óleo de tucum/óleo de babaçu/resíduos de sementes de babaçu, inclusive farelo/corantes de origem vegetal/confecções em geral/produtos artesanais/brinquedos/pilocarpina/cetonas e quinonas de funções oxig. simpl./couro curtido ao cromo (*wet blue*).

(c) Produtos de Pesca: Peixes mortos, congelados inteiros, em postas ou filés, defumados, salgados ou congelados/outras crustáceos e moluscos secos, salgados ou em salmora/barbatana de tubarão/bexigas natatórias de peixes/outras resíduos de peixes.

# 2

## ARTIGO

### PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O PIAUÍ

ANTÔNIO DE PÁDUA SILVA DOS SANTOS  
Economista e pesquisador da Fundação CEPRO.



# 1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico piauiense não deve ser analisado isoladamente, isto é, no âmbito puramente estadual, mas sim no conjunto mais amplo da economia nacional, haja vista que a economia do Piauí está inserida no sistema econômico brasileiro.

Como componente desse sistema, o Piauí é um Estado periférico da economia do país e, como tal, vem historicamente se ressentindo das transferências e vazamento de suas poupanças e rendas, que são direcionadas para a região Centro-Sul – polo dinâmico da economia brasileira.

O empobrecimento da economia piauiense é fortemente provocado tanto pelas decisões de políticas econômicas tomadas a nível nacional e adotadas pelo Governo Federal, que acarretam distorções nas economias regionais – a exemplo da nordestina –, como pela sua condição de mercado consumidor de produtos industrializados, oriundos da região Centro-Sul, particularmente do Estado de São Paulo.

Por outro lado, sabe-se que o Brasil está ligado ao sistema econômico capitalista internacional, como país de terceiro mundo, dependente, por conseguinte, de capital e tecnologia dos países desenvolvidos.

Internamente a economia piauiense possui uma série de obstáculos que colocam o Estado em uma posição de inferioridade com relação às demais Unidades da Federação, que levam certos estudiosos a considerá-lo o “Estado mais pobre da região mais pobre do país”.

Dentre alguns indicadores que comprovam o subdesenvolvimento do Estado, pode-se citar:

- baixa renda per capita, (apenas um pouco acima de 1/2 da renda per capita alcançada pelo Nordeste em 1970);
- elevada concentração de renda;
- elevada taxa de natalidade e mortalidade infantil;

- elevada taxa de desemprego e subemprego;
- elevada participação do setor terciário na absorção de mão de obra urbana, notadamente com relação ao setor informal da economia, etc.

Para efeito de análise e melhor compreensão do desenvolvimento econômico piauiense, dividiu-se este estudo em três partes:<sup>1</sup> primária, contemporânea e perspectiva do desenvolvimento. Os dois primeiros itens correspondem a um apanhado sucinto dos estudos já realizados sobre o tema no Estado, e o último refere-se ao tema propriamente dito, ou seja, à perspectiva de desenvolvimento econômico do Piauí.

A fase primária vai do início da colonização piauiense até a década de 50 deste século. Nesse período, procurou-se focar os aspectos relacionados com o início da colonização e consolidação da economia piauiense, destacando-se a pecuária como a principal atividade econômica do Estado, bem como os seus reflexos e consequências na formação socioeconômica do Piauí.

Na fase contemporânea, abordaram-se os problemas com que se defronta a economia piauiense nas três últimas décadas, evidenciando-se os seus aspectos estruturais e conjunturais e dando-se uma visão geral do sistema econômico no contexto regional e nacional.

A última fase diz respeito à perspectiva de desenvolvimento econômico piauiense, que será, conseqüentemente, o resultado das medidas de políticas econômicas e sociais postas em prática atualmente pelo Governo, com vistas ao desenvolvimento do Piauí, ou seja, a eliminação dos fatores restritivos ao seu desenvolvimento, bem como o aproveitamento das suas potencialidades, em consonância com as oportunidades oferecidas pelo processo de desenvolvimento brasileiro.

---

<sup>1</sup> Adotou-se a divisão supracitada apenas para efeito deste estudo, não havendo, portanto, rigor do ponto de vista histórico na referida divisão.

## 2 FORMAÇÃO ECONÔMICA PIAUIENSE

### 2.1 Fase Primária

É por demais sabido que o Piauí foi o último Estado nordestino a ser colonizado e que a sua ocupação se deu do interior para o litoral, através da expansão da pecuária nordestina.

A crise da economia açucareira, provocada pela retração da demanda internacional do açúcar, liberou mão de obra que se dirigiu para a pecuária como alternativa de emprego.

Este fato propiciou, naturalmente, a expansão dos rebanhos que alcançou o Piauí, tendo em vista as limitações de área e de pastos para o gado na região do São Francisco.

A ocupação das terras piauienses foi motivada sobretudo pela disponibilidade de pastos naturais e terras em abundância, de recursos hídricos, produtos coletáveis e animais de caça, que facilitaram a criação do gado e a sobrevivência da população.

Com a expansão das fazendas, as terras piauienses foram sendo ocupadas, paulatinamente, no decorrer dos séculos, e a pecuária se firmando como a atividade básica da economia piauiense.

Porém a pecuária, no período colonial, foi uma atividade voltada inteiramente para o mercado interno, não se constituindo, portanto, numa atividade de grande expressão econômica, dado às limitações desse mercado e às suas crises periódicas.

A expansão da mineração no Sudeste brasileiro assegurou mercado para o gado nordestino e, particularmente, para o gado do Piauí, que alcançou nesse período a sua melhor fase.

Por outro lado, a decadência da atividade mineradora e a concorrência da pecuária sulina acarretaram uma queda brusca na procura do gado piauiense, provocando, desse modo, uma enorme crise na economia piauiense.

Não obstante a pecuária ser a atividade básica da economia piauiense, até por volta da metade deste século, seu regime de criação extensiva exigia grandes extensões de terras para o seu desenvolvimento, vindo, assim, propiciar a formação de grandes latifúndios, que continuam até hoje imutáveis no tempo.

Além do mais, a pecuária foi, em grande parte, responsável pela definição da baixa densidade demográfica piauiense, haja vista que esta atividade requeria baixa utilização de mão de obra.

A atividade agrícola piauiense foi tradicionalmente inexpressiva, destinando-se praticamente ao autoconsumo da sua população. Alguns produtos, como o algodão, o fumo e o arroz, obtiveram excedentes exportáveis, mas não chegaram a se constituir em produtos de elevada expressão econômica para o Piauí.

O extrativismo vegetal, tradicionalmente, foi uma atividade de elevada importância para a economia piauiense, notadamente na primeira metade do corrente século. A produção de borracha de maniçoba chegou a representar 62% do valor total das exportações piauienses e 23% da receita total do Estado.

Em que pese toda esta importância, o extrativismo não se consolidou como uma atividade dinâmica e duradoura capaz de influenciar decisivamente as transformações da estrutura socioeconômica do Estado e, de modo especial, a propriedade da terra.

O extrativismo esteve fundamentalmente condicionado ao mercado externo que, em última análise, determinava a sua procura e o seu preço. Ademais, esta atividade sempre foi complementar à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência, funcionando, portanto, como amenizadora das crises periódicas da economia piauiense.

Do início do século XIX a meados do século XX, a economia piauiense foi fundamentada no comércio internacional, representada, principalmente, pelas exportações de produtos de origem extrativa vegetal (borracha de maniçoba, cera de carnaúba e babaçu).

Todavia, este tipo de comércio não foi suficiente para mudar a estrutura produtiva da economia do Estado, no que diz res-

peito à produção agrícola e industrial, isto é, a produção agrícola não se modernizou, nem se formou um parque industrial capaz de propiciar um processo de desenvolvimento autossustentado para a economia piauiense.

## **2.2 Fase Contemporânea**

### **2.2.1 Visão geral da economia piauiense**

Com a implantação do processo de substituição de importações brasileiras a partir de 1930, o parque industrial foi se consolidando e se concentrando na região Centro-Sul do país.

Esse processo de industrialização provocou ainda mais as desigualdades regionais brasileiras, e o Nordeste passou a importar cada vez mais produtos industrializados da região Sudeste, canalizando, dessa maneira, recursos para aquela área e, conseqüentemente, reforçando os desequilíbrios inter-regionais.

O Piauí, particularmente, contribuiu de modo especial para o referido processo, em virtude de sua exportação de bens primários alcançarem elevados superávits com o comércio internacional.<sup>2</sup> As divisas obtidas dessas transações com o exterior passaram a favorecer a instalação de indústrias no eixo Rio-São Paulo. Porém, em relação ao comércio interno com outros Estados, o Piauí apresentava déficit, tendo em vista a intensificação das importações de bens manufaturados e equipamentos da região Sudeste.

Com relação ao Nordeste, o Piauí é um dos Estados menos industrializados, possuindo os seguintes fatores limitativos para implantação de indústrias no Estado: a estreiteza do seu mercado interno, a baixa renda per capita da sua população, a concorrência das modernas indústrias do Sul do país, além da escassez de créditos industriais, mão de obra especializada, etc.

---

<sup>2</sup> Em 1950, o Piauí obteve em suas relações com o exterior um superávit de Cr\$173,7 milhões, a preços correntes, e um déficit de Cr\$284,7 milhões no comércio interno.

A partir da década de 60, o comércio das exportações piauienses para o exterior sofre uma grande queda, e começa a se firmar o comércio varejista de importação do Sul do país, provocando uma expressiva evasão de recursos para essa região em razão do mecanismo de política tributária nacional, especialmente com relação ao ICM.<sup>3</sup>

A década de 70 foi caracterizada pela fase de montagem da infraestrutura básica (estradas, energia, abastecimento d'água, telecomunicação, educação, saúde).

Apesar de toda a infraestrutura disponível, o sistema produtivo praticamente não se modificou – as aplicações de recursos em investimentos da iniciativa privada na economia piauiense foram reduzidas.

A instituição do sistema de incentivos fiscais para o Nordeste, visando dinamizar a economia regional e a reduzir, conseqüentemente, as disparidades regionais, não vem obtendo os resultados esperados. Além do mais, esse mecanismo está provocando desequilíbrios intrarregionais, haja vista que o Piauí participou apenas com aproximadamente 2,7% dos recursos liberados pelos sistemas 34/18 e FINOR até o final de 1979, enquanto Bahia e Pernambuco participaram com um percentual em torno de 33,5% e 21%, respectivamente, daqueles recursos.

### **2.2.2 Estrutura produtiva da economia piauiense**

O Setor Primário é responsável por cerca de 45% do produto interno piauiense e por 71,6% do emprego da população economicamente ativa, em 1970.

Observe-se que é flagrante a situação de pobreza em que vive a maioria dos trabalhadores, pois 65,8% desta população recebem até

---

<sup>3</sup> Segundo dados da SUDENE – Importações e Exportações do Nordeste – 1975, as importações do Piauí geraram em 1975, a preços de 1979, 570 milhões de ICM para os outros Estados, e as exportações geraram apenas 161,8 milhões de cruzeiros.

Cr\$927,00 mensais a preços de 1979, enquanto 24,9% não recebem qualquer tipo de rendimento. A situação das categorias “empregados” e “trabalhadores autônomos” é mais delicada ainda, já que 91,6% e 87,8%, respectivamente, ganham até Cr\$927,00 mensais, demonstrando, assim, a situação de subsistência da agricultura piauiense.<sup>4</sup>

A agricultura piauiense possui um baixo nível tecnológico e, por conseguinte, baixa produtividade. Os seus principais produtos agrícolas (arroz, feijão, milho, algodão arbóreo, mandioca e cana-de-açúcar) obtêm uma produtividade média que alcança apenas 60% da média nordestina. Apenas 0,7% dos estabelecimentos agrícolas utilizam tração mecânica e somente 4% usam tração animal.<sup>5</sup> A pecuária é por demais extensiva: apenas 3% da pastagem é artificial.

A estrutura da propriedade da terra é bastante concentrada: em 1970, 8% dos estabelecimentos ocupavam 72,5% das terras, enquanto 3% das terras se dividiam por 71% dos estabelecimentos.

No sistema produtivo, predomina a forma de arrendamento, com um percentual de 42,7%. Entretanto, estes estabelecimentos só respondem por 3,2% da área, que se situa em torno de 3,3 hectares. A categoria “proprietário” detém 32% dos estabelecimentos e 68% da área, que possui, em média, 94,7 ha, e a condição de ocupante é, de certa forma, expressiva em termos de número de estabelecimentos, mas não significativa em termos de área (4%).<sup>6</sup>

O Setor Terciário participa com maior parcela na formação da renda interna – cerca de 50%. Do total de salários pagos no Piauí, 70% são provenientes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, e 20% dos empregos da população economicamente ativa estão afetos ao referido setor.

O Setor Industrial contribui com cerca de 5% na formação de renda interna e com 8% em empregos.

---

<sup>4</sup> Dados obtidos da FIBGE, Censo Demográfico do Piauí, 1970.

<sup>5</sup> II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí – 1980/83.

<sup>6</sup> Racionalização do Aproveitamento Tecnológico do Babaçu no Piauí – Planejamento de Pesquisas Integradas – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – abril/1980.

85% das indústrias empregam até cinco pessoas. A produtividade das indústrias piauienses em relação à média da indústria nordestina é de 50% e, em relação à indústria do país, é de 20%.<sup>7</sup>

As exportações piauienses<sup>8</sup> se destinam, em sua maioria (90,8%), para os Estados do Nordeste, principalmente, Maranhão e Ceará, enquanto as importações provêm do Sudeste e do Nordeste, 44,9% e 42,5%, respectivamente.

A balança comercial, em 1975, apresentou um déficit de aproximadamente 4,3 bilhões de cruzeiros (a preços de 1979).

Cerca de 70% das receitas do Estado são oriundas de fontes externas sob forma de transferência federal e empréstimos.

### Indicadores Socioeconômicos

Em 1970, 1% da população detinha 51% da renda, enquanto os 90% mais pobres detinham apenas 33%.

81% da população economicamente ativa recebiam um ou menos de um salário mínimo, ao passo que, no Nordeste, esta relação é de 69% e, no país, é de 24%.

A renda per capita do piauiense correspondia a 53,1% da média nordestina e a 23,8% da média brasileira.

Com relação à assistência médica, o Piauí possuía, em 1979, um leito de hospital para cada grupo de 578 habitantes contra um para 452 do Nordeste.

---

<sup>7</sup> Racionalização do Aproveitamento Tecnológico do Babaçu no Piauí – Planejamento de Pesquisas Integradas – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – abril/1980.

<sup>8</sup> II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí –1980/83.

### **3 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PIAUÍ**

Na análise das perspectivas de desenvolvimento para o Piauí, procedeu-se de duas maneiras. Primeiramente tentou-se determinar as possibilidades econômicas do Estado dentro do atual modelo de desenvolvimento brasileiro; depois apresentou-se um modelo alternativo de desenvolvimento, sendo este último uma mera proposição que teve por base a crise do atual modelo e a solução que poderia advir da crise do modelo em questão.

#### **3.1 Perspectiva da Economia Piauiense no Atual Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**

O atual modelo de desenvolvimento brasileiro, que se delineou basicamente a partir da metade da década de 1950, com o Governo de Juscelino Kubitschek, caracteriza-se pela liderança do setor de produção de bens de consumo duráveis sem, contudo, desenvolver um setor de bens de capital suficiente para alimentar aquele setor.

Com isso, o processo de desenvolvimento industrial no Brasil se realiza com grave desequilíbrio entre seus setores produtivos, o que exigiu uma maior integração do país na acumulação de capital à escala mundial. Esta integração, naturalmente, deu-se de forma dependente, pois os produtos que se passou a produzir, exigiam a introdução de tecnologia sofisticada que o Brasil não dominava, além de levar a economia a acelerar o processo de oligopolização industrial, de forma superficial ou imposta de fora para dentro.

Esta forma de acumulação só poderia ser viabilizada se o país tivesse condições de gerar meios de pagamento externo (divisas) suficientes para garantir as crescentes importações de bens de capital, bens intermediários e matérias-primas necessárias para a continuidade do modelo. Além disso, as indústrias de bens de consumo duráveis, por serem em sua maioria de controle externo, passaram a transferir grande parte de seus lucros para o exterior, fato

que gerava a necessidade de se contrair empréstimo para repor o capital que se transferia desta forma.

Uma consequência importante de tal modelo industrial é a extrema concentração de renda que se apresenta atualmente no Brasil. Esta concentração é provocada pelo baixo poder de absorção de mão de obra do padrão industrial oligopolista e, principalmente, pelo baixo poder de mobilização dos trabalhadores para reivindicar melhorias salariais e maior participação dos aumentos de produtividade na indústria, sendo que este fato se coloca como uma importante fonte de financiamento interno do processo de acumulação.

Ora, este fato vem aprofundar a crise do setor de bens de consumo não duráveis (indústria alimentar, têxtil, de móveis, de sapatos, agricultura para o mercado interno, etc.) a tal ponto que, para sobreviver, este setor tem que procurar oportunidade de colocar seus produtos no mercado internacional, o que exige da parte do Governo uma forte política de subsídios para garantir um poder de competitividade razoável aos produtos deste setor, no comércio exterior.

O que é importante observar, com este padrão de acumulação, é que todos os esforços de financiamento interno e externo estão dirigidos para viabilizar o desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis, inclusive o financiamento do consumo para o conjunto da classe média.

É fácil deduzir-se daí que aqueles setores não intimamente ligados ao setor líder, seja no fornecimento de fatores de produção, seja no fornecimento de divisas para possibilitar meios de pagamento externo, ficam relegados a um segundo plano e têm que atuar em precárias condições.

Um exemplo disso é a agricultura brasileira, especialmente a nordestina, na qual ainda persistem relações arcaicas de produção, relações de trabalho do tipo familiar e unidades produtivas minúsculas sem a mínima possibilidade de acesso aos meios de produção modernos.

Não se deve desprezar também as crescentes desigualdades inter e intrarregionais, pois os grandes grupos econômicos se

localizam no Sudeste do país, não dando nenhuma oportunidade para que as demais regiões adotem um padrão de acumulação voltado para a sua própria base de disponibilidade de recursos e retenham pelo menos a renda gerada nelas mesmas, as quais têm que se colocar como simples complemento do desenvolvimento industrial do Sudeste.

Assim, os programas governamentais para as regiões atrasadas estão em função do desenvolvimento de atividades que vão subsidiar e favorecer as regiões líderes do país. Mesmo os programas do gênero do POLONORDESTE, que visam ao produtor de baixa renda, têm como pano de fundo aliviar as tensões sociais criadas por este modelo concentrador, tensões estas que podem colocar em risco o próprio sistema sociopolítico que sustenta tal modelo.

Quais seriam as possibilidades concretas de investimentos produtivos, dentro deste modelo, das regiões menos desenvolvidas?

Os investimentos para estas regiões podem ser classificados basicamente em duas categorias: 1) aqueles que têm a possibilidade de produzir matérias-primas para a produção de bens de consumo duráveis e de bens que venham substituir importações (alcoolandi-dro), e atividades que possibilitem a realização dos lucros das grandes empresas do Sudeste (comércio de importação inter-regional); 2) produtos para exportação que possibilitem a geração de meios de pagamento externo.

Isto não significa que somente estes investimentos se realizam efetivamente nas regiões atrasadas, mas sim que são eles que têm maiores possibilidades de receber financiamentos por parte do Governo, principalmente financiamentos subsidiados.

Com efeito, os ramos de indústria que se implantaram no Nordeste, principalmente após os incentivos do 34/18, foram de minerais não metálicos, metalúrgica, química e farmacêutica, além da indústria têxtil. É sabido que o Nordeste dispõe de uma grande dotação de recursos naturais para estas classes de indústrias, pela existência de abundantes reservas de calcário, amianto, gás natural, petróleo, sal, fibras têxteis, etc.

Estas indústrias implantaram-se nos Estados da região que dispunham de uma maior rede de infraestrutura econômico-social, maior proximidade dos grandes centros consumidores e grandes disponibilidades de recursos naturais de fácil aproveitamento. Com isso criaram-se, também, dentro da região, sérias desigualdades interestaduais.

O Piauí, em particular, era o Estado que apresentava menores possibilidades de oferecer uma resposta aos estímulos provocados pelo processo de desenvolvimento brasileiro. No início do processo, era o Estado que ainda não possuía uma infraestrutura adequada para receber investimentos estimulados pelos incentivos governamentais. Além do mais, não apresentava uma base de recursos naturais, nem um produto importante de exportação.

Todos estes fatores se refletem na frágil estrutura produtiva do Estado, onde o setor industrial praticamente inexistente, e a sua participação na renda do Estado não chega a 6%. O setor rural caracteriza-se por extrema concentração da terra nas mãos de poucos, e os principais produtos do setor são os de tipo tradicional que, na sua maior parte, são produzidos por pequenos produtores de subsistência, com uma grande parcela destinada para o autoconsumo.

No extrativismo vegetal, o babaçu e a carnaúba são os produtos que apresentavam maior expectativa de aproveitamento industrial. O primeiro, pela possibilidade de aproveitamento na produção de carvão vegetal, coque e álcool anídrico e o segundo, para a produção de cera, papel e celulose.

Diante deste quadro, as perspectivas para a economia piauiense são muito limitadas. As possibilidades concretas que apresentam dentro do atual modelo de desenvolvimento brasileiro são aquelas ligadas à “crise do petróleo” e à própria solução que o Brasil está procurando obter, pelo menos no que diz respeito a um combustível alternativo para substituir a gasolina, além da produção de carvão e coque para a siderúrgica.

Quanto à produção de álcool, o Piauí pode utilizar o babaçu, a mandioca e a cana-de-açúcar. No que concerne à última alter-

nativa de matéria-prima, o Estado não possui produção suficiente, mas dispõe de bastante área ociosa, propícia para este fim.

A mandioca talvez seja a melhor alternativa para o Piauí em virtude de a produção ser realizada, na sua maioria, por pequenos produtores, fato que traria um benefício social mais amplo ao programa de aproveitamento para a produção de álcool.

Todavia a alternativa mais promissora de investimentos é o babaçu, pois este além de possibilitar a produção de álcool, ainda é uma excelente matéria-prima para a produção de carvão vegetal, coque siderúrgico e óleo comestível.

Vale salientar que estas possibilidades de investimentos no Piauí não podem ser olhadas com muito otimismo. É possível que o Piauí fique para trás mais uma vez, pelo fato de que as iniciativas privadas do Estado até agora têm sido muito inexpressivas.

No Nordeste, alguns Estados já estão muito mais avançados na concretização de investimentos no Programa Nacional do Álcool, como é o caso de Pernambuco, na utilização da cana-de-açúcar, do Maranhão, com o babaçu, etc., além de outros Estados do Centro-Sul, mais especificamente Mato Grosso, sem falar ainda na própria região Sudeste, a qual possui as maiores possibilidades de se tornar a maior produtora de álcool para o Programa.

Em resumo, pode-se dizer que, dentro do atual modelo brasileiro de desenvolvimento, dificilmente a economia piauiense sairá do estado de estagnação e dependência de transferências federais em que se encontra. Porém, é preciso que não se leve ao extremo a afirmativa deste estudo de que os males do Piauí são causados pelo processo de desenvolvimento brasileiro.

O presente estudo se fundamenta numa análise conjuntural das perspectivas de desenvolvimento do Estado. Assim, para se melhor compreender a economia piauiense, torna-se necessário empreender-se uma análise de todo o processo histórico da formação econômica do Estado a fim de se verificarem as causas do atraso do Piauí em relação a outros estados do Nordeste.

### **3.2 Perspectiva da Economia Piauiense para um Modelo de Desenvolvimento Brasileiro Alternativo**

A economia brasileira, comandada pelo setor de produção de bens de consumo duráveis, passa atualmente por uma crise de grandes proporções. As raízes da crise devem ser buscadas na inviabilidade do modelo de desenvolvimento brasileiro. Inviável por sustentar-se em formas de financiamento externo e interno de alcance bastante estreito, agravado pelo domínio do capital estrangeiro nos setores industriais mais dinâmicos.

Está na lógica do modelo, portanto, uma dívida externa que sufoca o processo de acumulação de capital e põe em risco a soberania nacional, bem como a extrema concentração de renda nas mãos de poucos, em detrimento das classes menos favorecidas, as quais vêm financiando, internamente, o padrão de desenvolvimento capitalista que se implantou no Brasil desde o início dos anos 50 e foi aprofundado nos últimos 16 anos.

A solução para a crise abrirá, naturalmente, uma nova fase de desenvolvimento da economia brasileira, fase essa que vai depender muito da correlação de forças políticas que contribuirão para a solução. Se, nestas forças, as classes populares tiverem participação importante, a economia deverá ser conduzida para um modelo mais nacionalista, em que os grupos econômicos privados internos e estatais poderão ser os principais agentes.

Entretanto, se as classes populares não participarem de forma decisiva, dificilmente a solução será nacionalista. Isto porque os grupos econômicos nacionais, pelo inter-relacionamento de complementaridade com grupos estrangeiros, não tomarão, por certo, atitude de um antagonismo consequente, em relação aos interesses estrangeiros no Brasil. Dessa forma, a economia brasileira poderá continuar com um alto grau de internacionalização e com a contradição de um processo de industrialização voltado para o mercado interno, mas com forte remessa de lucros para o estrangeiro. Assim, não se resolverá a crise.

Estabelecidos os parâmetros políticos que estarão envolvidos na solução para a crise, voltar-se-á, agora, a especular sobre o

modelo econômico brasileiro alternativo que poderá marcar uma nova etapa de desenvolvimento da economia brasileira.

Dentro do horizonte de tempo que norteia esta análise (1950-79), a economia brasileira tem se desenvolvido através de uma forte liderança do setor de bens de consumo duráveis, sem procurar paralelamente desenvolver a indústria de bens de produção, indústria, indispensável para viabilizar internamente o setor líder. Este tipo de desenvolvimento tem levado o Brasil a uma dependência tecnológica crescente em relação aos países que detêm o domínio da tecnologia, porque é sabido que o setor mais dinâmico do capitalismo é o setor de bens de produção, o qual anima e impulsiona o sistema através das inovações do processo que abrirá caminho para novas oportunidades de investimentos da economia.

Ora, esta dependência levou o Brasil a contrair uma dívida externa cujo pagamento vem sufocando o processo de desenvolvimento brasileiro, em virtude de quase todos os meios de pagamento criados se destinarem ao pagamento do “Serviço da Dívida”, obrigando o país a endividar-se ainda mais, a taxas de juros cada vez mais altas, para que se sustente algum crescimento da economia e se mantenha o nível de emprego a índices suportáveis.

Diante disto, as alternativas para a economia brasileira não são muitas. O momento histórico coloca como imprescindível e inadiável a aceleração da implantação no Brasil de um setor de bens de capital que venha possibilitar um desenvolvimento mais harmônico e autônomo da economia.

Contudo, a prioridade para o setor de bens de produção implica a redução da produção de bens de consumo para que se possa liberar recursos a fim de serem aplicados naquele setor. Daí ser necessária a redução do consumo de bens não essenciais para que possa ser também ampliada a produção de bens essenciais, sobretudo bens agropecuários, que serão requisitados pela população não agrícola.

Preconiza-se, portanto, um modelo de desenvolvimento tendo como setor líder o setor de bens de capital, dando-se ênfase também ao setor de produção de bens de consumo não duráveis.

Embora este modelo não venha diminuir a dependência do país por importações de máquinas e pela necessidade de se criarem meios de pagamento para garantir o financiamento externo do modelo, ele possibilitará, a médio e longo prazo, um desenvolvimento mais proporcional e harmonioso entre os diversos setores da economia, fato que provocará uma forma de financiamento interno da acumulação, com custos sociais menores para o conjunto da população. Além disso, o relacionamento entre o setor de produção de bens de capital e os demais setores econômicos provocará um aumento da produtividade na economia, além de gerar demandas intersetoriais, que naturalmente possibilitarão a ampliação do mercado, da renda, do emprego e a diminuição das necessidades de financiamento externo.

Para garantir a capacidade de importação, o País pode partir para incorporar, na pauta de exportações, produtos do setor de bens de capital, sobretudo bens intermediários, tais como: ferro, alumínio, cobre, estanho, níquel, soda e barrilha, fertilizante, etc. A exploração do ferro nas serras de Carajás já é uma iniciativa concreta com respeito a esta política.

Quais as perspectivas para a economia piauiense no contexto do modelo alternativo?

É certo que as possibilidades do Piauí dentro deste modelo seriam bem mais promissoras. Em primeiro lugar, porque os requerimentos de bens de consumo não duráveis seriam fortemente incrementados, dando oportunidade para que o Estado utilizasse suas potencialidades de terras na produção de produtos alimentícios e matérias-primas para a indústria.

Além disso, não estaria descartada a possibilidade de investimentos no aproveitamento do babaçu e da carnaubeira, sobretudo do primeiro, dentro do Programa Nacional do Alcool.

Em segundo lugar, o setor industrial seria também altamente beneficiado na medida em que adotasse uma estratégia de aproveitamento da produção agropecuária, incrementando a agroindústria no Estado, criando-se, deste modo, maior interdependência entre os setores industrial e agrícola.

Também o Piauí terá possibilidade de desenvolver a indústria de móveis, alimentar, têxtil, de couro, química, cerâmica, etc.

É lógico que se está falando, aqui, de simples possibilidades, pois embora o Estado tenha potencial em termos de disponibilidades de recursos naturais – terceiro Estado da Região em extensão territorial, grande disponibilidade de água, grandes disponibilidades de terras ociosas, etc. – seria necessário que os planejadores estivessem atentos para, na hora certa, entrarem com os projetos necessários, dentro de uma estratégia bem definida e elaborada a partir de uma massa crítica de informações das verdadeiras possibilidades do Estado.

Ressalte-se que, para o Estado aproveitar as oportunidades que oferece tal modelo, faz-se necessária a eliminação das barreiras estruturais do sistema produtivo. Todas estas barreiras estão ligadas à excessiva concentração da terra e à extrema atomização das unidades produtivas minifundiárias, as quais não possuem condições de absorver tecnologia moderna, constituindo, portanto, entraves ao aumento da produtividade agrícola do Estado.

Nesse sentido, há necessidade de se elaborar toda uma estratégia de intervenção para a gradual eliminação destas barreiras. Como exemplo, pode-se citar o projeto de desenvolvimento rural integrado para a Região Norte do Estado, que conta com o apoio técnico-financeiro do Banco Mundial, o qual adota como principal estratégia uma reestruturação fundiária.

## **4 CONCLUSÃO**

As perspectivas de desenvolvimento econômico para o Piauí foram tratadas, neste estudo, rigorosamente dentro de um ângulo global, em que o ponto de referência básico foi a forma de desenvolvimento capitalista adotado pelo Brasil nas últimas décadas. Viu-se que as possibilidades do Piauí, no atual modelo de desenvolvimento, são bastante limitadas, pois as oportunidades de investimentos se resumem basicamente no aproveitamento do babaçu, da carnaubeira e, secundariamente, de alguns projetos agropecuários.

Por outro lado, a implantação de um parque industrial, tendo por base o aproveitamento do babaçu, não significa que a economia como um todo seja beneficiada, porque, para isso, seria necessário que esta atividade tivesse o poder de provocar efeitos para frente e para trás sobre os outros setores, isto é, que o fluxo de renda gerado na atividade babaçueira provocasse uma demanda de bens possível de ser atendida pelo aumento da produção dos demais setores.

No entanto, o efeito multiplicador da atividade básica perderia a força, desde que a demanda gerada fosse atendida por importações de bens de outros Estados. Além do mais, um estudo profundo deveria ser elaborado para verificar que outros efeitos a atividade babaçueira provocaria nas demais atividades agropecuárias e no emprego do setor.

Especularam-se, ainda, as possibilidades do Piauí para um modelo de desenvolvimento alternativo para o Brasil, no qual os setores líderes seriam os setores produtores de bens de capital e de bens de consumo não duráveis.

Neste modelo, o Piauí teria muito mais oportunidades de investimentos que no atual, porque a demanda por bens agropecuários seria grandemente estimulada, assim como as indústrias que processam matérias primas possíveis de serem produzidas pelo Piauí, com maior poder de competitividade em relação a outros estados nordestinos.

Ademais, o desenvolvimento da indústria baseado no aproveitamento da produção agropecuária produziria uma complementaridade maior entre estes setores, além de disseminar por todo o Estado os investimentos produtivos, fato que teria uma repercussão positiva no conjunto da economia do Estado, em termos de emprego, renda, mercado, etc.

Em síntese, a economia piauiense é uma economia reflexa e dependente das decisões tomadas nos Estados mais desenvolvidos do país e, portanto, seu futuro depende muito mais daquelas decisões do que do esforço interno de seus planejadores e governantes.

# 3

## ARTIGO

### **PIAUÍ – HISTÓRIA, REALIDADE E DESENVOLVIMENTO**

(em defesa da pesquisa e do estudo científico  
da realidade piauiense)

**MANUEL DOMINGOS NETO**

Historiador e pesquisador da Fundação CEPRO.



## 1 A NECESSIDADE DE UMA VISÃO HISTÓRICA

Entendemos a ciência histórica como sendo a base instrumental por excelência para a compreensão aprofundada de uma determinada realidade socioeconômica. Em outras palavras, julgamos que uma determinada realidade social, em seus aspectos estruturais e superestruturais, na medida em que não pode ter surgido do nada, só pode ser compreendida inteiramente inclusive com o estudo do complexo jogo de fatores que a engendraram.

A simploriedade de tal informação é aparente, na medida em que em termos nacionais, o que se tem feito como pesquisa e análise da realidade socioeconômica no país, via de regra é a sua própria negação. De fato é inegável a tendência a se traçar quadros da realidade nacional, regional e local sem maiores respaldos na investigação científica. Decerto por vezes a investigação existe e chega até a ser feita de maneira séria e exaustiva, porém frequentemente tratam apenas de aspectos isolados da realidade global, não obrigando maiores tentativas no que concerne às explicações para com a integração dos fatores que atuam de forma a compor tal realidade.

A compreensão do momento histórico fica assim impossibilitada, pois ela é proporcionada justamente pela visão do conjunto integrado de elementos. Como, em se tratando de sociedade humana se desenvolvendo em um determinado contexto geofísico, está sempre implícita a ideia de evolução, esse conjunto integrado deve ser visto inclusive no seu comportamento no decorrer do tempo.

Para quem tem olhos voltados para uma realidade que pede de maneira gritante profundas e urgentes transformações, como é o caso do Piauí, a compreensão em profundidade do momento histórico é particularmente fundamental. Assentar planos para o desenvolvimento implica antes de mais nada em sair em busca do conhecimento científico da realidade, conhecimento este capaz de fundamentar com acerto as opções a serem feitas. Em outras palavras, implica em um esforço no sentido da detecção dos entraves ao desenvolvimento.

Uma rápida visão nos diagnósticos elaborados, que fundamentam as mais diversas propostas de transformação da realidade

existente, pode facilmente mostrar a base frágil com que as decisões são tomadas. Esses diagnósticos, via de regra, representam apanhados de dados estatísticos que tentam retratar a realidade, mas que no fundo não proporcionam nenhuma visão aprofundada. O dado estatístico, a descrição factual e as análises isoladas de aspecto de um conjunto integrado assumem o lugar da análise global, da apreciação ampla e profunda do conjunto.

Se há algo que se pode considerar inerente a qualquer proposta de plano de desenvolvimento é a convicção profunda no poder do homem de transformar a natureza, de condicioná-la em seu próprio proveito. Esta convicção é fruto do próprio desenvolvimento da sociedade humana, a história da humanidade é a história do poder do homem sobre a natureza.

Porém, devemos considerar que a posição dos planejadores do desenvolvimento, diante desta verdade é extremamente variada. Na prática, existem os que confiam mais, os que confiam menos e os que desprezam em absoluto esta verdade. Apontar os problemas sociais sem a profunda convicção de que existe possibilidade de resolvê-los é um posicionamento tão negativista quanto obscurantista. Ele decorre justamente da ausência desta convicção. Por sua vez a gradatividade no posicionamento dos planejadores é decorrência da maior ou menor compreensão científica da realidade.<sup>(\*)</sup>

Que causas geraram o atual quadro de problemas apresentados pelo Estado do Piauí? Por que o Piauí é vítima de uma defasagem em sua evolução, em relação aos Estados do Centro-Sul e inclusive com relação a certos Estados do Nordeste Oriental? Um questionamento deste tipo teoricamente deveria presidir as discussões sobre o desenvolvimento do Estado. E as respostas, seguramente, só poderiam surgir no estudo científico da realidade.

Ocorre que o próprio desenvolvimento de uma visão científica da realidade brasileira é um processo relativamente novo,

---

<sup>(\*)</sup> Aqui não estamos considerando o fato do planejador que não quer de fato abraçar perspectivas justas de desenvolvimento. Naturalmente que essa possibilidade pode ocorrer. Objetivamente ela se dá quando o interesse do planejador ou dos seus mentores entra em contradição com a população definida como beneficiária do plano de desenvolvimento.

ainda estando em uma etapa inicial. Há algumas décadas atrás essa visão científica era inexistente. Logicamente, um dos seus subprodutos chamado planejamento do desenvolvimento era coisa também desconhecida. E de seu surgimento para os dias atuais é importante salientar as diversas maneiras com que foi encarado, ao sabor de injunções das conjunturas políticas.

O Nordeste, pela eloquência de suas calamidades, pela sua situação crítica, foi contemplado com a atuação dos responsáveis pela política de desenvolvimento e erigido a laboratório experimental de teorias e projetos.

É com facilidade que podemos verificar a frequência com que se avançam respostas sobre as mais diversas questões da realidade socioeconômica, naturalmente, sem o mínimo respaldo científico.

Assim como a explicação do fator racial como definidor do rumo de uma determinada sociedade andou em voga durante certa época (na verdade ainda hoje tal concepção tem seus defensores) a velha explicação geográfica (o quadro geofísico definindo o processo evolutivo de uma sociedade); a não menos antiga interpretação personalística (uma personalidade tendo condições de determinar o processo evolutivo); atualmente existem as explicações tendentes a superestimar o papel da “cultura” e da “mentalidade”. Todas elas não se comportam como teorias acadêmicas inofensivas. No fundo, elas atuam no sentido de mascarar a compreensão da realidade global, justamente a compreensão capaz de gerar propostas transformadoras cabíveis.

Para que se consiga de fato propor medidas capazes de superar os impasses é necessário e premente que um esforço constante seja feito no sentido da pesquisa e do estudo científico. É isso, enfim, que respalda uma atitude técnica correta.

Temos que prosseguir no conhecimento científico da realidade. E, grosso modo, isso implica em uma visão ampla e aprofundada do que se convencionou chamar de “evolução histórica”, pois é esta que pode nos oferecer uma verdadeira compreensão do momento em que vivemos.

## 2 UM CASO PARTICULAR NA EVOLUÇÃO DO SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO

Os conhecimentos atualmente disponíveis sobre o sistema colonial brasileiro não permitem ainda uma compreensão profunda da fase histórica inaugurada com o Descobrimento.

De fato, eles privilegiam um ou outro período, uma ou outra instituição e dizem respeito apenas a algumas regiões de papel mais ativo no processo histórico brasileiro, tais como a região açucareira, a região aurífera ou a região cafeeira. Nas dimensões continentais brasileiras restam enormes espaços, justamente os que mais se ressentiram das incoerências desse processo histórico de desenvolvimento, que deveriam ser vistos com mais atenção. Afinal esses espaços, e o Piauí está entre eles, pagam ainda hoje o preço de fazerem parte de um processo que não puderam nem escolher nem influenciar de maneira determinante.

Pensando no caso piauiense não seria arriscado dizer que dispomos de uma razoável quantidade de informações historiográficas sobre a ocupação do solo, melhor dizendo, sobre o povoamento, seus móveis e, possivelmente, suas etapas. Arriscado sim, seria dizer que compreendemos a significação histórica desse tipo de povoamento outorgado ao Piauí. O caráter do povoamento, na nossa maneira de pensar, forma junto com as particularidades geográficas da região os primeiros elementos que definirão um caso bastante específico no sistema colonial brasileiro.

Quanto ao contexto geográfico, as indicações mais elementares, constantes em qualquer trabalho sobre o Piauí são suficientes para mostrar ao observador mais atento que o Estado, apesar de fazer parte do “Nordeste” pouca relação tem com a geografia do Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, etc. Julgamos dispensável enumerar evidências sobejamente conhecidas. Porém, quanto ao caráter do povoamento, vale apreciar o caso específico do Piauí.

Os autores repetem constantemente conclusões do gênero “o Piauí foi colonizado do interior para o litoral”. Considera-se em geral que o móvel deste povoamento foi a criação do gado, incenti-

vada pelo crescimento da economia açucareira. Por fim, sabe-se que o sistema de exploração econômica implantado a partir da colonização esteve baseado na reprodução vegetativa do gado.

Ora, o primeiro fato a merecer atenção é que, ao que tudo indica, a colonização piauiense teve apenas uma influência indireta das atividades açucareiras. Na verdade, antes da criação do gado nas terras piauienses esta já tinha sofrido no máximo duas etapas em sua evolução, como lembra um historiador:<sup>1</sup> o gado havia sido inicialmente criado como parte das atividades do grande engenho de açúcar, intimamente ligado ao mesmo e, em um segundo momento, essa criação passou a se fazer de maneira desligada, mas sempre sob a direção do engenho. Nessa segunda etapa a faixa de terra destinada ao gado ladeava aquela destinada ao plantio de cana-de-açúcar.

Porém, quando falamos que a colonização piauiense esteve apenas **indiretamente** ligada à economia açucareira, tomamos em conta que esta colonização ocorreu numa terceira etapa vivida pela criação do gado. Nesta terceira etapa o grau de independência dos criadores com o engenho já tinha ocorrido efetivamente. Afinal, geograficamente as distâncias eram enormes, antes da chegada ao Piauí o gado havia devassado extensas glebas do sertão baiano.

Aliás, vale lembrar que a implantação da pecuária piauiense ocorreu quando a economia do açúcar já estava em crise devido ao surgimento da produção açucareira antilhana promovida pelos holandeses expulsos de Pernambuco.

Mas o que importa sobretudo é que a unidade de produção concernente à criação do gado no Piauí era de caráter bastante distinto do engenho de açúcar. Enquanto este estava visceralmente ligado ao consumidor externo, que era a sua própria razão de ser, o consumo do gado dependia de um mercado exclusivamente interno. Enquanto o engenho necessitava de grande força de trabalho, a criação requeria pouquíssima mão de obra. Enquanto a produção açucareira exigia grandes investimentos de capital, a criação de

---

<sup>1</sup> Ver SODRÉ, Werneck Nelson. Formação Histórica do Brasil.

gado exigia o avesso. A primeira implicava na utilização de uma certa tecnologia, a segunda prescindia disso.

Analisando o sistema pecuário implantado no Nordeste na época colonial, C. Furtado lembrou que tal sistema esteve no fundamental infenso às grandes crises que se abateriam sobre os ativos núcleos de produção diretamente voltados para o exterior.<sup>2</sup>

Com efeito, a grande fazenda de criação extensiva de gado era uma unidade de produção econômica estigmatizada pelo isolamento. Nasceu e se desenvolveu no sentido de consolidar a autossustentância. Aí reside, ao nosso ver, sua especificidade maior. Historicamente, a frente colonizadora que devassou o Piauí diferia das outras frentes que assumiram outras regiões do Brasil. No quadro deste artigo é impossível aprofundar uma análise neste sentido, mas cabe lançar aqui, em termos de tese a ser verificada, a ideia segundo a qual, a estrutura de produção econômica implantada no Piauí trazia, frente à realidade geral da Colônia, os germes que marcariam um desenvolvimento marginal. Sendo um caso específico na formação histórica brasileira, não deixava naturalmente de ser fruto do sistema colonial.

Tendo em vista este sistema os elementos restritivos à evolução do Piauí seriam:

- a) o consumo interno, além de limitado, era profundamente instável na medida em que dependia de injunções externas (no caso o mercado da região açucareira);
- b) o isolacionismo inerente à própria maneira de produção do gado (criação extensiva implicando na ocupação de enormes glebas de difícil comunicação com eventuais centros consumidores);
- c) a impossibilidade de criação de um dinâmico mercado interno na própria região criatória, já que esta utilizava poucos recursos humanos.

A exata compreensão do significado histórico dessa “civilização do couro” em que os eruditos tanto insistem, só poderá ser

---

<sup>2</sup> Ver FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil.

gerada com um estudo mais aprofundado da estrutura de produção econômica implantada no Piauí. Considerações tais como “a criação de gado modelou a fisionomia da sociedade” não servem na verdade para explicar grande coisa.

Com base nelas não se pode, por exemplo, entender todo o complexo jogo de laços de dependência criados por tal tipo de exploração econômica e muito menos sobre os mecanismos geradores de marginalidade atual do Estado. Falar da “civilização do couro” como se tem falado, nada diz sobre essa mentalidade que se criou e que aceitou, rejeitou ou ajudou a consolidação do arcaísmo.

O Estado de São Paulo marcou sua evolução na exploração do café. O Piauí, na criação do gado. Um e outro, em termos nacionais, encontram-se nos extremos opostos. Se damos como explicação básica a esse desenvolvimento desigual o fato de que um explorou um artigo de venda fácil no mercado internacional e o outro não, se rejeitamos a possibilidade do “acaso” nas escolhas desses produtos restariam uma série de indagações pertinentes: por que o Piauí escolheu o gado, por que São Paulo escolheu o café? Por que o produtor de gado não optou por uma diversificação de sua produção? Ou mesmo, por que não pôde agir de tal sorte que seu produto, explorado racionalmente, não se construísse um lugar ao sol do mercado consumidor nacional e internacional?

### **3 A INTEGRAÇÃO DO PIAUÍ NA FASE “NACIONAL”**

A quem e por que interessava a Independência do Brasil? Ora, se a evolução brasileira, no fim do século XVIII já provocava a explosão de anseios anticoloniais principalmente nas regiões auríferas, em centros urbanos e em regiões de maior dinamismo econômico o que precisamente mobilizaria os habitantes do Piauí para o movimento independentista?

O contexto piauiense muito diferia, nesta época, dos outros contextos onde floresceu o movimento independentista. No entanto, o Piauí participa, aliás, de maneira importante, de tal movimento.

Essa questão, no nosso entender, merece atenção porque ela marca o início do período “nacional” da evolução brasileira e nesse período a situação do Estado continua sendo marcada pela especificidade. Acreditamos que a evolução piauiense guarde particularidades bastante importantes, suficientes para resguardar o analista da tendência à generalização.

Ora, a Independência, correspondendo a anseios progressistas, permitiu a consecução de objetivos reivindicados fundamentalmente em regiões asfixiadas pela metrópole. Desfizeram-se as peias representadas pela existência deste entreposto que era Portugal nas ligações do Brasil com as grandes potências econômicas. Porém, o que isso representaria de fato para o Piauí, cuja estrutura de produção assentada na grande fazenda de criação extensiva de gado praticamente “bastava-se a si mesmo”?

Sabe-se a importância que teve sobretudo para a região Centro-Sul a transferência da corte portuguesa e logo depois a implantação do poder monárquico nacional. Aí, entre outras coisas floresceu um complexo urbano com suas funções político-administrativas e culturais. Porém, as conturbadas primeiras décadas da monarquia brasileira mostrariam claramente que a “Nação” então criada representava pouco mais que um conglomerado de regiões de interesses distintos, muitas delas pouco dispostas a aceitarem como seus os desideratos de um governo que era a continuação “brasileira” do poder metropolitano.

Quanto ao Piauí, que transformações foram provocadas com o fato do Brasil ter se transformado em nação independente? A mesma estrutura econômico-social da fase colonial continuou fundamentalmente imutável. A pecuária piauiense, que segundo a hipótese de um estudioso,<sup>3</sup> havia se transformado em uma atividade “essencialmente de subsistência” já na segunda metade do século XVIII, desconcertava ainda mais o seu passo com relação aos setores dinâmicos da economia que durante o século XIX iriam permitir um processo de centralização institucional até então desconhecido no país.

---

<sup>3</sup> Trata-se da hipótese lançada por R.N.M. SANTANA (Evolução Histórica da Economia Piauiense).

As oportunidades abertas ao Piauí na exportação para o mercado internacional não interferiram profundamente na estrutura implantada na fase colonial. É provável que essas exportações (notadamente o algodão do fim do século XVIII e a borracha do fim do século XIX) tenham gerado efeitos de polonização geográfica de atividades comerciais, alterando o quadro de distribuição populacional, mas, além de terem sido alterações instantâneas, não viabilizaram nenhuma mudança na estrutura fundamentalmente agrária do Piauí.

Há de se salientar que, em nível de poder político registrou-se o surgimento de limitadas oligarquias agrário-comercial-exportadoras. Em nenhum momento essas oligarquias estiveram em franca contraposição ao latifúndio, antes pelo contrário: de algum modo a simbiose de interesses fez-se harmonicamente. Ao que tudo indica as elites emergentes ligadas ao comércio e à exportação provinham em grande parte do próprio latifúndio, e mesmo que tivesse origens diferentes, a eles estavam visceralmente ligadas. Exigindo pouca ou nenhuma atividade de manufatura mais elaborada, os produtos de exportação, extraídos sem esforço, se coadunavam perfeitamente com o caráter da produção assentada nos grandes latifúndios.

Tomando em conta o que ocorria em outras regiões brasileiras dos pontos de vista qualitativo e quantitativo, as diversas aberturas do mercado internacional foram as bases para profundas alterações na estrutura econômico-social, vê-se que esse processo acentuou grandemente a desigualdade interna. Uma região sem condições de oferecer ao mercado internacional o que ele requeria estava implicitamente fadada a ver tolhido seu desenvolvimento.

E após a “polarização” desde desenvolvimento, como consequência natural, as relações com as áreas periféricas se estabeleceriam sempre através de mecanismos que consolidariam a dependência da periferia em relação ao polo. O conhecimento desses mecanismos de dependência, em sua evolução, praticamente não existe. Será necessário um sério esforço de pesquisa no sentido de identificá-los.

Concretamente eles poderiam se basear na evasão de riquezas produzidas na região (através do processo importação x exportação), na evasão de contingentes populacionais (expulsão de

mão de obra) e agravados por uma violenta depredação dos recursos naturais (visto o primarismo e a irracionalidade na exploração dos mesmos).

O estabelecimento da soberania nacional, ocorrido em nível institucional com a Independência, poderia muito bem ter gerado o complexo político-administrativo que formalmente atuaria no sentido de acentuar a desigualdade inter-regional (vale salientar sobretudo no período, objeto de reflexão neste ponto de nosso trabalho, o século XIX, que é absolutamente incoerente não distinguir a situação do Piauí e áreas contíguas como bem diferente das áreas do açúcar, fumo, etc.).

Na medida em que, no poder “nacional”, a correlação de forças, do ponto de vista regional, era favorável apenas a algumas regiões, justamente as mais dinâmicas em suas aberturas para o mercado externo, a ideia acima exposta, na nossa maneira de pensar, encontra um poderoso argumento em seu favor.

#### **4 OS EFEITOS DO PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO NACIONAL PARA A EVOLUÇÃO DO PIAUÍ**

Na fase da criação do poder nacional esteve, de fato, o desempenho da frente cafeeira, a consolidação e crescimento de núcleos urbanos com suas funções político-administrativas e manufatureiras e, finalmente, o considerável fortalecimento das Forças Armadas Nacionais, ocorrido com a Guerra do Paraguai.

Em termos de mudanças no quadro institucional, a consequência mais importante desse processo evolutivo brasileiro foi a implantação da República Federativa.

A literatura científica já consagrou a implantação do federalismo brasileiro como resultado de interesses de instituições nacionais (no caso, particularmente as Forças Armadas) e dos Estados onde se verificava, no fim do século, o maior dinamismo econômico no País (Rio, Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul). A solução federalista, gerando a denominada “República Velha” e sua “política dos

governadores”, foi a solução encontrada sobretudo para as oligarquias desses Estados no sentido do fortalecimento de seus poderes locais e, por extensão, às possibilidades de influírem determinante nos rumos nacionais.

Entrava então o Piauí, como os demais Estados de fraco poder de barganha em nível nacional, como elemento passivo numa reformulação de nível nacional. Se a implantação da República Federativa é tida como acontecimento de cunho progressista (na medida em que foi uma reformulação política provocada pelo surgimento de novos segmentos da produção econômica, pela emergência de novos setores sociais e pela consolidação de instituições nacionais) é justo que se coloque a questão se, com relação ao Estado do Piauí e os demais Estados com fraco poder de decisão em nível nacional, o novo sistema político não servia no fundamental à consolidação dos laços de dependência.

As elites e a população do Piauí, se não chegaram a se entusiasmar com o movimento republicano, a ele não opuseram resistência. Pode-se dizer que houve uma aceitação passiva de um fato consumado em esferas superiores ao esquema de poder local. E além disso, o que é o mais importante, houve algum tipo de aliança-formal ou informal – dessas elites com as novas (?) oligarquias da “República Velha” que fizeram com que as forças locais não opusessem resistência ao movimento.

Aqui lançamos apenas um questionamento, pois na verdade ainda não temos condições nem mesmo de especular com maiores fundamentos. Neste sentido caberia um esforço de pesquisa, e o máximo que poderíamos fazer seria tentar justificar essa proposta.

Já lembramos que as ocasionais aberturas do mercado externo para os produtos agrícolas extraídos na Região (no caso do algodão cultivado) não vieram a alterar em profundidade a estrutura produtiva do Estado. Se os resultados deste não deixam de ser significativos para o Estado, na medida em que os centros urbanos foram criados e dinamizados, em que houve uma certa diversificação da produção, em termos nacionais, tais aberturas têm pouca significação. A defasagem de fato não parou de se acentuar. Aqui a novidade

de foi a extração agrícola, nos centros ativos do país o novo era a consolidação de centros manufatureiros que no começo do século atual sofreram grande impulso. Uma economia sem maiores dinamismos poderia conciliar seus interesses com os dos centros grandemente ativos, tais como a frente cafeeira? As aspirações de classes urbanas ligadas a uma estrutura agroexportadora, manufatureira e administrativa em franca expansão poderiam se assimilar às de uma sociedade secularmente isolada cujo marginalismo não sofreu variações de monta no processo de integração nacional? De que forma tal sociedade poderia fazer ouvir seus anseios em ocasiões de grandes reformulações políticas, tais como a do federalismo e a abertura da Segunda República? E, sobretudo, haveria em tal sociedade desejos concretos de influir em tais reformulações, já que estas de maneira geral não afetariam a correlação de forças políticas locais?

## **5 A CONFIGURAÇÃO DO PROCESSO DE EVOLUÇÃO MARGINAL**

Insistimos na nossa ideia segundo a qual, entre os pilares em que o processo de desenvolvimento brasileiro está assentado, os laços intrincados de relacionamento inter-regional é possivelmente um dos menos conhecidos. Este relacionamento orientou-se no sentido de beneficiar a região Centro-Sul em detrimento de enormes espaços do território nacional.

Contamos que as rápidas considerações traçadas neste artigo possam mostrar um mínimo da complexa trajetória vivida pelo Estado do Piauí até a configuração do atual quadro crônico de subdesenvolvimento. Naturalmente que a pretensão deste artigo é pura e simplesmente a provocação de um debate neste sentido.

Evocando algumas evidências da formação histórica do Piauí, podemos dizer que nesta formação dois aspectos contraditórios conviveram de maneira integrada desde o povoamento mesmo de área: o isolamento e a dependência. O primeiro esteve inerente ao caráter mesmo da própria estrutura de produção econômica implantada na região, baseada na grande fazenda de criação exten-

siva de gado. A consolidação da economia de subsistência a que nos referimos nas páginas anteriores retrata o aprofundamento do isolacionismo com que o processo de desenvolvimento brasileiro contemplou o Estado.

Quanto ao aspecto das relações de dependência, estas assumem as mais diversas formas, os mais diversos graus de intensidade e é estabelecido com as mais diversas instâncias. A título de exemplo, lembremos que o Piauí dependeu dos mercados consumidores internos para a expansão de sua pecuária (e a inconstância dos mesmos gerou a estagnação); dependeu do mercado internacional para as episódicas fases de exportação dos produtos agrícolas (e quando estas terminavam deixavam no Estado profundos traços de depreciação dos recursos naturais); dependeu dos centros manufatureiros do país para a importação de bens e equipamentos; dependeu dos recursos federais para a criação da parca infraestrutura existente, etc. Acrescente-se a tudo isso o peso representado por um século de medidas assistenciais dos Governos Imperial e Federal.

Podemos dizer que se consubstanciou historicamente no Piauí, uma relação triplicada em termos de dependência estrutural, ou seja, uma relação em três níveis: internacional (encarando-se o fato da própria dependência estrutural do país em sua formação); nacional (tendo em conta o polo centralizador-dominante no país, a região Centro-Sul) e, finalmente, regional (visto a polarização exercida, na região nordestina, pelos estados orientais).

O isolacionismo e a dependência estrutural devem ser compreendidos como aspectos da evolução histórica do Piauí que se influenciam mutuamente. Da mesma maneira que a estrutura de produção implantada não exigiu nem provocou uma abertura para o exterior, os laços de dependência, obstaculizando um maior dinamismo no desenvolvimento da estrutura não contribuiu para a quebra do isolamento. Conhecer a maneira pela qual esses aspectos se integram é no fundo compreender o mecanismo gerador de marginalidade do Piauí.

Caberia lembrar ainda os efeitos que o processo histórico piauiense teria gerado em termos de consciência coletiva. Os sé-

culos de isolamento e dependência sem dúvida alguma influíram profundamente na formação dessa consciência, dando talvez um sentimento de impotência frente ao futuro. Ao falarmos em consciência coletiva não queremos abstrair o fato de que nesta coletividade existem posicionamentos distintos gerados pelo próprio fato de haver interesses distintos no conjunto social. Mas é inegável que nesse conjunto, como um todo, esteja refletido o peso do passado. O piauiense de hoje, sem distinção de classe ou camada social a que pertença, no fundo, guarda sempre a esperança de que os problemas mais aflitivos do Estado só podem ser resolvidos com o auxílio externo. O que é bom e progressista está fora dos limites estaduais. Os recursos para fomentar o desenvolvimento são externos. Planejar o desenvolvimento tornou-se sinônimo de atração e aplicação de investimentos externos. A disposição para o estudo científico da realidade, para a análise aprofundada dos entraves ao desenvolvimento, não pode ser de maneira alguma beneficiada com esse espírito.

# 4

## ARTIGO

### **PIAUI: UMA VISÃO SUMÁRIA DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE**

**DALTON MELO MACAMBIRA**

Historiador e ex-pesquisador da Fundação CEPRO, professor de História Contemporânea da Universidade Federal do Piauí (UFPI).



# 1 INTRODUÇÃO

O Estado do Piauí é uma das unidades mais pobres da federação. Localizado no oeste da região Nordeste do país, tem pouco mais de 2,5 milhões de habitantes distribuídos em uma área de 252.378,5km<sup>2</sup>, estabelecendo a menor densidade demográfica do Nordeste, da ordem de 10,6 habitantes por quilômetro quadrado. A população do Piauí representa 6% e 1,7%, respectivamente, da população do Nordeste e do Brasil.

Assim como no conjunto da região Nordeste, a taxa de crescimento demográfico do Estado vem diminuindo, passando de 3,07% a.a, no período de 1960-1970, para 1,72% a.a no período de 1980-1991. De acordo com a última contagem do IBGE (1996), o Estado possui mais da metade da população vivendo na zona urbana e as mulheres são maioria. Embora os dados de 1985 revelem uma população mais localizada no campo, esse processo tem se invertido nos últimos 10 anos, conforme demonstra a Tabela 1.

TABELA 1 – ESTADO DO PIAUÍ  
POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO – 1996

			HOMENS		MULHERES	
Piauí	2.673.176	100%	1.310.255	49%	1.362.921	51%
Urbana	1.556.115	58,2%	734.690	47,2%	821.425	52,8%
Rural	1.117.061	41,8%	575.565	51,5%	541.496	48,5%

Fonte: IBGE, 1996 – SIDRA; SUDENE – DPO/IPL/EST.

Uma análise mais geral das condições socioeconômicas do Estado do Piauí permite afirmar que predomina uma situação de pobreza da maioria da população e que os indicadores de desenvolvimento mostram existir, ainda, uma razoável distância em relação às condições médias da região Nordeste. Esse quadro não foi alterado nem com o crescimento econômico recente. Entretanto, ao contrário da situação socioeconômica, o Estado é dotado de condições ambientais melhores que as da região Nordeste, sobretudo em se tratando de terras agricultáveis, recursos hídricos (de superfície

e subterrâneos) e, para espanto de alguns, volume de precipitações pluviométricas com certa regularidade.

Segundo dados da SUDENE (1970-1996), o PIB do Piauí aumentou cinco vezes nesse período. Em 1996, atingiu a cifra dos cinco bilhões de reais, com uma variação média anual de 6,6% no período citado. Esses dados revelam o crescimento da economia, em que a produção da riqueza passou de 3,1% para 4,4% da produção nordestina e de 0,4% para 0,7% do PIB brasileiro (Tabela 3). A mesma fonte afirma que em 1996 o PIB per capita do Estado representava cerca de 72% da média nordestina, mas apenas 40% da média nacional.

A Tabela 2 demonstra a evolução desses dois indicadores econômicos no período de 1985-1998.

TABELA 2 – ESTADO DO PIAUÍ  
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E PIB PER CAPITA  
(1985-1996)

ANO	PIB a.p.m		PIB PER CAPITA	
	R\$ bilhão	Variação anual	R\$ 1,00	Variação anual
1985	3,77	14,6	1.612,88	12,5
1986	4,61	22,4	1.939,72	20,3
1987	4,35	-5,6	1.799,47	-7,2
1988	5,08	16,5	2.062,44	14,6
1989	5,29	4,2	2.116,29	2,6
1990	5,17	-2,3	2.036,14	-3,8
1991	5,51	6,5	1.130,06	4,6
1992	4,50	-18,3	1.723,08	-19,1
1993	4,62	2,6	1.750,63	1,6
1994	5,24	13,6	1.964,77	12,2
1995	5,44	3,7	2.014,86	2,6
1996(*)	5,71	5,0	2.093,75	3,9
1997 (*)	5,68	-0,6	2.059,94	-1,6
1998 (*)	5,86	3,2	2.103,19	2,1

Fonte: BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL, Recife: SUDENE, n. 6 p. 286-297, ago. 1999.

Nota: (\*) Dados Preliminares. Ano-Base: 1998.

O PIB do Piauí somente supera o PIB dos Estados de Rondônia, Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, todos da região Norte, e o do Estado de Sergipe, na região Nordeste. Se comparada ao PIB nordestino, a participação do Piauí era de 3,2% em 1970, passando para 4,4% em 1996 e 4,1% em 1998 (Tabela 3). Todavia, em relação ao PIB per capita do Piauí, embora não haja informações precisas sobre o Estado de Tocantins, os indicadores revelam que o Piauí possui o menor índice do país. Entretanto, de acordo com um ex-Superintendente Adjunto da SUDENE,

O Piauí teve a terceira taxa média anual de crescimento do PIB per capita, do período 1985-1995, que foi de 2,2%, superado apenas pelo Maranhão, com 4,1% e Rio Grande do Norte, com 3,4% [...]”. (SILVA FILHO, 1997, p. 13).

Tal informação demonstra que esses números devem ser analisados levando-se em conta o seu aspecto relativo, procurando-se sempre compará-los para poder tirar conclusões mais próximas da realidade.

Sabe-se que, em termos metodológicos, é importante ter cuidado com a análise fria de dados econômicos, sobretudo em se tratando do Produto Interno Bruto. Se não se levar em conta outros fatores, como, por exemplo, a distribuição de renda e o nível de concentração da riqueza produzida, esses números podem dar margem a análises imprecisas da realidade ou simplesmente produzir pura ficção, particularmente quando se trata da análise de um estado “pobre” como o Piauí e quando se sabe que o conceito de “pobreza” é muito relativo, dependendo da região do país.

TABELA 3  
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PIB DOS ESTADOS EM  
RELAÇÃO AO DO NORDESTE E BRASIL

ESTADOS	PARTICIPAÇÃO (%)			
	1970		1998*	
	NE	BR	NE	BR
Maranhão	6,3	0,7	9,5	1,4
Piauí	3,2	0,4	4,1	0,7
Ceará	12,2	1,4	16,0	2,6
Rio Grande do Norte	4,6	0,5	6,5	1,0
Paraíba	6,4	0,7	6,5	1,1
Pernambuco	24,6	3,1	16,8	2,7
Alagoas	5,5	0,7	5,8	0,9
Sergipe	4,0	0,5	3,7	0,6
Bahia	33,2	4,2	31,3	5,0

Fonte: BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL, Recife: SUDENE, n. 6, p. 283-293, 344-348, ago. 1999. SUDENE/DPO/IPL/Contas Regionais. FGV/IBRE/DCS; IBGE/DPE/DCNA.

(\*) Dados Preliminares.

Muitas riquezas, principalmente as naturais, a criação de animais domésticos como a de galinhas, a produção artesanal e um conjunto de outras relações como a economia informal, por exemplo, muito comum no Nordeste, não são contabilizadas no processo de constituição do PIB, principalmente em Estados onde os levantamentos estatísticos não têm uma maior precisão e regularidade na sua divulgação, como é o caso do Piauí. É importante lembrar que o Plano Real, enquanto existiu como uma moeda “forte”, com o câmbio supervalorizado e com a paridade com o dólar, também produziu uma visão distorcida da economia brasileira. Nesse sentido, utilizam-se essas informações apenas como referência para a análise.

Embora não seja objetivo deste trabalho fazer um debate sobre o conceito de desenvolvimento, partilha-se da concepção de que este conceito não pode ser reduzido à ideia de desenvol-

vimento econômico. É necessário ampliá-lo para além da dimensão econômica, incorporando a dimensão social, a cultural e a ambiental, entre outras. Neste final de milênio, dois conceitos ganham força no debate sobre desenvolvimento: o **desenvolvimento humano**, que destaca a importância do bem-estar da sociedade e o alargamento da cidadania como forma de enfrentar a crescente desigualdade social no mundo, e o **desenvolvimento sustentável**, que pressupõe o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente. Para tanto, do ponto de vista conceitual, utiliza-se o termo **crescimento econômico** para caracterizar o desempenho recente da economia piauiense.

A economia piauiense, em resumo, apresentou taxas de crescimento médio, no período de 1970-1996, superiores às médias do Brasil e do Nordeste, aumentando sua participação na produção da riqueza produzida. Esse desempenho pode ser explicado pelo aumento dos investimentos, provavelmente oriundos do setor público, até o início da década atual.<sup>1</sup> O volume desses investimentos foi, em média, superior ao verificado no Nordeste. Os números revelam que a participação da Formação Bruta do Capital Fixo do Setor Público (FBKFsp), no período de 1974-1990, superou a média do Nordeste quanto à composição do PIB.<sup>2</sup> Essa análise pode ser reforçada quando se observa o Consumo do Governo (CG) e sua participação no PIB do Estado, no período de 1975-1993, bem como em relação a esses mesmos indicadores na região Nordeste.<sup>3</sup>

No entanto, é importante destacar que o dinamismo recente da economia do Piauí faz parte de um processo que atingiu toda a região Nordeste, particularmente a partir dos anos 60. De acordo com Tânia Bacelar de Araújo,

---

<sup>1</sup> Para maiores informações, ver: VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Planejamento regional e transformação da agricultura tradicional** – lições da experiência no Estado do Piauí. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. (Tese de doutorado).

<sup>2</sup> BRASIL. SUDENE. **Formação bruta de capital fixo do setor público** – Nordeste do Brasil, 1960-1996. Recife, 1999, p. 43-47.

<sup>3</sup> BRASIL. SUDENE. **Agregados econômicos regionais do Nordeste do Brasil**, 1965-1998, Recife, 1999, p. 46-9, 75-6.

O lento crescimento econômico, que durante muitas décadas caracterizou o ambiente econômico nordestino [...], foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades que se desenvolveram recentemente na região [...]. A pobreza, porém, continua a ser uma das características mais marcantes do Nordeste, quando visto no contexto nacional. É um traço antigo que o dinamismo econômico das últimas décadas não conseguiu alterar significativamente. (ARAÚJO, 1997, p. 7-8).

O desempenho da economia nordestina entre 1960 e 1990 pode ser considerado excelente. Criado no final dos anos 50, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento no Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, fundamentou a estratégia inicial da ação da SUDENE baseada no pressuposto que o fraco dinamismo da economia nordestina das décadas anteriores se deveu ao esgotamento do modelo primário-exportador implantado na região desde o período colonial. A proposta central apresentada pelo relatório do GTDN era que o Estado deveria estimular o processo de industrialização da região como forma de superar o atraso econômico. Com base nesses pressupostos,

A partir dos anos 60, impulsionadas por incentivos fiscais – 34/18 – Finor e isenção de imposto sobre a renda, principalmente –, por investimentos de empresas estatais [...], complementados com créditos públicos (do BNDS e BNB, particularmente) e com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas – e, dentro delas, as atividades industriais – ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção na região, rompendo a fraca dinâmica preexistente. Entre 1967 e 1989 a agropecuária reduziu sua contribuição ao PIB regional de 27,4% para 18,9% [...]. Enquanto isso, a indústria passou de 22,6% para 29,3%, e o setor terciário cresceu de 49,9 para 58,6% [...]. (ARAÚJO, 1997, p.8).

Nas últimas décadas, o Nordeste foi a região que apresentou as mais elevadas taxas médias de crescimento do PIB no país. Dos anos 60 até o final dos anos 80, a economia nordestina superou a taxa de crescimento médio do país em cerca de 10% e o seu PIB, que aumentou quase seis vezes, cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o PIB do Japão (média de 5,5% ao ano) no mesmo período.

Mais adiante se verá que essa política, que em certa medida visava à desconcentração produtiva do país, começa a ser revertida a partir do início dos anos 90, trazendo sérios prejuízos à economia nordestina, particularmente à economia piauiense.

Mesmo correndo-se o risco de cometer imprecisões metodológicas e conceituais, tentar-se-á, a seguir, traçar, de forma didática e breve, a evolução da história econômica do Piauí a partir dos três grandes setores da economia, procurando mostrar as suas relações de interdependência e influência mútua como forma de identificar as raízes de seu atraso econômico e social.

## **2 SETOR PRIMÁRIO**

Para explicar o atraso da economia piauiense, deve-se compreender que, historicamente, a integração do Piauí na economia nacional e internacional se deu de forma subordinada e dependente. O Piauí sempre foi importador de produtos industrializados e exportador de matérias-primas e alimentos. Até o final do século XIX predominaram na economia piauiense a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. Posteriormente destacou-se o extrativismo vegetal, através da exploração da borracha de maniçoba, da cera de carnaúba e da amêndoa do babaçu, cuja produção sobressaiu durante a primeira metade do século atual. A organização da economia piauiense, sobretudo a partir do século XIX, estava voltada para o atendimento das demandas, por essas mercadorias, no mercado interno brasileiro e no mercado internacional. Aliás, esse era o sentido mais geral da economia do país.

Segundo Teresinha Queiroz,

As atividades econômicas desenvolvidas no Piauí desde o início da colonização têm confluído no sentido da consolidação de certos traços básicos. Dentre esses traços, a extrema concentração de riqueza e, por consequência, do poder. Essa riqueza se expressa, em grande parte, na posse da terra, seja em fazendas de criação extensiva de bovinos, seja nas áreas imensas de exploração extrativa [...]. (QUEIROZ, 1998, p.57).

## 2.1 Pecuária extensiva

A criação extensiva de gado no Piauí tinha como objetivo a comercialização da carne e o destino eram as outras províncias do Nordeste ou mesmo da região Norte. No mercado externo, destacava-se o mercado da Guiana Francesa. Os derivados da pecuária, mormente o couro, seguiam para o exterior, cujo principal mercado era a Inglaterra. “Entre 1850 e 1890, as receitas derivadas da pecuária correspondiam a uma média de 50% do total das receitas auferidas pelo Tesouro Provincial [...]”. (QUEIROZ, 1998, p.21).

Atualmente (1990) os principais rebanhos, em termos quantitativos, em ordem decrescente, são: caprinos (2.094,732); bovinos (2.045,737); suínos (1.717,930) e ovinos (1.260, 698).<sup>4</sup> Embora as técnicas de criação tenham se modernizado, permanece o latifúndio improdutivo, como se verá mais adiante, e a criação extensiva do gado. No entanto, os números revelam o enorme avanço da pecuária piauiense nos últimos anos. Segundo dados do IBGE (1975-1990), o crescimento dos rebanhos foi significativo: ovinos (59%); bovinos (53,7%) e caprinos (59,5%). A exceção foram os suínos (-8,3%).<sup>5</sup> De todo modo, a pecuária está muito longe da importância que já representou para a economia do Piauí. Na pauta de exportações do Estado, em 1998, distinguem-se couros/peles de gado bovino e peles depiladas/curtidas de gado ovino e caprino. O peso do setor chegou a aproximadamente 20% do total das exportações do Piauí nesse ano.<sup>6</sup>

## 2.2 Agricultura de subsistência

No setor agrícola, historicamente, predominou a agricultura de subsistência. O Piauí sempre dependeu de outros Estados no suprimento de produtos agrícolas. De certo modo, esse processo resultou de uma estrutura agrária baseada no latifúndio, onde a maior

<sup>4</sup> PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL, PPM, IBGE, 1984-1992.

<sup>5</sup> PESQUISAS DA PECUÁRIA PRINCIPAL DO PIAUÍ, IBGE, 1975-1990.

<sup>6</sup> BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL, Recife: SUDENE, n. 6, p. 106, ago. 1999. MDIC/SECEX/DECEX; SUDENE/DPO/EPR/Contas Regionais.

parte dos pastos foi destinada à pecuária extensiva, bem como da ausência de um mercado interno que estimulasse a agricultura. A única cultura agrícola que se destacou comercialmente, no final do século passado e início do século atual, foi o algodão. Atualmente, assim como há um século, pode-se destacar a produção de milho, feijão, arroz e mandioca como alimento básico.<sup>7</sup>

Entretanto, pode-se afirmar que o desempenho recente da economia deveu-se, entre outros fatores, às elevadas taxas de crescimento da agropecuária. Se se examinar a produção agrícola do Piauí, encontrar-se-ão três produtos que proporcionaram um certo dinamismo na economia do Estado:

[...] a soja passou de 1 tonelada em 1980 para 10.409 em 1994, e 21.399 toneladas em 1995. A castanha de caju, que em 1994 apresentou uma produção de 32.775 toneladas, passou para 47.047 toneladas em 1995, enquanto a cana-de-açúcar cresceu de 875.226 toneladas em 1994 para 904.153 toneladas em 1995. O algodão herbáceo, o milho, o arroz e o feijão apresentaram declínio no período de 1994-95, embora viessem apresentando significativo crescimento nos anos anteriores. (SILVA FILHO, 1997, p. 9).<sup>8</sup>

É importante salientar também a produção da banana, manga, laranja e alho, na área de hortifrutícolas, bem como da mamona, que, ao lado da castanha de caju, do algodão e da cana-de-açúcar, se constituem nas principais matérias-primas industriais. Praticamente toda essa produção, assim como antes, hoje serve, principalmente, ao consumo interno. Talvez a única exceção seja o algodão, cuja produção de tecidos e confecções representou cerca de 15% da pauta de exportações do Estado em 1994.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL, PAM-PI, Rio de Janeiro: IBGE, 1991-1993.

<sup>8</sup> O autor, embora revele o crescimento de algumas culturas agrícolas, comete algumas imprecisões nos números, tais como: a produção de castanha de caju (1994-1995) passou de 32.780 para 47.207 toneladas, enquanto que a produção de cana-de-açúcar (1994) foi de 874.266, de acordo com o BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL, Recife: SUDENE, n. 6, p. 46, ago. 1999.

<sup>9</sup> BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL, Recife: SUDENE, n. 5, p. 186, nov. 1997.

## 2.3 O extrativismo

Os projetos dos diversos governos provinciais do Piauí, entre outros objetivos, pretendiam integrar o Estado ao mercado nacional e, a partir desse patamar, conquistar parcelas do mercado mundial através, como já se afirmou, da exportação de produtos primários. Durante o século XIX, as diversas tentativas não passaram de ensaios. Somente no século atual é que foi possível consolidar esse processo através do extrativismo. A exploração da borracha de maniçoba, da cera de carnaúba e o coco babaçu

Ao longo de cinco décadas [...], sobrepujaram e alteraram a função até então exercida pela atividade pecuária. Se, por mais de dois séculos, a base de economia do Piauí fora a criação de gado e à volta dela apenas desenvolvera-se rudimentar agricultura de subsistência, na primeira metade do século XX o Estado concretiza o objetivo de integração ao modelo nacional, passando a ocupar um lugar mais ativo da divisão internacional do trabalho. (QUEIROZ, 1998, p. 33).

Esses produtos alcançaram grande valor comercial na primeira metade do século atual, o que proporcionou um certo desenvolvimento para o Piauí, com grande absorção de força de trabalho, advinda, inclusive, de outros Estados. Entretanto, a vulnerabilidade da economia através da dependência de um só produto, voltado para a exportação e a dependência das mudanças no mercado externo e da concorrência internacional, levou à crise do extrativismo. A década de 50 marca o declínio do extrativismo vegetal.

A partir desse momento, o Piauí deixa a condição de exportador de produtos primários e passa a ser mero importador de produtos industrializados, que vinham do Centro-Sul e de outros Estados da própria região Nordeste. Do extrativismo, a cera de carnaúba é o único produto que, atualmente, continua tendo algum destaque na pauta de exportações. No período 1991-1998, esse produto representou, em média, quase 28% das exportações do Piauí,<sup>10</sup> que, embora significativo, está muito longe de seu apogeu nos anos

---

<sup>10</sup> BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL. Recife: SUDENE, n. 6, p. 106, ago. 1999.

40, quando os impostos cobrados sobre a comercialização da cera de carnaúba chegaram a representar cerca de 70% das receitas públicas. (QUEIROZ, 1998, p. 49).

O extrativismo implicou sérios prejuízos para a agricultura de subsistência. No seu período áureo canalizou a maior parte da mão de obra e teve como desdobramentos problemas não apenas de natureza econômica, como social e demográfica. Um exemplo emblemático é a exploração da cera de carnaúba:

A valorização da cera de carnaúba, no período de 1939 a 1946, deixou profundas marcas na economia piauiense, comprometendo negativamente seu desenrolar posterior [...]. Embora com potencial para produzir certos produtos para o seu consumo, preferiu importá-los, transferindo, assim, grande parte de sua renda para outras áreas. Tal situação gerou a falência da área, pois, ao depender exclusivamente das cotações da cera no mercado internacional, com a queda de tais cotações, a população viu-se desamparada para enfrentar a nova situação. (ARAÚJO, 1985, p. 104).

## **2.4 A estrutura fundiária**

Dentre os vários fatores que explicam a crise permanente do setor primário do Piauí, o fenômeno da seca é sempre lembrado pela literatura. O Nordeste, como espaço econômico e social, só é percebido pelo governo brasileiro com o advento das grandes secas da década de 70 do século passado. É importante frisar que esse fenômeno tem sido estudado, por alguns especialistas, com o objetivo de explicar o atraso do Nordeste a partir do mito da seca. Vários autores, entretanto, procuram desmistificar o flagelo causado pela seca a partir de outras interpretações.

Tal como a “seca nordestina”, a “seca piauiense” não é originada simplesmente de condições pluviométricas tidas como adversas [...]. A “seca” é fundamentalmente um fenômeno de inadaptação da produção agrícola às condições do meio ambiente. A atual exploração agrícola está sempre sujeita a grandes riscos de perda por exigir da natureza condições que esta não oferece. (DOMINGOS NETO, 1987, p. 95).

A seca sempre foi utilizada pelas elites nordestinas como forma de explicar o atraso econômico da região, justificar a miséria de seu povo e a necessidade de verbas federais para combater os efeitos desse fenômeno. Nasce, assim, a famosa “indústria da seca”, tese discutida e cada vez menos aceita no mundo acadêmico, pois tenta explicar um fenômeno socioeconômico pelo lado moral.

Na divisão dos mercados coube ao Piauí o papel de complementar outras economias, resultando daí um processo de dependência tal que a economia vivia em função do comportamento dos centros mais desenvolvidos. Essa forma de organização econômica resultou em um perverso processo de transferência da maior parte do excedente econômico, em função das trocas desiguais entre produtos primários e produtos industrializados. Guardadas as devidas proporções, esse processo sempre caracterizou as relações comerciais entre países atrasados e países desenvolvidos. A história do Brasil seguiu esse mesmo curso.

A estrutura fundiária piauiense é produto de

[...] uma economia atrasada em todos os aspectos. Faz parte de um conjunto mais amplo do sistema agrário representado pela região do sertão nordestino e, neste sentido, os problemas que afetam esta região estão quase sempre presentes também na economia agrícola do Estado, desde problemas climáticos até os de natureza socioeconômica e política. (ROCHA, 1982, p. 104).

O Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 1985, produziu informações que traduzem de forma clara a estrutura fundiária do Piauí, conforme mostra a tabela seguinte.

TABELA 4 – ESTADO DO PIAUÍ  
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA, SEGUNDO O TAMANHO, O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E A ÁREA QUE REPRESENTA

Tamanho da propriedade	Nº de estabelecimentos	%	Área que representa (ha)	%
Menos de 10 ha	193.056	71,4	389.562	3,3
10 a menos de 100 ha	57.741	21,4	2.093.822	17,7
100 a 1.000 ha	18.032	6,6	4.434.014	37,5
1.000 a 10.000 ha	1.359	0,5	3.055.596	25,8
10.000 a 100.000 ha	70	0,02	1.352.115	11,4
+ de 100.000	4	0,001	502.935	4,3
TOTAL =	270.262	100	11.828.044	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário do Piauí, 1985.

A estrutura fundiária do Piauí é a herança mais perversa do modelo econômico e de dominação política que as atuais gerações herdaram do passado. Como mostra a tabela de distribuição da terra no Piauí, mais de 70% dos estabelecimentos, com menos de 10 ha, representam pouco mais de 3% da área do Estado, enquanto apenas 04 estabelecimentos (0,001%), com mais de 100.000 ha, representam uma área superior a 4%. As propriedades com menos de 10 ha e as que vão de 10 ha até 100 ha, que representam 93,8% dos estabelecimentos, equivalem a apenas 21% da área total do Estado, enquanto as propriedades acima de 1.000 ha, que representam pouco mais de 0,5% dos estabelecimentos, equivalem a 41% do total da área do Estado.

O Censo (1985) revelou, também, que 80% da produção agrícola é proveniente da pequena propriedade e que 72% dos pequenos produtores rurais não são proprietários de suas terras. O Censo Agropecuário do IBGE (1980) revela que,

Considerando-se o conjunto amplo da Pequena Produção Familiar, constata-se que esta forma particular de organização da produção é, surpreendentemente, a responsável pela maior parte da produção agropecuária do Piauí; onde os estabelecimentos com área de até 100 ha participam da produção agropecuária do Piauí com: 80% da produção de caprinos, 70% de suínos, 43% de bovinos, 83,9% de mi-

lho, 75,4% de algodão, 85,9 de feijão, 79,4% de mandioca e com 82,1% da produção de arroz. (grifo do autor). (FONSECA, 1995, p. 16).

Seguramente esse é um dos maiores índices de concentração da propriedade privada da terra do país.

Entretanto, é preciso reconhecer que essa realidade, embora muito lentamente, tem sofrido modificações:

Os anos 70 registraram algumas mudanças na estrutura de ocupação da mão de obra no setor agropecuário piauiense. A participação relativa da mão de obra familiar, que em 1970 chegou a representar 96,8% do pessoal ocupado, em 1975 cai para 94,6% e em 1980, para 85,6%. Observa-se, por outro lado, uma tendência crescente do pessoal em regime de emprego permanente e temporário, quer dizer, uma tendência inversa àquela verificada no período de 1950 a 1970. Todavia, a participação dos empregados permanentes continua bastante baixa, cerca de 0,8% em 1975 e 1,3% em 1980 [...]. (ROCHA, 1988, p. 61).

As propriedades com áreas superiores a 100 ha utilizam a maior parte dos trabalhadores em caráter permanente, cerca de 60%, enquanto as propriedades com menos de 100 ha empregam a maioria dos trabalhadores de forma temporária. De todo modo, o marco de 1970 indicado pelo autor referido indica quase uma unanimidade daqueles que estudam a história recente do Piauí. De fato, a partir dos anos 70, como se verá mais adiante, a economia do Estado passa a crescer a um ritmo mais acelerado, apresentando um dinamismo maior, o que vai implicar, mesmo que relativamente, uma maior mobilidade social e uma certa melhoria das condições de vida do conjunto da população.

Nesse sentido, é possível afirmar que a estrutura fundiária do Piauí é constituída, do ponto de vista da sua organização básica, pela grande propriedade fundiária e por diversas unidades de produção familiar. A primeira forma se constitui no latifúndio rentista, destacando-se a pecuária e o extrativismo, e a segunda pelos posseiros, meeiros, parceiros e arrendatários, responsáveis pela agricultura de subsistência (BANDEIRA; NEVES, 1982, p. 40).

Os indicadores da estrutura agrária do Estado revelam que a reprodução do capital na agropecuária apresenta grandes debilidades. O desenvolvimento das forças produtivas no setor primário está extremamente atrasado. Em geral, o aumento da produção é decorrente, em grande medida, do aumento da população. O baixo nível tecnológico acaba tendo como consequência a baixa produtividade do trabalho. A agricultura de subsistência produziu um débil mercado interno.

Na verdade, a estrutura fundiária no Piauí não sofreu grandes transformações, seguindo o mesmo curso do Nordeste:

Nos anos 60 e seguintes a proposta de reforma agrária foi abandonada na prática pelos sucessivos governos militares e civis [...]. As oligarquias nordestinas, proprietárias das terras de antiga ocupação e sempre bem situadas nas estruturas de poder, continuavam a beneficiar-se dessa opção conservadora. E, após tantos anos de dinamismo econômico, a questão fundiária permanece praticamente intocada, apesar da miséria alarmante que domina nas áreas rurais do Nordeste [...]. Os dados confirmam que a concentração fundiária aumentou no Nordeste nas últimas décadas. (ARAÚJO, 1997, p. 18).

A concentração da riqueza produzida e da propriedade estabeleceu uma sociedade com pouca mobilidade social. Ressalta-se, entretanto, que as características da distribuição da posse da terra no Piauí não são singulares em relação às do Nordeste, nem a média geral do país. Portanto, esse fator isoladamente não explica o atraso econômico do Estado.

### **3 INDÚSTRIA**

O Piauí teve um desenvolvimento industrial tardio, assim como o Brasil. Segundo Jorge Mattoso, é preciso reconhecer que

O Brasil incorporou tardia e lentamente o setor têxtil e o conjunto das inovações do padrão tecnológico e produtivo emergente da Primeira Revolução Industrial de fins do século XVIII e início do século XIX. Enquanto nos países

avançados desde a crise de 1876/90 já se questionava o velho paradigma tecnológico e emergia a Segunda Revolução Industrial, no Brasil, somente após decorridas várias décadas do século XX consolidou-se uma indústria têxtil que tinha por base uma tecnologia relativamente simples e ancorada na mecânica. Com a relativa estabilidade dos padrões tecnológicos neste século, o Brasil pôde iniciar logo após a consolidação da indústria têxtil a apropriação dos avanços da Segunda Revolução Industrial do final do século XIX (1930/55) [...]. Ao final da década de 70, portanto, ao mesmo tempo em que se consolidava a complexa indústria do século XX e entrava em crise o regime militar, aflorava um movimento sindical que parecia apresentar condições de reverter as características autoritárias, concentradoras e excludentes do padrão de desenvolvimento brasileiro. No entanto, “quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial” e emergiu o conjunto de transformações produtivas, tecnológicas, financeiras, geo-políticas e comerciais que abalariam as estruturas da ordem mundial e do mundo do trabalho. (MATTOSONO, 1995, p. 121-134).

Percebe-se que ainda estão em curso estudos mais concretos acerca das repercussões da “terceira revolução industrial” no Brasil. No entanto, num estudo de bastante fôlego sobre o desenvolvimento industrial recente do país, Luciano Coutinho e João Carlos Ferraz afirmam que

Em comparação com os padrões internacionais, no início da década de 1990 uma boa parte da indústria brasileira opera com equipamentos e instalações tecnologicamente defasados, apresenta deficiências nas tecnologias de processo, exhibe atraso quanto às tecnologias de produto e despende pequena fração do faturamento em atividades de P & D. Demonstra, ainda, limitada difusão dos sistemas de gestão de qualidade, tanto de produtos quanto dos processos de fabricação, e apresenta relativa lentidão na adoção das inovações gerenciais e organizacionais, tipo *just-in-time*, *quick response*, *total quality control* e outras. Enquanto internacionalmente as empresas intensificam laços de colaboração, a maior parte da indústria brasileira resente-se de ausência de interação intensa entre usuário e produtor e carece de relacionamento mais cooperativo entre fornecedores e produtores. Finalmente, apresenta, em geral, um

padrão anacrônico de relações gerenciais/trabalhistas, que ainda encara o trabalho como um custo e não como um recurso primordial da produção, dando pouca atenção ao treinamento e à formação de operários polivalentes. (COUTINHO; FERRAZ, 1994, p. 33-34).

Marcada pelo modelo agrário-exportador, a economia do Piauí não foi capaz de produzir e acumular riqueza suficiente, para investir na produção e em infraestrutura, que permitisse um processo de modernização da economia e o conseqüente desenvolvimento industrial. É importante lembrar que a agricultura de subsistência, a pecuária extensiva e o extrativismo vegetal contribuíram decisivamente para a constituição de um arcabouço econômico e social marcado pelo alto nível de concentração da renda e da propriedade privada da terra, bem como pelo caráter predatório da exploração econômica, como foi o caso do extrativismo.

Nesse sentido, parece correto retomar o dilema da seca. De acordo com Manuel Domingos,

A seca foi fundamental para assegurar o tipo de desenvolvimento urbano-industrial definido para a nação. Sem a “seca”, a força de trabalho nordestina não teria se deslocado para os centros urbanos, onde cumpriu papel econômico de grande relevância. Igualmente, sem a “seca” nordestina não teria sido possível a ocupação da Amazônia, hoje objeto de intensa exploração de grandes empresas capitalistas. Em meados do século atual, quando o Piauí perdeu definitivamente o papel de área absorvedora dos “retirantes da seca”, passou a assumir progressivamente o papel de exportador de força de trabalho. (DOMINGOS NETO, 1987, p. 96).

Entretanto, é importante destacar que desde 1950 as taxas de emigração líquida do Piauí são superiores às médias do Brasil e da região Nordeste. As taxas de imigração atualmente representam pouco menos da metade das taxas de emigração, o que demonstra que o Piauí tem sido uma fonte de migrações internas no país.<sup>11</sup>

As primeiras indústrias, de pequeno porte, se instalaram no Piauí na virada do século XIX para o século atual. Nas cidades de

---

<sup>11</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

Parnaíba e Floriano surgiram indústrias químicas e farmacêuticas para o refino da cera de carnaúba, produção de óleos vegetais e beneficiamento de peles. Teresina, Capital do Estado desde 1852, além de ser o centro administrativo e forte entreposto comercial, atraiu a indústria têxtil e alimentícia. Com a crise do extrativismo nos anos 50, a indústria parnaibana, maior do Piauí, entra em decadência e a Capital se consolida como o grande centro econômico do Estado.

A atividade industrial experimentou um crescimento no período de 1960-70, quando comparada com a de outros Estados da região Nordeste, mesmo assim constata-se que o processo de industrialização ainda deixava muito a desejar. Somente em 1970 é inaugurada a hidrelétrica de Boa Esperança, a partir da qual começam a se expandir as redes de energia elétrica que irá permitir a consolidação da indústria. Os investimentos do poder público em infraestrutura fazem prosperar a indústria da construção civil. Deve ser destacado, também, o ramo de confecções, cujo marco é o surgimento da Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara, em 1973, e 10 anos mais tarde surge a fábrica de bebidas Antártica, um grande empreendimento para época, com a finalidade de produzir para o Piauí, Ceará, Maranhão e Pará.

No entanto, o baixo nível de oferta de emprego proporcionada pelas unidades industriais demonstra que o peso desse setor na economia do Estado ainda é muito débil. Esse processo histórico talvez explique a situação atual da indústria piauiense, que, em termos de ocupação da mão de obra, não é muito diferente da situação do Brasil, relativamente falando, como revela a Tabela 5.

TABELA 5  
DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS,  
NO PAÍS, REGIÃO E ESTADO SEGUNDO O NÚMERO  
DE EMPREGADOS (1993)

PAÍS REGIÃO ESTADO	TOTAL DE ESTABELE- CIMENTOS	DISTRIBUIÇÃO			
		1 a 19 Empre- gados	20 a 99 Empre- gados	100 a 499 Empre- gados	Mais de 500 Empre- gados
Brasil	168.935	80,7%	14,1%	4,3%	0,9%
Nordeste	14.618	81,6%	13,0%	4,1%	1,3%
Piauí	627	87,6%	9,4%	2,2%	0,8%

Fonte: Ministério do Trabalho. Relação anual de informações sociais (Dados Preliminares). Obs.: BRASIL. Dados relativos aos segmentos das Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação. Adotada a classificação segundo setor do IBGE.

No setor secundário predomina a indústria de transformação, onde se destacam as manufaturas.

O parque industrial instalado no Piauí está constituído de um conjunto de micro, pequenas e médias empresas predominantemente individuais, caracterizadas pelo uso intensivo de mão de obra e baixos níveis de capitalização. Predominam as indústrias de transformação e extrativa [...]. Praticamente tudo que se consome no Piauí é importado dos centros nacionais mais avançados [...]. As empresas que ocupam maior contingente de mão-de-obra são: Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, Química, Bebidas, Produtos Alimentares, Minerais Não Metálicos e Mobiliários<sup>12</sup>.

Considerado o período de 1980-1996, ao contrário do que ocorria nas décadas anteriores, a pauta de exportações do Piauí tem sido bem superior à de importações. Em 1995, por exemplo, o Estado arrecadou com exportações mais de 67 milhões de dólares e gastou com importações apenas pouco mais de 5 milhões de dólares. Em 1998, a exportação rendeu ao Estado mais de 58 milhões de dólares, enquanto a importação custou mais de 26 milhões de dó-

<sup>12</sup> PIAUÍ. Secretaria do Planejamento. Piauí: um estado diferente. Teresina: 1997, p. 83.

lares.<sup>13</sup> Embora esses números estejam distantes de outros Estados da região Nordeste, verifica-se, com isto, que a economia está crescendo.

Vale ressaltar, no entanto, que desse total da pauta de exportações apenas cerca de 10% são produzidos na indústria local, onde os produtos exportados são basicamente confecções e tecidos. Entretanto, é importante destacar que os principais produtos da pauta de exportações do Piauí, cera de carnaúba e policarpina, cujo peso na pauta de exportações, em 1995, foi, respectivamente, 37,8% e 20,5%, resultam de processos industriais e revelam a importância, atualmente, da indústria para a economia local.<sup>14</sup>

Todavia, quando se observa o número de unidades e o valor da transformação industrial, bem como a oferta de emprego em termos absolutos, verifica-se que o Piauí ocupa as derradeiras colocações no “ranking” nacional (Tabela 6), fato que revela, ainda, a fragilidade do setor industrial no Estado.

Segundo dados do IBGE (1997), a População Economicamente Ativa (PEA) do Piauí é de 1.286.389, o que representa 47,6% da população residente, dos quais 59,6% são homens e 40,4% são mulheres. Desse total, 55,3% estão na zona urbana e 40,7% fazem parte da zona rural. A PEA tem 1.237.710 (96,2%) que constituem a População Ocupada (PO), dos quais 46,8% estão no setor primário; 11,1% correspondem ao setor secundário e 40,9% estão no setor terciário.<sup>15</sup> A mesma fonte indica que, em relação a PEA, 4,4% estão na indústria de transformação, 5,9% estão na indústria da construção e 0,8% está em outras atividades industriais.

---

<sup>13</sup> BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL. Recife: SUDENE. n. 6, p. 119-148, ago. 1999.

<sup>14</sup> BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL. Recife: SUDENE. n. 5, p. 186, nov. 1997.

<sup>15</sup> BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL. Recife: SUDENE. n. 5, p. 258, nov. 1997. IBGE/PNAD; SUDENE/DPO/IPL/EST/Contas Regionais.

**TABELA 6**  
**ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, EMPREGOS E VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL**

PAÍS REGIÃO ESTADO	DISTRIBUIÇÃO (1)										Participação % no VTI (2)	
	ESTABELECIMENTO (3)					EMPREGO (3)					1992	Ranking
	1985	Ranking	1993	Ranking	1985	Ranking	1993	Ranking	1985	Ranking	1992	Ranking
Brasil	100%		100%		100%				100%		100%	
Nordeste	8,43%		8,45		10,23%				10,05%		8,12%	
Piauí	0,32%	22°	0,37%	22°	0,19%	22°	22°	22°	0,28%	21°	0,13%	22°

Fonte: (1) BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação anual de informações sociais (Dados preliminares).

(2) IBGE – Pesquisa Industrial Anual.

(3) Adotada a classificação nacional de atividades econômicas.

Obs.: Dados relativos aos segmentos das Indústrias Extrativa Mineral e Transformação.

Em todo o caso, os números demonstram que o pessoal ocupado na indústria, bem como o número de estabelecimentos (que tiveram uma redução da ordem de 50% de 1980 a 1994, conforme dados da Tabela 7), não tem crescido nos últimos 20 anos, o que revela, deste ponto de vista, uma certa estagnação do setor industrial.

A Tabela 7 informa o pessoal ocupado na indústria de transformação e o número de estabelecimentos no período de 1980 a 1994. No entanto, é importante destacar que as fontes da referida tabela são diferenciadas e que, provavelmente, a metodologia utilizada também seja, por isso está-se utilizando a informação apenas como referência.

TABELA 7 – ESTADO DO PIAUÍ  
PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA  
DE TRANSFORMAÇÃO

PESSOAL OCUPADO EM 31/12/1980 (1)	PESSOAL OCUPADO EM 31/12/1985 (1)	PESSOAL OCUPADO EM 31/12/1994 (2)
15.259	17.710	15.573
2.200 Estabelecimentos	2.641 Estabelecimentos	1.030 Estabelecimentos

Fonte: (1) IBGE – Censos Econômicos de 1985.

(2) IBGE – Estrutura Produtiva Empresarial Brasileira (1994).

A década de 90, de um modo geral, representou um considerável arrefecimento da atividade econômica em todo país, sobretudo pela implementação da chamada *modernização conservadora*, iniciada no governo Collor, que implicou menos investimentos estatais, abertura indiscriminada das fronteiras econômicas, que estabeleceu uma concorrência desigual da indústria estrangeira com a nacional. Um desdobramento inevitável foi o sucateamento da indústria brasileira. Esse processo se agravou com a posterior política econômica voltada para a estabilização da economia levada a cabo, através do Plano Real, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A justificativa era inserir o país em uma nova ordem internacional de um mundo pretensamente globalizado.

Na verdade, o Brasil se insere nessa nova ordem de forma subordinada e dependente. Esse processo faz parte da chamada globalização neoliberal. Este projeto está em fase bastante avançada em regiões da Ásia, África e sobretudo nos demais países da América Latina. Parece que o caminho imposto às chamadas economias emergentes é o contrário do que as grandes potências percorreram para atingir o seu atual estágio de desenvolvimento, principalmente EUA, Alemanha e Japão. Esses países não teriam alcançado o posto de hegemonia mundial sem uma brutal intervenção do Estado na economia e através de uma política de exploração de regiões mais atrasadas do mundo. Eles sabem perfeitamente como proteger sua economia e soberania.

Nesse sentido, afirmam Coutinho e Ferraz:

O principal constrangimento aos investimentos públicos de fomento às condições sistêmicas da competitividade e aos outros programas de natureza tecnológica, setorial ou regional decorreu da crise fiscal do Estado e da dificuldade de financiar despesas de médio e longo prazos. Mas não se deve confundir estas restrições advindas da crise fiscal – reais e sérias – com uma desistência de intervenção do Estado no campo da competitividade. Com efeito, no Japão, na Alemanha, na França e, hoje, nos EUA, os Estados nacionais agem pragmaticamente na defesa ou no reforço da competitividade industrial. (COUTINHO; FERRAZ, 1994, p. 38).

Como se sabe, a natureza da intervenção do Estado que fomentou a industrialização e o estado de bem-estar nos países centrais é bastante diferente do que ocorreu nos países periféricos. O pacto que permitiu esse processo no Primeiro Mundo foi produto de uma ampla política de distribuição de renda e incremento tecnológico que possibilitou uma acumulação de capital através da mais-valia relativa, enquanto que na América Latina, particularmente no Brasil, esse processo se deu pela composição de uma poupança forçada, ao invés de políticas sociais compensatórias, que permitiu ao Estado favorecer o setor privado com uma generosa política de incentivos fiscais.

O Mercosul, ao que parece, se constitui em um organismo importante, mas insuficiente para uma melhor inserção nos mer-

cados mundiais dos países que lhe deram origem, sobretudo frente aos megablocos como o Nafta e a União Europeia. Contudo, os avanços da terceira revolução industrial no Brasil são geralmente subestimados. Afirma-se que se tem um parque industrial defasado, tecnologia obsoleta e baixo investimento em pesquisa. No entanto, tudo isso é verdade em relação ao primeiro mundo, porque, em relação à América Latina, o Brasil tem um parque industrial de certo porte e é recordista em produção e instalação de novas tecnologias, principalmente no setor bancário e automobilístico.

Como periferia do desenvolvimento industrial no país, o Piauí tem reagido com dificuldades a todas essas mudanças, onde o emprego tem sido profundamente atingido não apenas com a extinção de postos de trabalho, mas com o fim de diversas funções na produção. Em contrapartida, os dados da Tabela 8 revelam que, em média, o nível de emprego na indústria de transformação do Piauí cresce mais que o mesmo setor industrial no Nordeste e no Brasil.

TABELA 8  
TAXAS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E EM TODAS AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

PAÍS REGIÃO ESTADO	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO				TODAS ATIVIDADES			
	MÉDIA (1)			1995 (2)	MÉDIA (1)			1995 (2)
	1986 1989	1990 1992	1993 1995		1986 1989	1990 1992	1993 1995	
Brasil	3,5%	-4,7%	-0,3%	-0,1%	3,2%	-2,2%	0,1%	0,1%
Nordeste	3,8%	-3,0%	-2,3%	0,2%	2,7%	-1,1%	-0,2%	0,4%
Piauí	4,7%	-1,5%	2,5%	-0,1%	2,9%	-1,0%	-0,1%	0,2%

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho – Cadastro geral de emprego e desempregados; Lei 4923/65.

Obs.: (1) Média geométrica anual (2) Base de comparação: ano anterior.

Provavelmente, o crescimento das taxas de empregabilidade na indústria e no conjunto dos setores econômicos, nos anos 80, se deva à maior intervenção do Estado, mesmo na chamada década perdida. Com recursos declinantes, os principais incentivos

financeiros concedidos para a indústria no Piauí são provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR-SUDENE/BNB), que, além de financiar a produção, prevê a redução de 50% do imposto de renda das indústrias; do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE-BNB), que financia a médio e longo prazos, com juros subsidiados, programas de desenvolvimento dos setores produtivos; e da Lei Estadual nº 4.859, de 27/08/96, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais, relativos ao ICMS, para a indústria ou para a agroindústria que queiram se instalar no Piauí. Esta lei, diga-se de passagem, é a mais vantajosa do país. No entanto, ainda não conseguiu atrair muitas indústrias para o Estado. A principal reclamação dos empresários é que falta, sobretudo, infraestrutura.

Na realidade, a política de incentivos fiscais se estabelece no país nos anos 90, quando ocorre uma verdadeira guerra fiscal entre os Estados. Por isso, ficou extremamente “perigoso” trabalhar com estatísticas baseadas em receitas de impostos por causa da chamada renúncia fiscal. O Piauí perdeu, devido à fragilidade de sua economia, essa corrida entre os Estados, particularmente para os seus vizinhos: Ceará e Maranhão. Essa política ganhou força no Brasil em decorrência da implementação das políticas neoliberais, cujo conteúdo pressupõe, no limite, o abandono de qualquer projeto nacional de desenvolvimento.

O primeiro impacto no país se deu em relação às políticas regionais, que foram completamente abandonadas pelo governo federal. Um bom exemplo dessa política é o completo esvaziamento e enfraquecimento da SUDENE. Neste sentido,

[...] no Brasil dos anos recentes, já no novo contexto da abertura, predomínio da integração competitiva e estabilização, parece se conformar a tendência a interromper a desconcentração espacial do crescimento que ocorria nos anos 70 e 80, quando a análise é feita em escala macrorregional. Essa interrupção vem sendo comandada pelo mercado e referendada pelas políticas públicas federais de porte nacional/setorial [...]. A ausência de explícitas políticas regionais por parte do governo federal abriu espaço à deflagração de uma guerra fiscal entre os estados e municípios [...]. (ARAÚJO, 1997, p. 31).

Mesmo se reconhecendo os problemas de trabalhar com números que se relacionam com a receita de impostos, a tabela, a seguir, revela o peso do setor industrial na economia do Piauí, pelo menos em relação ao principal imposto estadual, que é o ICMS.

TABELA 9  
ESTADO DO PIAUÍ  
PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO DE ICMS POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (1997-1999)

ATIVIDADE ECONÔMICA	PERCENTUAL %					
	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1. Agricultura, pecuária e pesca	0,9	0,3	0,26	0,34	0,25	0,4
2. Produção extrativa mineral	0,15	0,1	0,07	0,06	0,07	0,06
3. Indústria de transformação	18,9	20,9	18,4	16,2	15	10,5
4. Indústria de beneficiamento	0,7	0,6	0,5	0,3	0,4	0,6
5. Indústria de montagem edificadas	0,01	0,01	0,06	0,06	0,06	0,3
6. Indústria de acondicionamento e recondicionamento	0,21	0,09	0,05	0,04	0,04	0,008
7. Comércio atacadista	33,2	26,7	26,5	23,1	26,7	25,4
8. Comércio varejista	35,2	37,5	38,1	38,3	35,6	36,6
9. Serviços e outros	10,7	13,9	16	21,5	21,8	26,1

Fonte: Sistema de Arrecadação de Tributos Estaduais (ICMS, ITCD, IPVA, outras taxas) da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí. Tabela elaborada por Dalton M. Macambira.

O fato de a indústria do Piauí ser responsável por pouco mais de 15% da receita de ICMS do Estado é revelador, sobretudo em se tratando de uma região e de um estado periféricos.<sup>16</sup> Embora

<sup>16</sup> Em 1997, o total arrecadado em ICMS (de janeiro a outubro) no Estado do Piauí representava 0,5% do total do referido tributo estadual arrecadado no país,

os dados sejam de um período um tanto curto (1994-1999), mas bem recentes, é possível afirmar que o fim da política de desconcentração produtiva do país – que no caso do Nordeste tem forte vínculo com as políticas desenvolvidas pela SUDENE nos anos 70 e 80 – poderá comprometer irremediavelmente esse processo de desenvolvimento industrial.

Sobre o atraso econômico, as dificuldades de desenvolvimento industrial e as perspectivas futuras de desenvolvimento do Piauí e do Nordeste, falou, com bastante otimismo, em entrevista, o executivo Flávio Germano Magalhães, da Indústria de Confecção de Roupas Guadalajara, que pertence ao Grupo Claudino, o maior do Estado:

O Piauí é um dos Estados mais pobres da federação. O que contribuiu para que isso ocorresse? [...]. Aqui a mentalidade dos políticos era agir no sentido do benefício próprio, e não do Estado, e o Estado era praticamente governado e administrado por um determinado grupo que permaneceu durante muito tempo no poder, e as famílias detinham praticamente a posse de todas as terras do Estado. Só agora começa a pulverizar mais. [...] O Nordeste está crescendo em uma velocidade extraordinária em relação ao resto do país [...]. Então o Nordeste vai passar uma fase, agora nos próximos 10 anos, com um crescimento muito maior que o do Sudeste. Se nós tivéssemos um distrito industrial bem montado [...], 10 empresários desses já tinham vindo para cá. A Lei de incentivos fiscais do Piauí é a melhor do Brasil, mas não tem infraestrutura. Dessa forma, os empresários não vêm. [...] Mas como é que o governo vai investir se ele não tem recursos nem para o pagamento do funcionalismo? Entretanto é todo um processo e não um único fator para justificar porque o Piauí não tem muitas indústrias.<sup>17</sup>

Quanto às ideias defendidas pelo empresário Flávio Magalhães, embora consideradas lugar-comum para muitos estudiosos da economia do Piauí, adianta-se que há muita controvérsia sobre

---

enquanto a Bahia representava 4,3% (maior do Nordeste) e São Paulo representava 39,3% (maior do Brasil). O Nordeste representava 14,3% do total. (Fonte: ICMS – COTEPE – Secretaria de Fazenda, Economia ou Finanças Estaduais). Federação Nacional do Fisco Estadual – FENAFISCO.

<sup>17</sup> Flávio G. Magalhães, entrevista concedida ao autor em 29/09/98.

o assunto, principalmente sobre a tese que busca explicar o atraso industrial do Estado a partir da justificativa da ausência de uma infraestrutura.

Portanto, torna-se incorreta a tradicional afirmação de que a pouca expressão do parque industrial do Piauí deve-se a fatores como pouca agressividade do empresário local, inexistência de incentivos governamentais, reduzida infraestrutura, etc. Mesmo que estes limitantes possam efetivamente existir, o que parece ser inequivocamente decisivo é a posição singular do Piauí no contexto brasileiro, durante os últimos 30 anos. Com vantagem comparativa garantida somente na extração vegetal, o Estado praticamente especializou-se na exportação de derivados do ramo [...]. O advento da SUDENE, que engendrou modificações na estrutura industrial do Nordeste, pouco representou em termos de criação de condições efetivas para a industrialização local, uma vez que, antes de mais nada, concentrou grande parte dos subsídios em poucos Estados do Nordeste [...]. (MARTINS *et al.*, 1979, p. 141-2). [Principalmente na Bahia, Pernambuco e mais recentemente, no Ceará.]

Para o mencionado empresário piauiense, a história recente da indústria do Piauí pode ser dividida em dois períodos, cujo marco divisório é o ano de 1994, e para tanto utiliza como exemplo a própria fábrica que dirige, a Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara:

Até 1994 o acesso de qualquer tecnologia ao exterior passava pelo chamado imposto de importação, porque havia barreiras. O Brasil estava dentro de um sistema retrógrado de substituição de importação implantado na década de 40 e que perdurou até 1994. Alguns produtos eram proibidos de serem importados e outros tinham alíquotas de importação muito elevadas. Por exemplo, máquina de costura, tinha 45% de imposto de importação, mais 10%, 12% e até 15% de IPI, mais taxas de alfândega, mais despesas diversas que, no final das contas, praticamente dobrava o valor do material. Então o custo da nossa mercadoria acabava ficando o dobro do que se comprava em países vizinhos, na Europa ou no EUA. Em 1994, como nós não tínhamos, no País, máquinas de costura, principalmente máquinas de alta tecnologia, eletrônica, computadorizada, o governo liberou a alíquota, que chegou a praticamente zero. Com

essa nova tecnologia, a gente pôde fazer uma redução do número de funcionários, mantendo e até mesmo elevando os níveis de produção.<sup>18</sup>

Sem entrar no mérito dos interesses de classe, nem dos conceitos e concepções do empresário, particularmente do que diz respeito à abertura indiscriminada das fronteiras econômicas do país, que atingiu seu ápice em 1994, é importante destacar que a possibilidade de importar tecnologia com baixa tributação permitiu um processo de modernização da indústria piauiense. Aliás, a empresa citada, Indústria de Confecções de Roupas Guadalajara, está sendo um estudo de caso, que se está desenvolvendo, em uma pesquisa que tem por objetivo analisar o processo de reestruturação produtiva na indústria piauiense (1990-1999), tema de Dissertação de Mestrado que este autor pretende defender em breve.

O otimismo, até certo ponto exagerado, do empresário piauiense revela uma opinião baseada sobretudo na ideia de um avanço das políticas de desconcentração produtiva que, iniciadas nos anos 60/70, estariam atingindo seu apogeu nos anos 90, a partir da abertura econômica e da estabilidade monetária, possibilitando a importação de novas tecnologias a custos relativos mais baixos em decorrência da sobrevalorização cambial. Atualmente se vive um momento de profundas contradições. A concorrência estrangeira deve levar, tendencialmente, o governo e o capital privado a investirem nos centros mais competitivos, isto é, nas regiões Sul e Sudeste, ao contrário do que se verificou nas décadas anteriores.

Os dados mostram claramente uma divisão de trabalho entre as regiões brasileiras, pois uma importante parcela dos segmentos produtivos que definem a dinâmica da economia nacional tende, mais uma vez, a se concentrar nas regiões onde teve início e se consolidou a indústria moderna brasileira. (ARAÚJO, 1997, p. 27).

Segundo Tânia Bacelar de Araújo, esse processo de reconcentração produtiva em curso, principalmente da atividade industrial, tende a reservar às regiões, como a Nordeste, sobretudo em

---

<sup>18</sup> Flávio G. Magalhães, entrevista concedida ao autor em 29/09/98.

seus espaços mais competitivos, os segmentos mais leves da indústria, de menor densidade de capital, que procuram mão de obra de baixo custo. Ou seja, viriam para as regiões de menor nível de desenvolvimento do país as indústrias de minerais não metálicos, têxtil, calçados, alimentos, bebidas, papel e celulose, entre outras, enquanto para o Sudeste continuaria reservado o espaço para os segmentos básicos da chamada indústria pesada: metal-mecânico, automobilístico e químico.

Vale ressaltar que os focos mais competitivos, que podem atrair investimentos de capital, não estão no Piauí. No caso do Nordeste, estão no Estado da Bahia, que se destaca na atração de investimentos, tanto públicos como privados.

#### **4 COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Na realidade, o grande consumidor, investidor, empregador e incentivador da ocupação da mão de obra no Piauí é o Estado, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Entretanto, é preciso reconhecer que o fato de o poder público ser o grande empregador no Estado não se constitui em nenhuma novidade. Desde a criação de Teresina, em meados do século passado, é comum encontrar nas mensagens que os governadores do Piauí encaminham à Assembleia Legislativa a reclamação do peso excessivo da folha de pagamento dos funcionários públicos no orçamento do Estado. A dependência dos investimentos governamentais para o incremento da economia do Estado debilitou as suas receitas, particularmente para pagar o funcionalismo. A partir dos anos 60, tornam-se comuns os constantes pedidos de transferências federais e operações de crédito para cobertura dos déficits nas contas públicas.

A relação de subordinação dos governos locais em relação ao poder central, que nasce no Império e ganha contornos mais definidos na República, tinha como justificativa a debilidade da economia do Estado e teve como desdobramento a constituição de uma prática política, por parte das elites locais, cujo pressuposto significa a mais absoluta subserviência ao poder executivo federal.

Tanto o poder Imperial quanto o Republicano firmaram pactos com as grandes famílias piauienses baseados no respeito ao direito destas em exercer o poder local, ou seja, a não-ingêrência nos negócios da Província/Estado e no apoio invariável ao Poder Nacional. (MARTINS *et al.*, 1979, p. 87).

Nos últimos anos, o setor de serviços tem se revelado o mais forte da economia do país. Se se levar em conta a participação de cada setor na composição do PIB, ver-se-á que isto também se verifica no Nordeste e particularmente no Piauí, como pode ser observado pelos dados constantes da Tabela 10. Na mesma tabela é possível perceber também a redução drástica do setor agropecuário e um razoável crescimento industrial, especialmente no Piauí.

TABELA 10  
DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETORES ECONÔMICOS

ANO	1985			1998(*)		
	Agrop.	Indústria	Serviços	Agrop.	Indústria	Serviços
Piauí	27,0%	18,0%	55,0%	10,5%	28,1%	61,4%
Nordeste	18,1%	24,6%	57,3%	9,1%	26,4%	64,5%
Brasil	9,7%	39,7%	50,6%	10,7%	34,8%	54,5%

Fonte: IBGE – DPE/DECNA; SUDENE-DPO/IPL/CRG.<sup>19</sup>

(\*) Dados preliminares. Participação percentual com base nos valores a preços de 1980.

Para compreender melhor a importância do setor terciário na economia do Piauí, vale lembrar que uma retrospectiva da história econômica do Estado revela um setor primário e secundário com muitas fragilidades, o que exigiu, a partir de certo momento, uma grande participação do poder estatal no fomento do emprego público e do conseqüente desenvolvimento do setor de serviços. Essa análise parte do pressuposto que

O Piauí é, indiscutivelmente, uma unidade extremamente debilitada em se falando de atividades produtivas. Com o

<sup>19</sup> BRASIL. SUDENE. **Agregados econômicos regionais**: Nordeste do Brasil (1965-1998). Recife, 1999. p. 69, e BRASIL. SUDENE. **Região nordeste do Brasil em números**, n. 3, Recife, 1999, p. 44.

campo em permanente crise e um setor industrial incipiente, resta ao setor terciário o comando da economia do Estado. Tal quadro é flagrantemente percebido desde o início do século atual. Mesmo as cinco primeiras décadas do século, caracterizadas pelo “boom” do extrativismo vegetal no Estado, mostraram o comércio atacadista como elemento de vital importância e grande beneficiário daquele processo. (MARTINS *et al.*, 1979, p. 144).

Mostrou-se anteriormente (Tabela 9) que o setor terciário é responsável por mais de 80% da arrecadação de ICMS no Piauí, sobretudo se se levar em conta que esse setor responde por 89,7% das empresas registradas na Secretaria da Fazenda, enquanto o setor secundário representa 8,5% e o setor primário corresponde a apenas 1,8% das firmas.<sup>20</sup> Para comprovar a enorme importância do setor terciário para a economia do Piauí, recuperam-se determinados dados que revelam o peso de cada setor da economia no PIB total do Estado. Como pode ser visto, num período que vai de meados dos anos 80 ao final dos anos 90, isto é, quase uma década e meia, o setor de serviços representou mais de 50% do total do PIB do Estado, conforme revela a tabela seguinte.

---

<sup>20</sup> PIAUÍ. Secretaria do Planejamento. **Piauí: um estado diferente**. Teresina, 1997, p. 96.

TABELA 11  
 ESTADO DO PIAUÍ  
 PARTICIPAÇÃO DO PIB SETORIAL NO PIB GLOBAL DO PIAUÍ  
 (1985-1998)

ANOS	SETORES		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1985	27,0%	18,0%	55,0%
1986	28,3%	16,4%	55,3%
1987	22,1%	20,5%	57,4%
1988	26,5%	19,4%	54,1%
1989	24,1%	20,5%	55,4%
1990	20,4%	22,3%	57,3%
1991	25,0%	20,0%	55,0%
1992	16,3%	23,5%	59,2%
1993	12,3%	25,4%	62,3%
1994	18,0%	25,0%	57,0%
1995	19,1%	23,6%	57,3%
1996(*)	17,8%	23,7%	58,5%
1997(*)	14,0%	26,5%	59,5%
1998(*)	10,5%	28,1%	61,4%

Fonte: SUDENE/DPO/Contas Regionais.

(\*) Dados Preliminares. Participação percentual com base nos valores a preços de 1980.<sup>21</sup>

Percebe-se que a economia do Piauí caracteriza-se por uma elevada participação do setor terciário na composição de sua renda interna. No período antes indicado (1985-1998), a participação média desse setor foi de 57,5%, enquanto o setor secundário teve um desempenho médio de 22,6%, seguido do setor primário, com 18,6%.<sup>22</sup> Verifica-se, portanto, uma hipertrofia do setor de ser-

<sup>21</sup> BRASIL. SUDENE. *Agregados econômicos regionais: Nordeste do Brasil (1965-1998)*. Recife, 1999, p. 69-74.

<sup>22</sup> Optou-se por trabalhar com os valores a preços de 1980 (Tabelas 10 e 11) por considerar-se que assim se aproximaria mais do real peso de cada setor na composição do Produto Interno Bruto. Durante a vigência do Plano Real, enquanto os preços dos setores primário e secundário estavam mais sujeitos a alguma forma de controle, os preços do setor terciário tiveram uma maior possibilidade de

viços. Como se viu anteriormente, o peso do subsetor governo no terciário é muito grande, em detrimento dos chamados setores produtores de bens (primário e secundário). Essas características são típicas de regiões ou áreas subdesenvolvidas.

A divisão da economia em três setores, no entanto, é uma simplificação. Não se pode desconhecer os profundos vínculos e relações de interdependência existentes entre a agropecuária, a indústria e o setor de comércio/serviços. Cometer-se-ia um grave erro de natureza metodológica e conceitual se não se reconhecesse tal fato. Entretanto, mesmo sabendo que a utilização compartimentada desses fatores produz distorções, principalmente nas atividades primárias, emprega-se esses dados apenas como referência para detectar, mesmo relativamente, o peso de cada setor na economia do Estado.

TABELA 12  
TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB REAL DA REGIÃO NORDESTE E ESTADOS, SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS (1985-1995)

ESTADO	SETORES			TOTAL
	AGROPEC.	INDUSTRIAL	SERVIÇOS	
Maranhão	3,8%	6,2%	5,8%	5,8%
Piauí	-0,4%	6,5%	4,2%	3,7%
Ceará	-3,8%	1,7%	4,4%	2,9%
Rio Grande do Norte	-4,9%	6,7%	5,5%	5,4%
Paraíba	-5,7%	4,0%	5,2%	2,6%
Pernambuco	-1,9%	2,1%	4,0%	3,0%
Alagoas	-1,1%	1,1%	2,1%	1,4%
Sergipe	-3,4%	2,5%	2,4%	1,7%
Bahia	-0,3%	1,6%	3,1%	2,3%
Nordeste	-1,4%	1,9%	3,3%	2,4%

Fonte: SUDENE/DPO/Contas Regionais.

flutuação. Nesse caso, trabalhar com os valores correntes pode levar a distorções na medida em que um determinado setor é superestimado.

## 5 CONCLUSÃO

Todos os planos de desenvolvimento elaborados por sucessivos governos do Piauí, principalmente a partir de 1975, são praticamente unânimes em reconhecer a necessidade da intervenção governamental para superar o atraso econômico. Reconhecem a manutenção da estrutura fundiária como principal obstáculo e reafirmam a “vocação” da agropecuária como base da economia estadual. Mesmo assim o latifúndio improdutivo nunca foi tocado, os trabalhadores continuam sem ter direito à terra e o pequeno produtor rural, responsável pela maior parte da produ o no campo, continua sem ter acesso facilitado ao crédito agrícola.

Em rela o ao setor industrial e de serviços, as a es do governo são muito pontuais, uma vez que esses setores, de um modo geral, não estão considerados nos modelos de desenvolvimento pensados para o Piauí. A falta de uma infraestrutura que d  suporte a estas atividades se constitui em uma demonstra o inequívoca dessa realidade. O baixo dinamismo da economia do Piauí sempre dependeu muito mais dos gastos públicos para seu crescimento do que da expansão das atividades produtivas.

Entretanto,

Nas condi es atuais do país, sem um projeto claro de inser o gradual e negociada na economia mundial, com um Estado em crise e incapaz de definir políticas econômicas (agrícola, industrial regional, de ciência e tecnologia) que estabeleam o conteúdo desta inser o, com uma administra o que tende cada vez mais a deixar para o mercado autorregulado o comando da atividade produtiva e de sua localiza o, são bastante concretas as possibilidades de crescente marginaliza o das economias regionais periféricas, as quais, com estruturas produtivas bem mais frágeis, podem ser varridas do mapa sem a presença regulatória do Estado. (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 49).

No entanto, se   verdade que na economia do Piauí “O desempenho global da economia teve suporte, principalmente, nas elevadas taxas de crescimento da agropecuária (5,2%) e dos serviços (5,4%) em 1995” (SILVA FILHO, 1997, p. 8), no período indicado na

Tabela 12 (1985-1995) o setor industrial teve o melhor desempenho (6,5%), enquanto o setor de serviços vem a seguir (4,2%) e o setor primário teve resultado negativo (0,4%). Esses dados também revelam que o crescimento médio do setor secundário do Piauí, no Nordeste, só foi inferior ao do Estado do Rio Grande do Norte (6,7%) no mesmo período.

A economia piauiense, como se afirmou anteriormente, revelou um certo dinamismo no período de 1970-1995, superando a média geral e de cada setor do país e da região. Se se analisar a taxa média anual de crescimento do PIB real dos Estados da região Nordeste em cada setor econômico, no período de 1985-1995, ver-se-á que o Piauí atingiu a terceira taxa de crescimento do PIB global (3,7%), sendo superado apenas pelos estados do Maranhão (5,8%) e Rio Grande do Norte (5,4%), conforme pode ser constatado na Tabela 12.

Nesse sentido, não se pode concluir, como todos os planos de desenvolvimento dos diversos governos que passaram pelo Estado apontaram, sobretudo a partir do início dos anos 70, que a agropecuária se constitui na grande “vocação” para o desenvolvimento da economia do Piauí. De acordo com Veloso Filho,

[...] não se pode afirmar que o Piauí é um estado com “vocação agrícola”, e que este é o setor a partir do qual se deve promover o crescimento e a modernização econômica. Como era esperado, a participação relativa do assim chamado setor primário supera as médias do País e da Região, mas é decrescente. Na economia estadual, constitui o setor com desempenho menos favorável, em termos de taxas de crescimento, e com as maiores oscilações, repercutindo negativamente no produto total. (VELOSO FILHO, 1998, p. 57).

A Tabela 13 comprova a opinião do autor sobre o Piauí e, em certa medida, sobre a região Nordeste.

TABELA 13  
PARTICIPAÇÃO DO PIB SETORIAL NO PIB GLOBAL DOS  
ESTADOS DO NORDESTE, REGIÃO NORDESTE E BRASIL (1998)

ESTADOS	SETORES			TOTAL (%)
	AGROPEC.	INDUS-TRIAL	SERVIÇOS	
Maranhão	10,7%	23,3%	66,0%	100
<b>Piauí</b>	<b>10,5%</b>	<b>28,1%</b>	<b>61,4%</b>	<b>100</b>
Ceará	4,1%	30,5%	65,4%	100
Rio Grande do Norte	2,1%	47,1%	50,8%	100
Paraíba	5,8%	30,1%	64,1%	100
Pernambuco	6,4%	24,7%	68,9%	100
Alagoas	16,5%	33,1%	50,4%	100
Sergipe	6,8%	48,1%	45,1%	100
Bahia	11,6%	27,8%	60,6%	100
<b>Nordeste</b>	<b>9,1%</b>	<b>26,4%</b>	<b>64,5%</b>	<b>100</b>
<b>Brasil<sup>(1)</sup></b>	<b>10,7%</b>	<b>34,8%</b>	<b>54,5%</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE-DPE/DECNA; SUDENE-DPO/IPL/CRG.<sup>23</sup>

Nota: Dados preliminares. Participação percentual com base nos valores a preços de 1980.

O desenvolvimento recente da economia do Piauí, assim como o conjunto da região Nordeste, revelou, como se afirmou antes, um certo dinamismo, proporcionado, provavelmente, por um maior contingente de investimentos estatais e que teve como consequência a elevação da expectativa de vida, que era de 47,7 anos em 1960 e passou para 62,5 anos em 1995, e a redução da mortalidade infantil, que era de 136,8 por mil em 1960 e passou para 49,1 por mil em 1995.<sup>24</sup>

Um fator que seguramente tem contribuído para mascarar esse desempenho é o crescimento da população residente, que

<sup>23</sup> BRASIL. SUDENE. *Região Nordeste do Brasil em números*. n. 3. Recife, 1999. p. 44.

<sup>24</sup> BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL, Recife: SUDENE, n. 5, p. 250, nov. 1997.

tem avançado em um ritmo inferior à média do país e da região nos anos 80 e 90. A taxa geométrica de crescimento anual caiu de 1,69/100 em 1960 para 1,43/100 em 1995.<sup>25</sup>

É possível que a melhor dotação de recursos naturais, especialmente recursos hídricos, e a menor densidade demográfica do Piauí favoreçam a subsistência das pessoas, enquanto que nas outras partes da região uma maior proporção de pessoas tem que sobreviver em ambientes nos quais predominam condições ainda mais adversas (VELOSO FILHO, 1998, p. 63).

Outro aspecto a ser considerado é que em 1995 a taxa de emigração líquida era o dobro da taxa de imigração líquida.<sup>26</sup>

O futuro é incerto. Mais do que nunca o futuro é incerto. Todo projeto de integração nacional iniciado no governo JK e acelerado durante a ditadura militar, através da tentativa de desconcentração produtiva, está sendo deixado de lado. O abandono de qualquer perspectiva da construção de um projeto nacional de desenvolvimento vem junto com o fim das políticas regionais que visavam reduzir as desigualdades entre as várias regiões do país.

Rumamos, agora, para aprofundar as diferenciações pre-existentes, cada um olhando para si próprio, cada subespaço buscando suas próprias definições e montando suas articulações. Os atores globais também farão suas escolhas. (ARAÚJO, 1997, p. 33).

Na opinião da autora, o processo de reconcentração produtiva pode levar à fragmentação da região Nordeste, o que, em tempos de globalização, fragilizaria ainda mais a economia do país, particularmente os estados periféricos.

---

<sup>25</sup> BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL, Recife: SUDENE, n. 5, p. 250, nov. 1997.

<sup>26</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

## REFERÊNCIAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- ARAÚJO, José Luís Lopes de. O rastro da carnaúba no Piauí. **Almanaque da Parnaíba**. Teresina: COMEPI, 1985.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. O Nordeste: herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista do Instituto de Estudos Avançados (IEA)** da USP. São Paulo: EDUSP, n. 29, 1997.
- BANDEIRA, William Jorge; NEVES, Osvaldo de Carvalho. Organização da produção agropecuária piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 8, n. 2, p. 4-57, jul./dez. 1982.
- BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL, Recife: SUDENE, n. 5, nov. 1997.
- BOLETIM CONJUNTURAL DO NORDESTE DO BRASIL, Recife: SUDENE, n. 6, ago. 1999.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. 1995.
- BRASIL. SUDENE. **Agregados econômicos regionais do Nordeste do Brasil, 1965-1998**. Recife, 1999.
- BRASIL. SUDENE. **Formação bruta de capital fixo do setor público do Nordeste do Brasil, 1960-1996**. Recife, 1999.
- BRASIL. SUDENE. **Região Nordeste do Brasil em números**, n. 3. Recife, 1999.
- CENSO AGROPECUÁRIO DO PIAUÍ. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- COUTINHO, Luciano G.; FERRAZ, João Carlos (coord.) **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca seculorum, flagelo e mito na economia piauiense**. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.
- FONSECA, Graziani G. **Organizações não governamentais no Piauí – avaliação de seus projetos e iniciativas**. Teresina: Projeto Aridas, 1995.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. **Revista do Instituto de Estudos Avançados (IEA)** da USP, São Paulo: EDUSP. n. 29, 1997.
- MARTINS, Agenor de Sousa *et al.* **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

PESQUISA DA PECUÁRIA PRINCIPAL DO PIAUÍ. Rio de Janeiro: IBGE, 1975-1990.

PIAUÍ. Secretaria do Planejamento. **Piauí: um estado diferente**. Teresina, 1997.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM). Rio de Janeiro: IBGE, 1991-1993.

PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE, 1984-1992.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

ROCHA, Jonas. Estrutura agrária do Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 8, n. 1, p. 104-120, jan./jun. 1982.

ROCHA, Jonas. Pequena produção rural do estado do Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 29-68, jan./jun. 1988.

SILVA FILHO, Leonildes Alves da. **Piauí: opção de desenvolvimento**. 2. ed. Recife: SUDENE, 1997.

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Planejamento regional e transformação da agricultura tradicional – lições da experiência no estado do Piauí**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. (Tese de doutorado).

# 5

## ARTIGO

**EM QUE MEDIDA A GLOBALIZAÇÃO  
DA ECONOMIA IMPLICA  
CONSTRANGIMENTOS AO  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO**  
Economista e professora do DECON/UFPI.



## 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante deixar claro que o questionamento em que medida a **globalização da economia implica constrangimentos ao desenvolvimento sustentável** não se constitui em uma análise das mais simples, não devido apenas à resposta em si, porém em decorrência da gigantesca controvérsia que existe acerca do conceito e do mecanismo de operacionalização do que se denomina globalização, como também da diversidade de conceito de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, procurar-se-á colocar de forma sucinta o pensamento do autor em relação à controvérsia levantada, considerando-se a bibliografia reputada como importante para o desenrolar da questão e suas consequências para o processo de “desenvolvimento” ora em implementação no mundo.

## 2 DEBATE SOBRE GLOBALIZAÇÃO

Segundo a diferença explicitada por Paccheco (1997) entre economia mundial dos estados nacionais e a globalização da economia, a primeira se caracteriza pelo fato de as conformações geopolíticas influenciarem e controlarem os setores produtivos, mercantis, monetários e migratórios de um determinado território, nos quais os investimentos nesta situação se orientam para os mercados regionais derivados da abundância relativa de fatores de produção. Por sua vez, a economia globalizada desterritorializa os empreendimentos por meio da uniformização dos preços, juros e salários relativos.

Na realidade, ainda conforme o referido autor, a globalização se manifesta como uma força centrífuga cujos investimentos são direcionados para os mercados globais, e o padrão de comércio transita de intersetorial e entre firmas para intra-setorial e intrafirmas com o objetivo de maximizar a eficiência econômica. Ocorre, portanto, uma transferência de poder dos atores geopolíticos – referentes aos estados nacionais – para os atores globais, representados

pelas empresas transnacionais e governos supranacionais, ou seja, consoante o autor, acontece uma profunda modificação no modelo de “desenvolvimento” econômico mundial.

Martins (1996, p. 2), ao conceituar globalização não como uma relação entre nações, no fundamental não discorda da posição de Paccheco, todavia deixa claro que esta se alicerça em relação de forças supranacionais sem compromissos diretos com suas bases territoriais de origem, assentada ideologicamente no pensamento liberal, no qual o predomínio do mercado se sobrepõe a outros fatores do comportamento humano, tendo, por conseguinte, como condição necessária a livre mobilidade do capital.

São essas conceituações que conduzem, atualmente, a propaganda oficial, e os grandes meios de comunicação fazem acreditar que o processo de globalização da economia, além de inevitável, responde às razões e às leis naturais. Esses mesmos meios apresentam a globalização como o único caminho que poderá levar ao progresso, à modernidade e à plena realização da natureza humana, isto é, a globalização – além de se constituir em um processo inevitável ao qual todos os países e regiões do mundo estariam subordinados – seria o melhor caminho (senão o único) para o desenvolvimento, para superar as misérias do atraso e da pobreza. A Pré-História terminaria com o domínio total e completo do mercado e do capitalismo em todas as partes do mundo, e a História se iniciaria com a vitória do capital sobre tudo e sobre todos.

As posições expostas levam a questionar se realmente a globalização consiste em um fenômeno característico de fins do século XX, e se esta se configura como a melhor tendência de desenvolvimento econômico para o mundo e, em particular, para o Brasil. Essas questões tornam-se relevantes devido ao fato de se relacionar ao desenvolvimento sustentável, matéria que será objeto de análise posterior. Em artigo na Folha de São Paulo (12-7-98), Belluzzo, concordando com o economista Marcello Cecco, deixa clara a semelhança entre o processo de crescimento do comércio e de expansão das transações financeiras, na transição do século XIX para o século XX, com o processo que os autores citados anteriormente estão chamando de globalização hodierna.

Paulo Nogueira Batista Júnior – também em artigo publicado na Folha de São Paulo (9-4-98), comentando o livro “Globalização em Questão”, dos autores Paul Hirst e Grahame Thompson – defende que a globalização, na realidade, consiste em um poderoso mito, em uma ideologia que procura inibir as iniciativas nacionais e dissolver as reações e resistências das populações das bases territoriais locais. O autor apresenta, ainda, uma citação de John Kenneth Galbraith, na qual afirma que “a globalização não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular a nossa política de entrada econômica nos outros países”. Ora, essa colocação torna clarividente que em nome da chamada globalização, com o objetivo de modernização, os países vão diluindo o conceito de nação e vão sendo induzidos pelos países desenvolvidos a implementar políticas que beneficiem setores ligados aos interesses econômicos internacionais, em detrimento dos interesses nacionais e da maioria da população.

Cano (1998) é absolutamente claro quando analisa que, se se entender globalização como um processo de internacionalização das atividades financeiras, comerciais e produtivas, isso não representa uma novidade enquanto conceituação, pois a constituição do comércio externo é datada do século XVI e a financeira, de pelo menos do século XIX. Com relação à atividade produtiva, apesar de se desenvolver de forma extremamente diferenciada e incompleta, esta se estende, outrossim, a partir do século XIX.

Não obstante concordar com as posições dos últimos três autores, com relação à análise a respeito da globalização, não se pode deixar de explicitar as profundas mudanças pelas quais vem passando a economia mundial em fins do século XX, que é denominada de uma nova reestruturação produtiva. Até às primeiras décadas desse século, o liberalismo torna-se o credo do capitalismo, deixando de ser uma exigência para se tornar mediação obrigatória para o desenvolvimento do capital e da sociedade. Essa fase áurea chega a seu fim com a grande crise no final dos anos 20.

O seu processo de superação é bastante conhecido, pois se desenvolve através da necessidade de o Estado abandonar sua posição de “vigia da economia” para se tornar instrumento de salva-

ção do sistema, com suas políticas de apoio direto ao processo de acumulação de capital e com suas políticas sociais compensatórias de ajuda aos excluídos do mercado. Por conseguinte, é dentro desse cenário que começa a fase do capital regulado estatalmente.

A partir do final dos anos 60, o modelo de acumulação de capital fordista – que tinha como base um processo de produção de massa, dirigido a um público consumidor passivo e ávido de consumo – entra em crise, consubstanciado por uma transformação monetária e financeira ocasionada pela drenagem de capitais dos EUA rumo à Europa e ao Japão, por meio dos auxílios maciços do Plano Marshall e pela migração de filiais dos bancos e empresas norte-americanas, convertendo os EUA, rapidamente, de maior credor a maior devedor internacional. Portanto, o aumento do endividamento interno e externo dos EUA teve como contrapartida uma grande acumulação financeira por parte de governos, empresas e bancos multinacionais.

Além da instabilidade financeira, pode-se assinalar o esgotamento desse padrão de acumulação de capital, por meio da luta operária por salário real acima dos ganhos de produtividade, da crise fiscal dos Estados, da inflação, dentre outros fatores.

A desaceleração econômica e o recrudescimento inflacionário marcaram um longo período, durante o qual a quebra da convertibilidade do dólar apenas desnudava ainda mais a crise internacional e o abalo que sofria a hegemonia americana.

A “solução” encontrada pelos EUA para a crise da hegemonia se centrou, primordialmente, na elevação vertiginosa dos juros entre 1979 e 1982, tornando “compulsória” ao Japão e à Alemanha a saída de fluxos de financiamento aos enormes déficits fiscal e de balanço de pagamentos dos EUA, provocando uma quebra financeira em diversos países. Nos países em que não se estatizou a dívida externa, as quebras foram de empresas e bancos privados. Nos países onde ocorreu a estatização, o que significava que estes já se encontravam com suas receitas debilitadas, o aumento dos juros os compeliu a ampliar ainda mais o mecanismo de dívida pública, através da venda de títulos públicos no mercado financeiro interno,

para adquirir as divisas com vistas a procrastinar seus novos compromissos em moeda externa.

A particularidade, com relação à quebraadeira, encontra-se na direção diferente seguida pelos Tigres Asiáticos (Coreia, Formosa, Hong Kong e Cingapura), em virtude de estes se constituírem em apoio geopolítico para a política dos EUA. E, por conta disso, lhes abriam mercado, como também os induziam a uma política de cooperação com o Japão.

Desse modo, para a superação da crise do modelo de acumulação fordista, procuraram-se novas formas de produção, em que a flexibilização da produção e das relações entre capital e trabalho passavam a ser perseguidas por todas as empresas, ou seja, surgia a necessidade premente de uma reestruturação produtiva.

Concluída – ainda que parcialmente – a reestruturação produtiva nos países cênicos, as empresas transnacionais precisavam imediatamente reestruturar seus sistemas produtivos também na periferia. E, para tanto, os países centrais impuseram aos países periféricos as chamadas políticas dos neoliberais, que procuravam estender à periferia um conjunto de mudanças institucionais, produtivas, comerciais e financeiras do tipo que já havia sido implantado em seus próprios países, decorrente da globalização dos mercados internacionais. Assim, embasados nesse discurso ideológico, os neoliberais encontravam munição para difundir sua doutrina e seus programas de política econômica, os quais se configuravam nas seguintes vertentes principais:

- a. os benefícios da globalização advêm de um mercado cada vez mais competitivo e, para atingi-los, os Estados nacionais são incentivados a abrir e liberar seus mercados internos. Ocorre, portanto, uma taxa crescente de implantação de investimentos diretos estrangeiros em bases territoriais nacionais, obedecendo a modelos organizacionais e estratégicos dos locais de origem. Esses determinantes econômicos promovem ganhos de eficiência alocativa na medida em que favorecem a concentração de capital mediante a realização de investimentos cruzados, fusões e incorporações de

- empresas nacionais. A consequência imediata disso é a constituição da globalização em instrumento fomentador da desterritorialização dos empreendimentos, com poder de incitar a concorrência interlocal – por exemplo, através do estímulo em investimento de infraestrutura–, com a finalidade de afastar-se do isolamento econômico;
- b. as grandes empresas e os Estados nacionais de países desenvolvidos alocam grandes quantidades de recursos fiscais em saber técnico-científico, pelo fato de ter este se convertido, ao longo do tempo, em instrumento fundamental de decisão dos embates competitivos. Os novos sistemas de telecomunicações por satélite, a microeletrônica, as novas tecnologias de processamento de informações, a aplicação de energia nuclear, a indústria espacial, e o desenvolvimento de material sintético facilitam profundamente a abertura de mercados, possibilitando a expansão da mobilidade, que é condição inerente à reprodução ampliada do capital;
  - c. as crescentes transações internacionais no terreno financeiro deixam claro que a automação da esfera financeira se transformou em um campo de valorização independente da produção, de tal forma que esta se converteu no fio condutor do movimento de globalização do capital. Como as instituições financeiras internacionais extrapolaram suas funções clássicas de intermediação financeira e fornecimento de crédito para os investimentos produtivos, alguns autores chegaram a considerar a globalização como um fenômeno essencialmente financeiro;
  - d. o crescente aumento populacional ocorrido no século XX provocou a intensificação do intercâmbio comercial e da migração entre territórios anteriormente caracterizados como vazios demográficos;
  - e. a consolidação de instituições multilaterais divide as operações reguladoras da ordem internacional, incentivando os empreendimentos dos atores globais, tais como: ONU, Banco Mundial, FMI, OMC, dentre outros.

Em vista de a globalização ser entendida como a concepção capaz de orientar políticas destinadas a superar as mazelas do atraso e permitir mais rapidamente o alcance das vantagens da modernização do mundo desenvolvido, ela necessita, para sua implementação – de acordo com a orientação dos organismos reguladores da nova ordem internacional –, de alguns ajustes macroeconômicos, a saber: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira e comercial, regime cambial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação e propriedade intelectual.

Essas propostas podem ser resumidas em três grandes blocos:

- a. **redução do tamanho do Estado** – em função da crise fiscal, avolumam-se as pressões para a privatização dos benefícios sociais e a descentralização fiscal e de serviço, o fim dos monopólios públicos, as desregulamentações, a demissão de funcionários públicos e a redução dos seus direitos;
- b. **política de estabilização monetária** – é embasada na âncora cambial e em altas taxas de juros, com a finalidade de agilizar as operações financeiras internas e externas e, principalmente, favorecer a internacionalização dos sistemas financeiros nacionais;
- c. **abertura comercial** – alicerçada na drástica redução da proteção tarifária e não tarifária de amplos setores da indústria.

Em síntese, a política econômica, conforme o ideário neoliberal, deve ser elaborada em nome da soberania do mercado autorregulável, nas suas relações econômicas internas e externas.

### **3 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Inicialmente, convém deixar claro que um estilo de desenvolvimento terá necessariamente que pressupor estratégias bem definidas de adequação de setores produtivos essenciais para a econo-

mia e para o bem-estar da sociedade, ou seja, esse desenvolvimento significará um processo de mudança social que implicará transformação das relações econômicas e sociais.

Na medida em que a intensificação das relações em âmbito mundial determina que acontecimentos ocorridos em lugares distantes influenciem fortemente os fenômenos da realidade local e vice-versa, não resta a menor dúvida de que as inter-relações que definem o processo globalizante não são apenas técnicas, mas revelam-se, preferencialmente, sociais, políticas e ecológicas. Partindo desse pressuposto, acredita-se que o “desenvolvimento” ora em implementação no mundo é desigual para as sociedades humanas e nocivo para os sistemas naturais.

Dessa forma, o mundo encontra-se, atualmente, diante da alternativa de perpetuar o modelo em execução, em que os países mais desenvolvidos consomem intensivamente os recursos naturais; ou diante da opção de examinar cuidadosamente esse modelo com o objetivo de instituir outro, fundamentado em um novo padrão que exerça menor pressão sobre as bases dos recursos naturais e contribua para níveis de desenvolvimento mais equitativos. Ou seja, um novo padrão no qual as considerações ambientais deveriam ser incorporadas ao processo de desenvolvimento, cuja identificação de problemas e alternativas de solução terão como justificativa o registro de percepções de segmentos sociais envolvidos.

O comprometimento sinérgico da comunidade como um todo é fundamental na determinação e na articulação política das necessidades da sociedade, na determinação e na articulação política das necessidades da sociedade, na identificação das potencialidades econômicas em cada contexto socioecológico e na organização do trabalho de gestão dessas potencialidades. Para tanto, faz-se necessário um plano de desenvolvimento soberanamente elaborado.

As transformações na ordem econômica internacional e a emergência do movimento ambientalista global pós-Conferência de Estocolmo, em 1972, colocaram as décadas de 70 e 80 como palco internacional de um amplo debate sobre a questão ambiental entre distintos atores coletivos.

Já a transição da década de 80 para a de 90 consistiu em uma participação mais substantiva da sociedade civil na identificação dos problemas ambientais, na determinação de objetivos e soluções no sentido de caminhar em direção à sustentabilidade. Isso transformou, portanto, a discussão em torno da conceituação de desenvolvimento sustentável no ponto essencial de debate para se construir uma sociedade sustentável.

Iniciar-se-á a discussão com o conceito de desenvolvimento sustentável usado por Bruntland (1987), no Relatório da Organização das Nações Unidas – ONU, intitulado “Nosso Futuro Comum”, citado por Bellia (1996, p. 49-50):

[...] tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim, o “desenvolvimento sustentável” é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações em desenvolvimento, mas também pelas industrializadas. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem à sua própria necessidade [...]

Apesar de ser alvo de algumas críticas, o conceito contém em seu bojo pontos fundamentais que podem induzir a um desenvolvimento socioeconômico ambientalmente viável em todo o planeta.

O conceito defendido no Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p.183) consiste no seguinte:

O desenvolvimento sustentável seria atingido pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus benefícios, pela racionalização do uso de energia e o atendimento das necessidades básicas das populações, pela estabilização dos níveis demográficos e a conservação da base de recursos, pela reorientação da tecnologia no sentido da redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas.

Não obstante o conceito ainda revelar ideologicamente o “mito desenvolvimentista”, que vigorou no Brasil, ele abre espaço

para se realizarem diferentes questionamentos: qual o tipo de desenvolvimento sustentável que se deseja? Este tipo de desenvolvimento deverá se comprometer em um novo modelo que interiorize a sustentabilidade social e ambiental? É capaz de estabelecer instrumentos que transfiram os recursos de sistemas produtivos predatórios para sistemas produtivos sustentáveis? O referido desenvolvimento possui a competência de incentivar um responsável planejamento familiar?

Esses questionamentos foram aprofundados no amplo debate que dominou a Conferência Rio-92. Nesse evento, as inúmeras informações difundidas sobre o padrão de “desenvolvimento” atual e suas consequências para o meio ambiente do planeta contribuíram para que a comunidade fosse mais incisiva em tornar público que, se não se imprimir um novo modelo de desenvolvimento alicerçado em uma apreciação mais profunda do meio ambiente e sua peculiar relação com o processo econômico, os ecossistemas correrão sérios riscos a médio ou a longo prazo.

Portanto, a dinâmica da sociedade moderna é governada por um duplo movimento contrário-complementar de difícil equilíbrio: um movimento de expansão do mercado, o qual tem por objetivo se estabelecer sobre bases autorreguladas e supõe o predomínio de valores materiais e de uma razão instrumental; e um contramovimento destinado a frear e a regular o mercado, que tem como objetivo a proteção do homem e da natureza e supõe a preservação e a promoção de valores éticos e espirituais.

#### **4 AS CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO**

As consequências dessas políticas globalizantes, que deveriam conduzir os países periféricos ao grupo dos países do primeiro mundo, podem ser resumidas nos seguintes segmentos:

- a. **do ponto de vista social:** essas políticas provocaram o aumento das desigualdades, da exclusão, da segmentação social, e o aumento das taxas de desemprego fez com

que um grande número dessa força de trabalho fosse obrigado a direcionar-se para a economia informal, etc.;

- b. **do ponto de vista econômico:** ocorreu o desvio de recursos para a especulação, produzindo uma incapacidade crescente de absorção de mão de obra e de trabalho criativo e a incapacidade de recuperar e sustentar ritmos elevados de crescimento, etc.;
- c. **do ponto de vista espacial:** a globalização é também excludente neste sentido, na medida em que favorece os interesses dos países industrializados, marginalizando aqueles que se situam fora deste grupo;
- d. **do ponto de vista cultural:** assiste-se à supremacia do individualismo sobre o coletivismo e à primazia de que tudo o que se conquista na vida tem um preço;
- e. **do ponto de vista político:** verifica-se que o Estado, ao invés de se constituir em instituição fomentadora do desenvolvimento, do emprego e do bem-estar, transformou-se em mero mecanismo, cuja função primordial consiste na tentativa de preservar sua credibilidade diante dos mercados financeiros internacionais;
- f. **do ponto de vista do ordenamento democrático:** observa-se que a mudança econômica e social implementada pela globalização vem sendo acompanhada por uma mudança política no sentido antidemocrático;
- g. **do ponto de vista da incapacidade do povo brasileiro comandar soberanamente o desenvolvimento do Brasil:** a globalização implica o desmonte de instituições de defesa da soberania nacional, isto é, a globalização se apresenta como inimiga do nacionalismo;
- h. **do ponto de vista ecológico:** a “globalização” dos sistemas econômicos implicou o entendimento de que os processos produtivos dissipam energia, destroem recursos naturais não renováveis e renováveis, aumentam a entropia do universo, entre outros.

## 5 CONCLUSÃO

A globalização enfrenta contradições e impasses crescentes, na medida em que se vive, por um lado, um processo contraditório, no qual tendências e perspectivas universalizantes e particularizantes se digladiam e se alternam, refletindo que se universaliza uma ordem econômica e social que alimenta e exacerba a concorrência conflitiva de interesses particulares. E, por outro lado, que a globalização se assenta na condição de os EUA serem ao mesmo tempo o emissor da moeda reserva e o maior devedor líquido do mundo. Tal circunstância demonstra claramente a instabilidade da economia mundial, pois aquele país depende também da taxa de juros para se financiar, o que gera sérias e graves consequências para outros países, em função da livre mobilidade do capital.

Com isso, a velocidade passa, então, a se consubstanciar no elemento-chave desse processo, capaz de alterar não só o complexo técnico-produtivo como também as relações sociais e de poder, e é alcançada pela multiplicação de redes técnicas de circulação e comunicação.

Portanto, entende-se que a degradação ambiental passa a ter efeitos cada vez mais globais com a internalização crescente da economia mundial e seus efeitos cumulativos. As mudanças climáticas, a destruição da camada de ozônio, as chuvas ácidas, a desertificação e as inundações podem ter fontes localizadas, mas têm efeitos globais para o planeta.

Por isso é mister se questionar: no mundo contemporâneo, em que se confrontam forças conservadoras da civilização predatória-perdulária e as forças progressistas que apontam para a direção de uma civilização socialmente justa e ecologicamente sustentável, é possível se alcançar um desenvolvimento sustentável desejável? Num mundo em que a questão ambiental não é uma especificidade, mas uma dimensão que se encontra presente na reflexão “global” sobre a sociedade, é possível se alcançar um desenvolvimento sustentável desejável? Em um mundo permeado por graves e crescentes disparidades econômicas “globais”, é possível se atingir um desenvolvimento sustentável desejável?

Esses questionamentos estimulam a pensar uma sociedade sustentável e a enfrentar a crise ecológica através da constituição de uma gestão compartilhada entre a sociedade civil, as comunidades locais, o poder público e o setor privado. Entretanto, ao mesmo tempo em que os atores coletivos entram neste enfrentamento, contraditoriamente o Estado subsidia e institui incentivos fiscais às empresas com o fim de estimular o crescimento econômico, sem a legítima preocupação com os efeitos destrutivos sobre os sistemas naturais e sobre a sociedade.

Portanto, infere-se que, somente por meio da construção de uma cidadania local e planetária, da melhoria da qualidade de vida da população e da satisfação de suas necessidades básicas, através da tecnologia social e ecologicamente adequada, voltada ao uso de combustível fóssil e de minimizadores dos impactos ambientais, pode-se conquistar uma sociedade sustentável.

Entende-se, pois, que construir um desenvolvimento sustentável desejável não se constitui apenas na implantação de medidas de políticas ambientais adequadas. Seu pré-requisito fundamental consiste em um sistema político e econômico estável que permita a democratização do acesso aos recursos naturais pelos vários setores da população e na distribuição dos custos e benefícios desse desenvolvimento.

Tem-se, ainda, de pensar que se pode construir diferentes tipos de sociedades sustentáveis, os quais devem estar em conformidade com as especificidades históricas, econômicas e culturais oriundas das relações com vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si, ancoradas no reconhecimento da existência de uma grande diversidade biológica e cultural entre os povos.

Consequentemente, é em face desses elementos de transformação que se deve compreender o desenvolvimento sustentável. Ou seja, é levando em consideração o princípio de uma nova racionalidade no uso da diversidade dos recursos naturais e humanos, é considerando o princípio da descentralização, não apenas enquanto distribuição territorial de decisão, mas mormente sob a forma inovadora de planejamento e de governabilidade, que se pode edificar

um desenvolvimento alicerçado na reunião construtiva entre agentes participantes do processo por meio do debate, no qual as regras de procedimento sejam estabelecidas e as responsabilidades e as competências, determinadas.

Por conseguinte, acredita-se que, somente através dessa nova maneira de inserção na ordem econômica internacional, poder-se-á iniciar um processo com condições de tentar solucionar os graves problemas listados, em que predomine uma nova forma de produção e gestão cuja eficácia substituirá a eficiência, ocorrendo, inclusive, a redefinição do papel do Estado.

## REFERÊNCIAS

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. A globalização em questão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 abr. 1998.

BEGOSSI, Alpina. Escala, economia ecológica e a conservação da biodiversidade. *In*: BEGOSSI, Alpina. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, [s.d.].

BELLIA, Vitor. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, [s.d.].

BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. Crises financeiras na periferia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1998.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica: o retrocesso pós 1979**. Campinas, SP, 1998. Versão preliminar. Mimeo.

KREGEL, Jan. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. **Economia e sociedade**, Campinas, SP: UNICAMP, n. 7, 1996.

MARTINS, C. E. Da globalização à falência da democracia. **Economia e sociedade**, Campinas, SP: UNICAMP, n. 6, 1996.

PACCHECO, Ricardo. Prerrogativas locacionais face à economia globalizada: uma introdução conceitual. *In*: PACCHECO, Ricardo. **Konrad Adenauer Stiftung**. [S.l.: s.n.], 1999. (Série Pesquisas, 8).

SACHS, Ignacy. **Estratégia de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: FUNDAP, 1993.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Trade and development report**. Geneva, 1997.

VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971 – 1991: do bisetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *In*: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. [s. n. t.].



**Secretaria de Estado  
do Planejamento / SEPLAN**

**GOVERNO DO  
ESTADO DO PIAUÍ**